

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

LEILA SILVA DE MOURA

JUVENTUDE E TRABALHO:
O perfil do jovem aprendiz da Rede Pró-Aprendiz-GO

GOIÂNIA

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

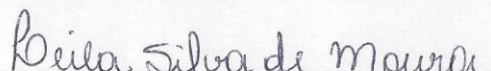
Nome completo do autor: Leila Silva de Moura

Título do trabalho: Juventude e Trabalho: O perfil do jovem aprendiz da Rede Pró-Aprendiz-GO

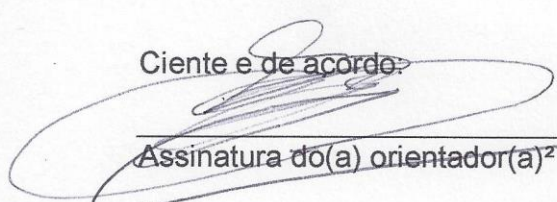
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 15_ / _08_ / 2018_

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

LEILA SILVA DE MOURA

**JUVENTUDE E TRABALHO:
O perfil do jovem aprendiz da Rede Pró-Aprendiz-GO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como requisito obrigatório à obtenção do título de Doutora em Sociologia, na linha de pesquisa: Trabalho, Emprego e Sindicatos.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos.

GOIÂNIA

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Moura, Leila Silva de
Juventude e Trabalho: [manuscrito] : O perfil do jovem aprendiz da Rede Pró-Aprendiz-GO / Leila Silva de Moura. - 2018.
CXXXI, 131 f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia Campos.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2018.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas, gráfico, lista de tabelas.

1. Jovem aprendiz. 2. Sociabilidade. 3. Trabalho. 4. Qualificação. I. Campos, Ricardo Luiz Sapia, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DA TESE DE DOUTORADO DE
LEILA SILVA DE MOURA

Aos dois dias do mês de julho de 2018, às 14h00, na Sala de Defesas da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, realizou-se a sessão de julgamento do trabalho de Tese de Doutorado de Leila Silva de Moura, intitulado *JUVENTUDE E TRABALHO: O perfil do jovem aprendiz da Rede Pró-Aprendiz-GO*. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes: Professor Doutor Ricardo Luiz Sapia de Campos (presidente, PPGS/UFG), Professor Doutor Cleito Pereira dos Santos (PPGS/UFG), Professor Doutor Flavio Munhoz Sofiati (PPGS/UFG), Professor Doutor Revalino Antonio de Freitas (UFG) e Professora Doutora Veralucia Pinheiro (UEG). A candidata apresentou o trabalho, os/a examinadores/a a arguíram e ela respondeu às arguições. Às _____ horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, atribuindo à doutoranda os seguintes resultados:

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos _____

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos _____

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Flavio Munhoz Sofiati _____

Aprovada Reprovada

Prof. Dr. Revalino Antonio de Freitas _____

Aprovada Reprovada

Profa. Dra. Veralucia Pinheiro _____

Resultado Final APROVADA

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Letícia Ferreira Angélica, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Letícia Ferreira Angélica Letícia Ferreira Angélica

Letícia Ferreira Angélica
Assistente em Administração
Secretaria do Programa de Pós-Graduação
em Sociologia/PPGS
Faculdade de Ciências Sociais /UFG
Matrícula Siape n. 2071790

LEILA SILVA DE MOURA

JUVENTUDE E TRABALHO:
O perfil do jovem aprendiz da Rede Pró-Aprendiz-GO

Linha de Pesquisa: Trabalho, Emprego e Sindicatos.

Data: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos (PPGS/UFG)
(Presidente)

Prof. Dr. Cleito Pereira dos Santos (PPGS/UFG)
(membro)

Prof. Dr. Flávio Munhoz Sofiati (PPGS/UFG)
(membro)

Prof. Dr. Revalino Antonio de Freitas (PPGS/UFG)
(membro)

Profa. Dra. Veralúcia Pinheiro (PPG-IELT)
(membra)

Profa. Dra. Tatiele Pereira de Souza (PPGS/UFG)
(Suplente)

A cidade se reafirma como espaço social, na medida em que guarda relações profundas com todas as atividades (trabalho, lazer, vida privada) de cada ser humano – nos planos individual e coletivo. É nesse espaço que grande parte dos jovens brasileiros experimenta e aprende cotidianamente o mundo, imprime sua marca – pelo uso, mediado pelo corpo –, exercita o seu direito constitucional de ir e vir, constrói suas condições de existência, satisfaz suas necessidades humanas, confere sentidos aos espaços públicos e privados, demarca territórios e ações de subsistência, realiza suas experiências geográficas, produz espacialidades e a sua própria vida.
Lucineide Mendes Pires

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Rede Pró-Aprendiz pelas autorizações em relação à pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, professores e funcionários da Universidade Federal de Goiás pelo apoio, contribuições, compromisso e ética com a Educação Pública de Qualidade.

Ao Revalino Antonio de Freitas que me acompanha desde o mestrado contribuindo e enriquecendo o debate sobre o mundo do trabalho e a juventude, como amigo e orientador. Ao querido professor Ricardo Luiz Sapia de Campos que acreditou no meu trabalho e não mediu esforços na condição de orientador.

Ao Comitê de ética em Pesquisa pela análise, importantes sugestões e aceite da pesquisa proposta. Aos secretários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Marcelo Rizzo e Letícia Ferreira, que sempre atenderam com simpatia, respeito e responsabilidade as minhas demandas acadêmicas. Aos funcionários da UFG, Gustavo Antônio e Domingos Ferreira, que sempre desenvolveram com excelência suas funções.

Aos professores Doutores que participaram da Banca de Qualificação e defesa da Tese, Veralucia Pinheiro, Flávio Munhoz Sofiati, Cleito Pereira, Revalino Antonio de Freitas, Eguimar Chaveiro e Ricardo Sapia de Campos, que desenvolveram um rico debate e contribuíram com importantes sugestões para posteriores trabalhos acadêmicos. Às amigas, Abigail Rodrigues, Ana Rodrigues, Juditi Rodrigues, Raquel Rodrigues, Adriane Nascimento, Luciene Luz, Valéria Oliveira, Joelena de Jesus, Liliane, Yara Wayne, Suamy, Maria Zulene Santos, Ana Júlia Nascimento e Odiléia Carmo, e amigos Marco Melo, Óscar Namuholopa, Sérgio Paulino, Wander Venério, Néviton Barros, Nildo Viana, José Estevão, José Eustáquio, Rúbio Dorneles, José Pereira, Danilo Martins, Joel Orlando, Eguimar Chaveiro, Flávio Sofiati, Filipe Augusto, Jordão Nunes pelo carinho e apoio, de sempre. À Alexssandra Terribelle pela amizade e apoio durante toda minha caminhada acadêmica. À Rebeca, excelente revisora. Ao Matheus O. de Moura pelas valiosas contribuições técnicas. À Editora Appris por acreditar nos meus sonhos. Aos familiares, amigos e amigas e ao querido esposo, Hamilton Goulart.

Dedico esta Tese à minha mãe, meu pai, amigas e amigos, irmãs e irmãos, sobrinhas e sobrinhos e esposo. Aos jovens aprendizes. A todos e todas que me apoiaram durante o curso de Doutorado.

RESUMO

A tese discute a realidade do jovem aprendiz para além do trabalho formal, demonstrando uma multiplicidade de experiências e vivências que envolvem o seu cotidiano. O trabalho faz parte de suas vidas, mas suas vidas não se completam apenas nesse contexto: estão continuamente envolvidos em outras perspectivas, atividades, necessidades e objetivos. Essa reflexão demonstra que esses jovens aprendizes podem ser representados, também, sobre vários contextos que vão além da experiência do trabalho formal. O trabalho não é o único meio de sociabilidade, aprendizagem e bem-estar: pode até, pelo contrário, trazer uma série de consequências nefastas para um jovem em pleno desenvolvimento social, cultural, intelectual e físico. Isso em um contexto de exploração, assédio e precariedade no ambiente de trabalho. Os jovens não desejam ou precisam somente de trabalho, anseiam muito mais que uma vaga no mercado, mas por necessidade e pressão familiar passam grande parte de suas vidas se qualificando e trabalhando. O trabalho representa para eles autonomia, independência e experiência, além de elevar a autoestima, mas tudo isso pode se resumir em responder as expectativas de pressão familiar e da sociedade. Obter uma renda, mesmo que mínima, possibilita certa autonomia e independência, mas o trabalho pode não responder a todas as necessidades subjetivas desses jovens aprendizes. Foi realizada uma pesquisa com jovens aprendizes da Rede Pró-Aprendiz. Participaram da pesquisa 150 aprendizes do sexo masculino e 151 do sexo feminino e todos responderam a um questionário, de próprio punho, enquanto que 40 participaram da entrevista: 20 do sexo feminino e 20 do sexo masculino. Desta pesquisa se compreende que o trabalho é importante para o jovem aprendiz, pois proporciona o consumo de aparelhos celulares e outras mercadorias importantes para o jovem, que se sente mais respeitado pela família e mais independente, acreditando que o trabalho aprendizagem trará possibilidades de chances futuras no mercado. Ao mesmo tempo, percebe que outros fatores que poderiam fazer parte de sua vida são tão importantes quanto o trabalho: lazer, esporte, conhecimento, sociabilidade e dignidade. Oportunidades para o jovem para além do trabalho constituem um importante debate sobre juventude e sociedade.

Palavras-chave: Jovem aprendiz. Sociabilidade. Trabalho. Qualificação.

ABSTRACT

The thesis discusses the reality of the young apprentice beyond formal work, demonstrating a multiplicity of experiences and experiences that involve his daily life. Work is a part of their lives, but their lives are not only completed in this context: they are continually involved in other perspectives, activities, needs and goals. This reflection shows that these young learners can also be represented in various contexts that go beyond the experience of formal work. Work is not the only means of sociability, learning and well-being: it may even, on the contrary, bring a series of harmful consequences for a young person in full social, cultural, intellectual and physical development. Young people do not want or just need work they long for more than a market place, but because of family need and pressure they spend a large part of their lives qualifying and working. Work represents for them autonomy, independence, experience and elevates self-esteem, but all this can be summed up in responding to expectations of family pressure and society. And, obtaining income, even if minimal, allows some autonomy and independence. But, the work may not respond to all the subjective needs of these young learners. A survey was carried out with young learners of the Pro-Apprentice Network. A total of 150 male apprentices and 151 female apprentices participated in the survey, all of whom answered a questionnaire in their own handbook, while 40 participated in the interview: 20 females and 20 males. The work is important for the young apprentice, since it provides the consumption of cellular and other important goods for the young person, feels more respected by the family and more independent. Believe that learning work will bring possibilities of future chances in the market. At the same time, he realizes that other factors that could be part of his life are as important as work: leisure, sports, knowledge, sociability and dignity. Opportunities for young people beyond work is an important debate on youth and society.

Keywords: Young apprentice. Sociability. Job. Qualification.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Atividades que desejam e/ou realizam.....	104
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Jovens Aprendizizes: Raça/cor	51
Gráfico 2 - Jovens Aprendizizes: Pesquisa eleitoral 2018	52
Gráfico 3 - Jovens Aprendizizes: Manifestações	53
Gráfico 4 - Jovens Aprendizizes: O trabalho precoce	56
Gráfico 5 - Jovens aprendizizes: O assédio moral e sexual.....	60
Gráfico 6 - Os espaços que mais ocupam na escola	67
Gráfico 7 - Filosofia e Sociologia no Ensino Médio	69
Gráfico 8 - A educação sexual nas escolas.....	70
Gráfico 9 - Jovens aprendizizes: sexo feminino e sexo masculino	71
Gráfico 10 - Gênero e opinião	73
Gráfico 11 - Jovens Aprendizizes e pais separados	77
Gráfico 12 - Jovens Aprendizizes e religião	78

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica

CEP: Comitê de ética em Pesquisa

CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

FPC: Fundação Pró-Cerrado

IAM: Instituto de Assistência à menores de Rio Verde

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD: Pesquisa Nacional de Domicílios

RPA: Rede Pró-Aprendiz

RENAPSI: Rede Nacional de Aprendizagem Social e Integração

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Profissional

SESC: Serviço Social do Comércio

SESI: Serviço Social da Indústria

SC: Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Apresentação	2
A participação dos jovens na escolha dos temas.....	4
Metodologia, método e pesquisa	5
Referências teóricas	9
Desafios metodológicos	9
Programa Jovem Cidadão	10
O olhar do pesquisador sobre a realidade	12
CAPÍTULO 1 - TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E JUVENTUDE	14
1.1 Trabalho.....	14
1.2 Qualificação	25
1.3 Juventude.....	32
CAPÍTULO 2 - O PERFIL DO JOVEM APRENDIZ	46
2.1 Características gerais do jovem aprendiz	46
2.2 Trabalho precoce	54
2.3 Assédio	56
2.4 Sociabilidade e consumo	60
2.5 A percepção do jovem aprendiz sobre a escola.....	62
2.6 Aborto/Educação sexual na escola	69
2.7 Relações de gênero, diversidade e homofobia	71
2.8 Organização familiar	76
CAPÍTULO 3 - O JOVEM APRENDIZ: REALIDADE E PERCEPÇÕES	81
3.1 A relação entre a vida e o trabalho	81
3.2 A sua condição de classe.....	84
3.3 Pluralidade e sociabilidade na cotidianidade	91
3.4 Uma realidade de desigualdade, exclusão e diversidade	97
3.5 Entre desejos, conhecimento, entretenimento e sociabilidade.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	113

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como centralidade o jovem aprendiz em Goiás. No decorrer da tese enfatizo conceitos que estão diretamente relacionados a esses jovens trabalhadores, em especial, o trabalho, a juventude e a qualificação. Todas as reflexões se voltam à realidade desses jovens pertencentes às famílias assalariadas.

A tese está dividida em três capítulos. O primeiro aborda os temas de trabalho, qualificação e juventude com o objetivo de desenvolver um debate teórico com outras questões que se relacionam a esses três eixos temáticos. Os conceitos trabalho, qualificação e juventude estão contextualizados sobre uma abordagem crítica envolvendo uma realidade social e histórica produtora de desigualdades. Em um contexto social de constantes transformações é inevitável o debate sobre os temas da exploração do trabalho, trabalho imaterial, trabalho formal ou assalariado e informalidade. As contradições existentes na relação entre oportunidade e realidade são colocadas em questão em uma sociedade de classes.

No item qualificação desenvolvi uma breve contextualização historicamente sobre a aprendizagem profissional e posteriormente faço uma abordagem sobre a Rede Pró-Aprendiz, instituição que oferece cursos profissionalizantes para jovens adolescentes em um contexto nacional. Essa abordagem demonstra o interesse das políticas públicas em desenvolver a qualificação para o trabalho aos jovens de bairros populares sem, no entanto, realizar um debate sobre a desigualdade social, necessidades e características desse grupo social tão plural e carente de oportunidades.

No item juventude alguns conceitos foram destacados no sentido de possibilitar a compreensão da relação entre trabalho e juventude. Relaciono questões sociais à vida dos jovens que, direta ou indiretamente, convivem com o mundo do trabalho. Cheios de expectativas, os jovens, de um modo geral, procuram oportunidades de trabalho além de, também, afetos, conhecimento, atividades juvenis e, sobretudo, espaços ou redes de sociabilidade. Os jovens, geralmente, são identificados socialmente como sujeitos consumistas e vulneráveis às tentações que envolvem a criminalidade e o uso de drogas, mas suas experiências e práticas sociais e culturais que marcam sua cotidianidade e suas percepções não se resumem apenas a estes dois contextos do imaginário social.

No segundo capítulo apresento o perfil do jovem e da jovem¹ aprendiz por meio de dados da pesquisa empírica, buscando entender o jovem aprendiz na perspectiva de responder às seguintes questões: quem é esse sujeito? O que faz? O que deseja? O que pensa do trabalho? Como percebe sua própria realidade? O que contribui com sua formação da consciência sobre si e sobre as questões sociais? Enfim, é um capítulo que apresenta doze gráficos e dados que contribuem para a constituição do perfil do jovem aprendiz. São muitas as variáveis que formam os instrumentos da pesquisa empírica com os jovens: moradia, idade, religião, cor/raça, escolaridade, rotina, lazer e percepções sobre trabalho, aborto, pena de morte, assédio, educação, eleições, família, religião, religiosidade, futuro e outros.

O terceiro capítulo apresenta a relação entre espacialidade, desigualdade, sociabilidade, classe, pluralidade e a cotidianidade do jovem aprendiz procurando um diálogo entre o primeiro capítulo e o segundo. Busco neste capítulo refletir a relação e a percepção que o jovem tem do trabalho e, para além dele. A intenção é relacionar o universo do trabalho formal e os diferentes universos socioculturais que dialogam com este jovem aprendiz para compreendê-lo em meio às complexidades e contradições da sociedade.

Os três capítulos trazem referências teóricas importantes para a reflexão entre teoria e realidade e os resultados da pesquisa permitem relacionar a realidade do jovem aprendiz com realidade da maioria dos jovens brasileiros que, também, procuram melhores condições de vida e produzem perspectivas subjetivas ou não para o futuro.

Apresentação

O presente tema surge das reflexões sobre o resultado obtido de uma dissertação de mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). A dissertação intitulada “O sentido do trabalho para o jovem aprendiz” (2009) fez-

¹ Refletindo e me opondo a um sistema tradicional e masculinizado da Língua Portuguesa e para me posicionar em relação à igualdade de gênero declaro que em todas as referências feitas “aos jovens” (no masculino) está subentendido, na tese, que me refiro também e igualmente “às jovens” (no feminino). E para todos os outros casos, igualmente: “o estudante” = “a estudante”; “o trabalhador” = “a trabalhadora”, “eles” = “elas”... (texto do “machismo” gramatical da língua portuguesa de João Pimentel Ferreira). Disponível em: <<https://www.veraveritas.eu/2017/03/do-machismo-gramatical-da-lingua.html>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

me, posteriormente, refletir sobre a relação entre o trabalho e o jovem aprendiz e sua vida cotidiana: lazer, estudos, família e outras diferentes atividades que também estão além do trabalho formal. Qual o sentido de outras atividades para esse jovem trabalhador? O que, realmente, faz com que se sintam bem ou realizados, enquanto um jovem?

A tese discute a realidade do jovem aprendiz para além do trabalho formal, demonstrando uma multiplicidade de experiências e vivências que envolvem o seu cotidiano. O trabalho faz parte de suas vidas, mas suas vidas não se completam apenas nesse contexto: estão continuamente envolvidos em outras perspectivas, atividades, necessidades e objetivos. Essa reflexão demonstra que esses jovens aprendizes podem ser representados, também, sobre vários contextos que vão além da experiência do trabalho formal. O trabalho não é o único meio de socialização, elevação da autoestima, aprendizagem e bem-estar: pode até, pelo contrário, trazer uma série de consequências nefastas para um jovem em pleno desenvolvimento social, cultural, intelectual e físico. Como bem sugere Claus Offe (1994), as experiências paralelas, as orientações e outras necessidades além daquelas baseadas no trabalho estão se tornando proeminentes.

Esses jovens possuem perspectivas e experiências diferentes uns dos outros, como afirma Abramo (2005), se trata de “juventudes”, no plural. No entanto, as suas trajetórias estão diretamente relacionadas com o mundo do trabalho e para além dele. Essa é a característica comum entre todos eles. A trajetória escolar, de qualificação e socialização, se direciona, geralmente, para a aceitação ao mundo do trabalho. Mesmo que de forma indireta, as relações sociais, experiências e representações da realidade se voltam para a inserção e permanência no contexto do trabalho, mas apesar disso, esses jovens procuram sentido para a vida, também, em outras perspectivas socioculturais. A condição de jovens pobres² impõe a eles uma rotina de trabalho que impede a vivência e a convivência com atividades que contribuem, de alguma forma, com a sociabilidade com outros jovens e momentos de conhecimento e entretenimento para suas vidas. Os jovens em situação de

² O termo “pobre” ou em situação de “desigualdade”, em toda a tese fará referência aos trabalhadores, ou seja, os pertencentes à classe dos trabalhadores. São pobres porque na sociedade de classes são expropriados do que produzem: a riqueza na sociedade. Através do trabalho produzem riqueza, mas não para sua classe, e são pobres no sentido estritamente material.

desigualdade, em muitos casos, não realizam seus sonhos e desejos por falta de renda, e quando a possuem por meio do trabalho, falta-lhes tempo. Praticar esporte, música, viajar, desenvolver satisfatoriamente e concluir os estudos e formar uma banda podem representar para muitos desses jovens um luxo de difícil alcance.

Os jovens não desejam ou precisam somente de trabalho, anseiam muito mais que uma vaga no mercado, mas por necessidade e pressão familiar passam grande parte de suas vidas se qualificando e trabalhando. O trabalho representa para eles autonomia, independência, experiência e eleva a autoestima, mas tudo isso pode se resumir em responder as expectativas de pressão familiar e da sociedade. E, obtendo renda, mesmo que mínima, possibilita certa autonomia e independência. Mas, o trabalho pode não responder a todas as necessidades subjetivas desses jovens aprendizes.

A sociedade brasileira é profundamente desigual, milhões de jovens não alcançam possibilidades de tecerem suas vidas diferentemente de seus pais que, geralmente, não puderam seguir sonhos e objetivos que vão além das obrigações laborais. Ocupar o tempo com música, passeios e tecnologia é prática comum para os jovens aprendizes, que procuram fugir do estresse e da pressão do dia a dia por meio dessas e outras atividades lúdicas. É importante, também, conhecer quais os espaços sociais que esses jovens têm para a socialização. Onde buscam um refúgio da rotina ou correria do dia a dia? Parque, praça, shopping, igreja, casa de amigos e parentes? Ou na própria escola: na quadra de esporte, na sala de aula, no pátio, nos corredores?

Com o objetivo de compreender os diferentes contextos sociais que envolvem o cotidiano desses jovens utilizo o enfoque de espacialidade e sociabilidade. Realizei uma pesquisa com jovens aprendizes e egressos de um programa de aprendizagem profissional que atende jovens residentes na cidade de Goiânia e sua região metropolitana. Participaram da pesquisa 301 jovens aprendizes do programa de qualificação para o trabalho intitulado Jovem Cidadão. Com idades entre 14 e 22 anos, os jovens pesquisados iniciaram suas atividades no mercado de trabalho formal como aprendizes na Rede Pró-Aprendiz.

A participação dos jovens na escolha dos temas

No planejamento dos instrumentos da pesquisa, em conjunto com os jovens aprendizes, utilizei uma opção metodológica que busca uma reflexão crítica de minha parte e do pesquisado sobre a realidade. Essa perspectiva crítica no desenvolvimento científico foi utilizada por Thiollent (1982). Nessa perspectiva, o questionário e o roteiro de entrevista foram desenvolvidos com o intuito de incentivar o pesquisado a refletir sua própria realidade, se afastando do senso comum. A preocupação é incentivar o jovem a refletir sobre sua própria condição social e econômica. Segundo este autor, um cientista, ao desenvolver um questionário voltado a uma dada realidade que envolve o mundo do trabalho, deve importante considerar esse questionário como um instrumento metodológico que possa instigar a pessoa entrevistada a pensar sua própria realidade, de uma forma reflexiva.

A pesquisa se desenvolveu em duas etapas: a primeira pelo planejamento da pesquisa (novembro/2017) e a segunda pela realização da pesquisa (dezembro/2017). Na primeira etapa de planejamento a maioria das questões referentes à pesquisa foi definida a partir de uma conversa com 43 aprendizes em momento de aula teórica. Questionando-os sobre os costumes, ideias, necessidades, receio, rotina, desejos, práticas, crenças e sentimentos foi possível desenvolver, posteriormente, os instrumentos da pesquisa: questionário e roteiro de entrevista. Estrategicamente essa postura metodológica me proporcionou aproximar da realidade desses jovens aprendizes bem antes da própria pesquisa proposta.

Posteriormente, me reuni com sete instrutores em momento de planejamento pedagógico e, em conjunto, fizemos correções em distorções nos instrumentos da pesquisa. As visitas e a pesquisa foram realizadas na Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (Renapsi) e na Fundação Pró-Cerrado (FPC): instituições que fazem parte da Rede Pró-Aprendiz (RPA). Participaram da pesquisa 150 aprendizes do sexo masculino e 151 do sexo feminino e todos responderam a um questionário, de próprio punho, enquanto que 40 participaram da entrevista: 20 do sexo feminino e 20 do sexo masculino.

Metodologia, método e pesquisa

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em 07 de fevereiro de 2017. Foram utilizados instrumentos metodológicos que visam

atravessar as aparências e aprofundar em realidades concretas que formam esse mundo juvenil. O objetivo foi se aproximar dessas realidades plurais: na pesquisa com jovens que têm muito a falar. Dar-lhes voz, liberdade para a expressão política, cultural e social. O questionário possui questões fechadas e questões abertas. O roteiro de entrevista possui questões gerais possibilitando a liberdade dos jovens em compartilhar suas experiências e percepções sobre temas que envolvem a aprendizagem profissional e seu próprio cotidiano.

A pesquisa enfatizou, qualitativamente, a vida social, cultural e econômica de pessoas que somente são consideradas no contexto do trabalho, da criminalidade ou do consumo. Ao refletir sobre esse jovem aprendiz foi necessário, primeiro, relacioná-lo ao conceito de juventude que mais se aproxima de sua realidade. Como Abramo (2005) definiu, é uma juventude cidadã plena de direitos que não pode se reduzir a uma fase problemática ou apenas de preparação. A definição de juventude, para Turra Neto (2016), é um ato político: o que proporciona ampliar a visão sobre o próprio conceito de juventude.

As subjetividades que envolvem as temáticas juvenis, aqui, representam uma intrigante riqueza das próprias reflexões (respostas) desses jovens. As temáticas sociais inseridas no questionário e roteiro de entrevista foram definidas pela complexidade e realidade que relacionam tempo e espaço na vida desses jovens, são representações importantes para eles. Estão inseridos em um cenário em que o tempo e espaço podem definir quem são eles e como organizam sua cotidianidade.

Os jovens foram levados a refletir e expor suas próprias percepções. Foi importante vê-los através de seus próprios olhos: da forma que eles mesmos se veem. “Pensar a juventude como categoria social significa pensa-la como uma representação sociocultural e social. A juventude é uma percepção simbólica produzida pelos próprios jovens e pelos grupos sociais que compõe a sociedade” (CASSAB, 2015, p. 139).

Para um tema bastante plural foi necessário desenvolver uma metodologia qualitativa que permitisse vislumbrar tanto os aspectos específicos como os aspectos mais gerais que envolvem o jovem aprendiz destacando seu cotidiano, realidade e perspectivas. Trata-se de uma abordagem da realidade que tem como perspectiva a relação concreta entre teoria e pesquisa, que se encontram no intuito

de resgatar a realidade. Ou seja, abordar o entrevistado dando-o liberdade e possibilidades dele refletir sua própria realidade e representando isso por meio de sua fala. Esse instrumento metodológico é imprescindível para revelar dada trajetória de vida e trabalho em que envolva o seu próprio cotidiano. Viana (2015), reconhece as representações sociais como representações cotidianas. Nesse sentido, procura desenvolver uma análise das relações sociais concretas e existentes que se constituem no cotidiano. Sua análise sobre representações procura se aproximar de uma realidade constituída socialmente. Isso, a partir das relações sociais existentes em uma dada sociedade que promove modos de vidas permeadas em diferentes classes sociais. Para o autor, apenas uma pesquisa interpretativa é capaz de representar um trabalho científico voltado para uma abordagem dialética da realidade.

A pesquisa foi desenvolvida no sentido de dar-lhes liberdade de compartilhar um pouco sua vida: possibilitando refletir sociologicamente suas percepções para compreender uma juventude intensamente complexa e múltipla que não se encaixa facilmente em um só padrão. Estes jovens, apesar de pertencerem a uma mesma classe social, convivem com diversas e diferentes realidades. No entanto, uma característica é marcante entre todos esses trabalhadores: desejam mais formas e meios para sociabilidade, interação, lazer e conhecimento. Nesse sentido, desejam atividades e conhecimento que vão além do contexto do trabalho.

O método materialismo histórico dialético foi o suporte que contribuiu com as reflexões no desenvolvimento desse trabalho, pois o sujeito pesquisado foi percebido como parte integrante, receptivo, crítico e ativo de uma sociedade complexa e historicamente desenvolvida e dividida em classes sociais. “O método diz respeito a fundamentos e processos nos quais se apoia a reflexão” (OLIVEIRA, 2007, p. 22).

A história não é outra coisa senão a sucessão das diferentes gerações, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações que antecederam; assim, por um lado, prossegue em condições completamente distintas a atividade anterior, enquanto, por outro lado, transforma as circunstâncias anteriores por meio de uma atividade completamente diferente, o que pode ser distorcido pela especulação convertendo-se na história posterior como finalidade da história anterior. (MARX; ENGELS, 2004, p. 77)

As condições materiais da maioria da população são, geralmente, colocadas em xeque nas reflexões sobre oportunidade e sucesso. O processo de individualização, concorrência, violência, preconceito e exclusão fazem cada vez mais parte das relações sociais. A economia, a cultura e a política conservam os privilégios de classe, muitas vezes de forma sutil. E o discurso que cada sujeito é responsável pelo seu destino (a meritocracia), desconsidera todo um universo de elementos objetivos e subjetivos que formam a sociedade desigual em relação às oportunidades. Tudo isso é, de certa forma, reproduzido pela sociedade. E é exatamente esse contexto social, econômico e cultural que aprofunda as desigualdades que envolvem e atingem diretamente a vida do jovem aprendiz.

Para Thiollent (1980), essa forma de produzir questionário indica oposição à passividade, pois estimula os respondentes a explorar o universo das condições de trabalho e de remuneração ligadas às relações de produção capitalistas. Para este autor, os temas devem privilegiar as relações de produção e não a visão de mundo da classe média. Nessa perspectiva, o respondente é convidado a descrever o que ele conhece a partir de sua própria experiência na vida material. O papel do cientista é proporcionar ao respondente, por meio das questões reflexivas, a distância dos sentimentos, afetos, ilusões e senso comum, no momento da realização da pesquisa empírica. Em uma pesquisa, essa postura demonstra que não há nenhuma intenção de neutralidade, pelo contrário, expõe o interesse de revelar uma dada realidade, muitas vezes, encoberta por diferentes elementos subjetivos e objetivos intencionais, próprias do sistema capitalista. “Um instrumento de trabalho e reflexão para quem utiliza questionários e entrevistas enquanto técnicas de pesquisa ou para quem estuda as Ciências Sociais (Sociologia, Ciência Política, Educação, Comunicação e etc) com certo recuo crítico” (THIOLLENT, 1980, p. 11).

Os depoimentos dos jovens aprendizes estão na tese sem que haja a possibilidade de exposição de suas identidades. O objetivo é manter o compromisso firmado com o Comitê de Ética em Pesquisa e preservar o sigilo de informações pessoais desses jovens que voluntariamente se dispuseram em participar da pesquisa. Nos depoimentos permanecem a idade e sexo dos depoentes.

Referências teóricas

A maioria das referências teóricas utilizadas é de autores com publicações e/ou residência em Goiânia e Distrito Federal. Isso por dois motivos: pela proximidade e qualidade teórica destes com o tema do trabalho e/ou juventude e pela vivência com a cidade de Goiânia e sua região metropolitana, apresentando, assim, uma possibilidade maior de compreensão da realidade regional em que os jovens aprendizes estão inseridos³. Nessa perspectiva, Said (1990) afirma que as instituições acadêmicas, geralmente, possuem uma tradição de subordinação aos grandes centros de difusão cultural deixando de lado as produções científicas que mais se aproximam de sua realidade.

Para contribuir com as reflexões no decorrer do desenvolvimento da tese foram utilizados também outros autores importantes para a compreensão das relações entre juventude, trabalho e sociedade: Karl Marx, Claus Offe, Ricardo Antunes, Pierre Bourdieu, Negri e Lazzarato, Gorz, Thiollent e outros.

Desafios metodológicos

A proposta inicial para a tese, em resumo, focava na trajetória profissional do jovem egresso da Rede Pró-Aprendiz. Esse tema centrava nos resultados que o programa Jovem Cidadão traria na vida e profissão desse egresso. A reflexão sobre o programa de aprendizagem profissional e a trajetória profissional desse egresso poderia resultar na hipótese de que a capacitação profissional não garante uma vaga no mercado de trabalho ou o alcance de uma profissão. Em um contexto de contradições inerentes ao sistema capitalista essa é uma dura realidade para milhões de jovens desempregados e qualificados, pois são inúmeras as situações que podem produzir empecilhos ao sucesso laboral tão esperado após uma qualificação para o trabalho. No entanto, essa proposta (após a qualificação

³ Revalino Antonio de Freitas, Heloisa Dias Bezerra, Clarice Cassab, Marcelo de Mello, Sandro de Oliveira Safadi, Flávia Maria de Assis Paula, Nécio Turra Neto, Eguimar Felício Chaveiro, Andrea Pereira dos Santos, Ricardo Luiz Sapia de Campos, Tania Ludmila Dias Tosta, Maria Carla Corrochano, Nildo Viana, Mônica Franch, Veralúcia Pinheiro, Ana Liési Thurler, Cleito Pereira dos Santos, Ivone Luiz de Freitas, Edith Seligmann, Lucineide Mendes Pires, Flávio Munhoz Sofiati, Sandra Maria de Oliveira, Milka de Oliveira Rezende, Maciel Pereira da Silva, Alexandre Batista e Silva, Sandra Regina Alves, Erlando da Silva Rêses, Mário Bispo dos Santos, Shirlei Daudt Rodrigues, Fernanda B. Ribeiro, Lana de Souza Cavalcanti etc.

acadêmica, em agosto de 2017) não foi levada adiante por um obstáculo metodológico significativo que me fez mudar radicalmente a direção da pesquisa. A utilização tanto do banco de dados da Rede Pró-Aprendiz como do meu trabalho de campo referente ao Mestrado⁴ não foram suficientes para encontrar os 46 egressos que fariam parte do meu objeto de pesquisa. Realizei apenas seis entrevistas, com quatro mulheres e dois homens; utilizo parte dos resultados desta pesquisa no segundo capítulo da tese, apenas no sentido de reflexão sobre assédio e experiências no trabalho aprendizagem.

O trabalho científico está propenso a sofrer os percalços do inesperado e, em muitos casos, é necessário abrir mão de um árduo planejamento e parte da proposta acadêmica. Foi necessário modificar a perspectiva temática inicial em prol de desenvolver e concluir esse trabalho científico, em um novo enfoque. O foco passa a ser o jovem aprendiz e não o egresso. A abordagem se volta para o perfil e não mais para uma trajetória. Surge a indagação: como a relação trabalho e não trabalho se envolve na vida e consciência do jovem aprendiz? Todo esse processo de inesperado ajuste metodológico e reflexivo contribuiu para minha maturidade como pesquisadora e como socióloga. A partir das novas configurações temáticas iniciei uma longa e árdua reflexão sobre uma nova e densa pesquisa empírica. Novamente, foi necessário desenvolver um desenho e um planejamento para a obtenção dos importantes dados para o desenvolvimento da tese, em curto prazo. Três meses após a qualificação iniciei a pesquisa de campo, superando o pouco tempo e as angústias próprias de um processo científico. Como Bourdieu (1999) afirmou, os procedimentos que instauram o rigor surgem como respostas a perguntas que não sabemos formular a priori, que somente o desenvolvimento da ciência faz emergir.

Programa Jovem Cidadão

⁴ Para desenvolvimento de uma dissertação de mestrado pela Universidade Federal de Goiás (UFG), foi feita pesquisa com 137 jovens aprendizes da Rede Pró-Aprendiz, no ano de 2009. O objetivo foi compreender o sentido do trabalho para esses jovens. Conquistar autonomia, independência, experiência e elevar a autoestima foram situações citadas em que se relacionavam diretamente com o ingresso ao mercado de trabalho formal.

Em Goiás, o programa de Aprendizagem criado pela FPC denomina-se Jovem Cidadão e, posteriormente, foi incorporado na Rede Nacional de Aprendizagem Social e Integração (Renapsi). A base legal desse programa é a Lei Federal 10.097/2000. A Lei Nacional de Aprendizagem, através da Lei 10097 de 19 de dezembro de 2000, criada durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, altera os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, onde afirma no artigo 403 que era proibido qualquer trabalho ao menor de dezoito anos de idade salvo na condição de aprendiz. Essa lei obriga as empresas que contratem de 5 a 15% de seu efetivo entre jovens desta faixa etária, que sejam atendidos por esta condição: aprendizagem. Em 2005, no Governo Lula, altera-se a legislação anterior, e a faixa etária de 14 a 18 anos passa para 14 a 24 anos de idade. Tal mudança sugere que os problemas da década anterior, além de ainda serem presentes, exigiam que o governo de então, aumentasse ainda mais a cobertura desta política com o objetivo de alcançar um maior número de jovens e portarias vigentes.

O atendimento neste programa é prioritário para jovens provenientes de famílias de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social. A porta de entrada para o programa Jovem Cidadão é o cadastro eletrônico. Em casos esporádicos os Conselhos Tutelares encaminham os jovens em situação de risco social para o programa. O Fórum de Aparecida de Goiânia participa de um projeto denominado Passo à frente desenvolvido pela Rede Pró-Aprendiz que também encaminha jovens autores de atos infracionais para essa aprendizagem profissional.

Só participa do programa quem estiver estudando. Aos selecionados é garantida a carteira assinada e todos os demais direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O aprendiz recebe um salário-mínimo/hora para o cumprimento de carga horária teórica, nas unidades da FPC e carga horária prática nas empresas e órgãos públicos contratantes.

O Programa Jovem Cidadão foi fundado e desenvolvido pela FPC, que atua nos estados de Goiás e Tocantins. É uma instituição sem fins lucrativos que mantém convênio com aproximadamente 200 empresas privadas e públicas para o atendimento aos jovens que atuarão como aprendizes. Geralmente esses jovens prestam serviços administrativos e como auxiliares e exercem atividade de aprendizagem pelo período de 6 ou 4 horas por dia. Os aprendizes têm idades entre

14 e 24 anos e fazem parte do Programa Jovem Cidadão. Este programa tem como objetivo a inserção de jovens ao primeiro emprego por meio da qualificação profissional.

Aos jovens são oferecidos cursos de Informática, Secretariado, noções de Administração e Cidadania, além da capacitação prática no ambiente de trabalho de uma empresa pública ou de iniciativa privada, de forma remunerada (recebem meio salário mínimo). Segundo a Fundação, são proporcionados momentos de lazer e socialização ao jovem aprendiz, ao mesmo tempo em que procura-se combater a evasão escolar, exigindo que o jovem que ingressa no programa estude e comprove frequência na escola.

O Programa Jovem Cidadão vai além da capacitação para o trabalho dos jovens, sendo que visa proporcionar, segundo a instituição, uma consciência ambiental e social ao mesmo tempo em que proporciona a socialização entre esses jovens por meio de atividades esportivas e de lazer (visita ao clube ou parque, de forma esporádica). A FPC seleciona os jovens por meio de cadastro on-line e pelas indicações feitas pelos Conselhos Tutelares, em caso de situação de vulnerabilidade social/situação de risco social. Ao chegarem pela primeira vez na Instituição passam por uma entrevista e, se aprovados, passam a compor o quadro de jovens aprendizes. De acordo com os dados disponíveis no site da FPC, mais de 18.000 jovens pertencentes já foram beneficiados com o programa.

O jovem aprendiz da Rede Pró-Aprendiz é contratado tendo todos os direitos trabalhistas garantidos e, antes de ser encaminhado para o mercado, já inicia os cursos teóricos de qualificação que somam 1.532 horas/aula ministradas ao longo do contrato de trabalho. Esta instituição atende jovens de 246 municípios goianos.

O olhar do pesquisador sobre a realidade

No desenvolvimento de uma pesquisa o interesse do pesquisador é sempre alcançar a realidade ou vislumbrar uma dada realidade, no entanto, o que consegue, de fato, é aproximar-se dela. Nesse processo, em muitos casos, o pesquisador consegue desenvolver uma leitura ou um olhar próprio da realidade. Durante a reflexão e tabulação dos dados da pesquisa busquei desenvolver recortes sobre a totalidade que formam os aspectos que estão envolvidos na vida e no dia a dia

deles. Por meio da pesquisa empírica foi possível desenvolver um retrato sociológico desse grupo social relacionando-os com os conceitos de trabalho, perspectivas, percepções, práticas e cotidianidades.

Procurei transpor as representações do senso comum para obter um olhar de pesquisadora e percebi que o jovem aprendiz é um sujeito complexo, plural e, também, reflexivo. Ele se forma a cada dia por representações e significados existentes ao seu redor, estabelecidos socialmente, culturalmente ou ideologicamente. Porém, essas representações e significados são ora conservados, ora redefinidos por eles partindo das suas próprias interpretações do real e das subjetividades. No contexto do jovem aprendiz o trabalho faz parte de suas vidas, mas elas, também, estão envoltas de múltiplas configurações que contribuem para a construção desse sujeito social. Permitir-me perceber e retratar a realidade do jovem aprendiz me proporcionou desenvolver o perfil desse sujeito a partir de um olhar pessoal sobre sua realidade.

CAPÍTULO 1 - TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E JUVENTUDE

1.1 Trabalho

O tempo da vida se reduz inteiramente sob a influência do cálculo econômico e do valor.

André Gorz

Essa realidade tem gerado adoecimentos e suicídios dessas personagens, em silêncio.

Ricardo Antunes e Praun

Os jovens aprendizes trabalham em regime de aprendizagem por meio período e é respeitado, durante a qualificação, o horário escolar. Eles são primeiramente contratados pela Rede Pró-Aprendiz e encaminhados para a prestação de serviços em instituições públicas ou particulares e, ao completar 18 anos, é encerrado o contrato de aprendizagem (no caso de contrato para a idade de 14 a 18 anos). Segundo Moura (2009), para esses jovens o trabalho sob o regime de aprendizagem é importante para a obtenção de experiência, autonomia e independência perante a família, além da elevação da autoestima, mas ao mesmo tempo toma-lhes o tempo que poderiam descansar passear ou estudar.

O trabalho, sob o aspecto puramente filosófico, pode ser considerado uma atividade natural de sobrevivência e, ao mesmo tempo, gratificante, em que o ser humano transforma bens da natureza em alimentação e utensílios diversos. Marx (1996), definiu bem a relação entre o trabalho e a realização pessoal, pois para ele o ser humano é o único ser capaz de transformar a natureza em artefatos e alimentos apropriados para a sua própria sobrevivência e necessidades. Mas, quando o trabalho se torna instrumento de exploração de uns sobre outros, passa a representar uma atividade desumana e desgastante, como no capitalismo.

Busco compreender a realidade que envolve o mundo do trabalho e suas transformações nos últimos anos que, de alguma forma, modificam as relações e vida das pessoas envolvidas, diretamente, com ele. Vivemos em uma sociedade que possui privilégios para alguns e sacrifício para outros: grande parte da população trabalha continuamente e de forma precária, com baixa remuneração e sem perspectivas de um futuro melhor. Tudo isso contribui para precarizar a própria vida dessa população.

No sistema capitalista, como se sabe, o trabalho e a divisão dos seus resultados se constitui em um eixo norteador de um processo gerador de desigualdades. Os trabalhadores se submetem à exploração, em muitos casos, por não terem outra opção de sobrevivência. Conquistar uma vaga no mercado de trabalho, geralmente, pode não representar uma realização pessoal ou satisfação, nesse sistema de concorrência e exploração. O trabalhador pode estar inserido, dependendo de sua função e formação, em um processo de desumanização das relações sociais e de adoecimento se estiverem submetidos às pesadas pressões por produção e metas entre outros tipos de coação.

A desumanização das relações de trabalho está relacionada, geralmente, às questões de estabelecimento de metas, na relação cotidiana de concorrência, no receio constante do desemprego entre outros fatores que podem gerar o adoecimento físico e mental dos trabalhadores. Essa realidade atinge direta ou indiretamente a vida social dos envolvidos. O fracasso ou o sucesso individual no trabalho pode transcender as outras esferas do convívio social. Fechar os olhos sobre esse tema proporciona ainda mais o silêncio sobre uma realidade traumática que, geralmente, representa o ambiente de trabalho.

O mercado de trabalho tem exigido, nos últimos anos, um novo perfil do trabalhador. Este deve ser mais participativo, flexível, diversificado, tecnológico, competitivo, barato, disponível e escolarizado. O novo contexto tende a cobrar mais desse trabalhador com remuneração mais baixa. Mascarenhas (2002) discute essas transformações no mundo do trabalho como definidora de uma nova composição da identidade política da classe trabalhadora nessa intensificação do trabalho e, ao mesmo tempo, ocorre uma desqualificação desse trabalho. Ao se requisitar mais qualidade técnica e intensidade produtiva, desvaloriza-se o trabalho em si, mesmo qualificado. Há uma redução do emprego regular mediante a flexibilidade exigida no processo de produção, abrindo espaços para o trabalho em tempo parcial, subcontratos e contratos temporários, contando com a exclusão contínua dos mais jovens e dos mais velhos.

A força de trabalho constitui-se como uma mercadoria distinta das outras mercadorias, o surgimento de mercadorias é regulado pelo critério de suas

possibilidades de venda, todavia isso não acontece com a "mercadoria" força de trabalho, pois esta tem sua oferta "determinada por processos demográficos, regras institucionais do comportamento humano e por processos socioeconômicos de 'liberação' da força de trabalho" (MASCARENHAS, 2002, p. 17).

O trabalho é visto como um meio de conquistar objetivos na vida e se destacar socialmente, ou seja, significa uma possibilidade de se tornar bem-sucedido economicamente. Essa forma de ver a realidade pode encobrir as situações de exploração e desigualdades. As práticas de abusos, no ambiente de trabalho, se sustentam, além de outros aspectos, pelos discursos de sucessos por meio do mérito e esforço pessoal em que o trabalhador que suporta as adversidades do trabalho terá mais chances de ascensão profissional, descartando a relação histórica entre desigualdade, exploração e exclusão.

Esta representação social, que relaciona sucesso e honra ao trabalho, demonstra que esses elementos são, socialmente, valorizados. E essa valorização foi construída historicamente e sobre um contexto político e cultural burguês, que procura sempre manter e justificar a exploração sobre a classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, o sujeito que não trabalha não é reconhecido como dotado de moral. O ato de não trabalhar representa não apenas a privação material, mas, sobretudo, moral. "Os pobres, sem dúvida, aprendem em casa e na escola que é através de seu trabalho e esforço que o indivíduo deve achar seu lugar no mundo social" (SARTI, 2007, p. 94).

Na realidade as pessoas se comportam de acordo com o ordenamento imposto socialmente, seja por meio simbólico ou de forma coercitiva, seja de forma consciente ou não consciente. São levados a cumprir determinados papéis sociais, definidos ora por sua condição social e econômica, ora por outras situações. Os valores sociais fazem parte do processo de socialização. A aceitação às normas e regras sociais, bem como ao sistema de produção e distribuição de bens que engendram o mundo do trabalho, é resultado do processo de socialização. A subjetividade que legitima as práticas que envolvem o trabalho e o trabalhador constitui um importante meio de preservação de um modo de sociabilidade e organização econômica que se caracteriza, sempre, pelo encantamento e, ao

mesmo tempo, pela escassez de oportunidades. Para Bourdieu e Passeron (2011), as instituições sociais, como a escola (realidade francesa), servem à perpetuação das relações estabelecidas entre as classes. Existe um controle social que o sistema escolar desempenha sobre a sociedade, que tende a dissimular que se trata de um sistema que contribui para reproduzir a estrutura das relações de classe e serve efetivamente a toda a sociedade.

O sistema escolar, com suas ideologias e os efeitos gerados pela sua autonomia relativa, serve para a legitimação e ordem social e da transmissão hereditárias dos privilégios da própria sociedade burguesa. Esse sistema contribui para convencer cada sujeito social a se manter no lugar que lhe cabe por natureza, e da mesma forma permite aos empreendedores justificar seu sucesso através do mérito. As funções da instituição escolar asseguram a rentabilidade do capital e legitimam a sua transmissão em uma sociedade em que a obtenção dos privilégios sociais depende cada vez mais estreitamente da posse de títulos escolares. São configurações sociais estabelecidas historicamente que possuem semelhança com o ordenamento de poder político e econômico brasileiro. “A escola tem apenas por função assegurar a sucessão discreta a direitos de burguesia que não poderiam mais se transmitir de uma maneira direta e declarada” (BOURDIEU; PASSERON, 2011, p. 251).

Essa teoria da relação entre a escola e a reprodução do pensamento que privilegia uma classe faz referência à realidade da sociedade francesa, mas é perfeitamente possível desenvolver uma releitura sobre essa teoria e o pensamento meritocrático que envolve a sociedade brasileira. Por meio de títulos e um dado comportamento sustentado e adquirido nas mais conceituadas instituições de ensino gera-se as diferenças visíveis e não visíveis entre grupos sociais.

Os sujeitos, em sociedade, estão envolvidos em um constante processo de socialização, é nesse processo que se desenvolve a identidade social de cada sujeito. Segundo Dubar (2005), a socialização é um processo de identificação, de construção de identidade, em que se assume o pertencimento a grupos, as atitudes e percepções sobre o mundo, contribuindo para a definição de papéis sociais e da própria trajetória profissional. O trabalho define a identidade, não é a pessoa que define sua profissão a partir de sua identidade anterior.

Geralmente, a classe trabalhadora não escolhe o trabalho, ou profissão: insere-se onde há vaga, onde é possível e, a partir daí, vai desenvolvendo seu perfil ocupacional ou profissional. No caso dos jovens⁵ brasileiros, não é diferente, em sua maioria começam a trabalhar muito cedo, ainda crianças, perpetuando os mesmos caminhos dos pais no trabalho precoce. Normalmente trabalham realizando bicos, como ajudantes ou na rua vendendo balas e doces e contrariando, as expectativas de muitos (discursos que enaltecem o trabalho voltado para crianças e jovens), acabam entrando na criminalidade ou prostituição por meio do próprio ambiente de trabalho, pois estão vulneravelmente muito próximos das relações de criminalidade, exclusão e tráfico.

Para Guimarães (2005), o trabalho é uma prática costumeira aos jovens e é o principal interesse deles. Representa, inclusive, um direito para eles. Essa análise, no entanto, não se pauta nas condições sociais que levam esses jovens a considerarem o trabalho como centralidade em suas vidas: a necessidade pode ser um ponto de partida nessa reflexão.

Nas últimas décadas ocorreram diversas transformações no contexto do trabalho, no entanto, as mudanças surgem, mas mantêm-se velhas práticas de abusos e exploração do trabalho. A intensificação do controle e o processo de desvinculação institucional dos trabalhadores nas empresas são exemplos dessas adaptações do mercado para a diminuição de gastos e a elevação dos lucros.

O controle eletrônico, mais eficiente e racional, ao controle do controle burocrático, emblematicamente, representado pela folha de ponto e/ou cartão de ponto, está se estendendo para todos os setores da atividade produtiva do capital. O controle, entendido enquanto ação do capitalista para coordenar e dominar o ambiente e as relações de trabalho, tem-se metamorfoseado nas últimas décadas com a adoção de novas tecnologias capazes de intensificar a fiscalização do processo de trabalho e ao mesmo tempo fazer com que cada trabalhador ofereça mais trabalho ao capital. (SANTOS, 2015, p. 141)

Com a intensificação da globalização e dos efeitos de políticas e economia de exclusão social nos anos 1990 o Brasil tem vivido um histórico de retrocessos em relação aos direitos dos trabalhadores, de um modo geral. Serviços públicos em saúde e educação sofreram cortes de gastos profundos e, hoje, correm o risco de

⁵ O Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) define “jovem” a partir de uma percepção cronológica de idade. Nesse sentido, segundo o Estatuto, pessoas com idade entre 15 e 29 anos são jovens.

extinção em prol do lucro das empresas privadas que atuam nessas áreas. As políticas públicas para emprego e qualificação também são deixadas de lado, aumentando a insegurança, a intensificação e a exploração do trabalho.

A partir das transformações do trabalho verificadas nos anos 1990, ocorreu a adoção do trabalho em equipe, a intensificação e prolongamento da jornada de trabalho, através do comissionamento generalizado, e a insegurança e a figura do trabalhador flexível emergiram. As tecnologias e a reestruturação organizacional operaram em conjunto estabelecendo formas de trabalho representativas do regime atual de acumulação de capitais. (SANTOS, 2015, p. 138)

Nas últimas décadas cresce o ritmo da produção descentralizada e grandes empresas instalam ou contratam fábricas em diferentes partes do mundo, diminuindo os gastos da produção utilizando mão de obra barata. Os serviços em processo de aceleração contínua sobre novas formas de organização do trabalho também surgem fragilizando as leis trabalhistas, onde elas existem. Fica evidente, portanto, uma intensificação do ritmo do trabalho e da exploração, de forma global.

Grandes empresas passam a utilizar a mão de obra barata em outros países que não possuem leis ou regulamentações trabalhistas importantes para a vida dos trabalhadores. Surgem, também, nesse contexto, as novas estratégias para o aumento de produção por meio de pressões psicológicas em forma de metas, assédio, ameaças e outros instrumentos que podem gerar depressão, outras formas de adoecimento laboral e até suicídios. Segundo Antunes e Praun (2015), essa intensificação e pressão laboral e expansão do mercado em ritmo acelerado produzem, a cada dia, centenas de adoecidos no mundo do trabalho.

Por outro, outra parcela da classe trabalhadora, numericamente superior, passa a experienciar, cada vez mais, diferentes modalidades de vínculos e condições de trabalho que se viabilizam a partir de ambientes de trabalho que articulam menor desenvolvimento tecnológico a jornadas mais extensas, maior insegurança e vulnerabilidade. Essa divisão, muitas vezes perceptível a partir das condições da cadeia produtiva em cada país, é projetada em escala global, desenhando um mapa dos acidentes e doenças oriundas da atividade laborativa, cujo tipo e grau de incidência evidencia, de uma perspectiva ampla, parte das diferenças entre o centro e a periferia do sistema. Quanto mais frágil a legislação protetora do trabalho e a organização sindical na totalidade, maior o grau de precarização das condições de trabalho independentemente do grau de “modernização” das linhas de produção ou ambientes de trabalho como um todo. (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 411)

Caminhando junto com as terceirizações a flexibilização das leis trabalhistas, a desigualdade, está se tornando uma realidade bem cruel em muitos países que ainda mantêm a proteção de trabalhadores, como é o caso do Brasil.

A flexibilidade ou flexibilização se constitui no contexto atual em uma espécie de síntese ordenadora dos múltiplos fatores que fundamentam as alterações na sociabilidade do capitalismo contemporâneo. Do ponto de vista do seu impacto nas relações de trabalho, a reflexão se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural. (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 412)

Nesse contexto de intensidade laboral em que as pessoas, em local de trabalho, passam a competir habilidade, rapidez, conhecimento e grau de relacionamento com coordenação/chefia de forma naturalizada, a individualidade passa a ser central nesses cenários de competitividade, assédio e opressão. Os possíveis laços de solidariedade, amizade e compreensão vão sendo diluídos na medida em que as imposições institucionais preconizam somente os resultados do trabalho e não o seu desenvolvimento frente às necessidades, angústias, medos, transtornos, tempo, criatividade e perspectivas dos trabalhadores. Além disso, estes, a cada dia, percebem a desvalorização do seu trabalho e dos seus direitos. Segundo Antunes e Praun (2015), essa realidade tem gerado adoecimentos e suicídios silenciosos. “O desmonte dessas condições tem contribuído para o aumento de suicídios. É o resultado extremado de um processo de sofrimento psíquico, mas já destituído do apoio e solidariedade dos demais” (ANTUNES; PRAUN, 2015, p. 415). Conforme complementa Seligmann:

Os valores muito significativos, como o sentido conferido pelo trabalhador ao próprio trabalho, necessitam ser respeitados e esse respeito é essencial para a estabilidade emocional e psicossomática. Quando a ética pessoal e/ou profissional do trabalhador é ferida por imposições de chefia (e/ou da direção de uma empresa), a agressão sucinta sentimentos (raiva; decepção; medo; tristeza) e outras reações que não podem ser simplificadas em termo de estresse. (SELIGMANN, 2016, p. 174)

A qualificação profissional já não é sinônimo de melhoria salarial, ou melhor, qualidade de vida laboral, sendo que as constantes qualificações impostas para os trabalhadores seguem, simplesmente, a demanda de mercado para o preparo

tecnológico sem que isso modifique a vida dos trabalhadores. Para Martins (1997), a cobrança por qualificação se torna rotina e um critério para continuar na empresa. A função e o salário são mantidos, mesmo que este trabalhador tenha se qualificado e gastado tempo e dinheiro para essa formação. “Um trabalhador, afinal, que precisa adquirir ou ampliar os seus conhecimentos para manter-se no mesmo lugar” (MARTINS, 1997, p. 103).

Vivemos, atualmente, um momento de grandes transformações no mundo do trabalho, sendo que novas definições e práticas trazem novas configurações no formato e conteúdo das questões trabalhistas. O vínculo empregatício, no modelo da Carteira de Trabalho, jornada e identidade de trabalhador, vem, rapidamente, se descaracterizando frente às reordenações que visam a mínima, ou nenhuma, relação entre empresas e empregados, apenas o necessário para o desenvolvimento dos negócios.

O mercado tem cada vez mais procurado obter lucros em menos tempo e com menos gastos, sendo que a tecnologia tem proporcionado transformações significativas no processo de dinamização da produção, em qualquer área produtiva. Uma das providências mais intrigantes nesse processo são as formas objetivas e subjetivas que envolvem a disciplina e a vigilância dos trabalhadores no contexto de produção, de um modo geral. A vigilância disciplinar externa passa a se configurar em autovigilância disciplinar. Segundo Negri e Lazzarato, vivemos em um mundo em constante contradição: “O capital é ele mesmo a contradição em processo” (2001, p. 29).

O cenário de trabalho tem, ultimamente, obrigado o próprio trabalhador, em formas subjetivamente sutis, a se responsabilizar pelo rendimento “das empresas” e resultados de sua atividade. Segundo Santos, o capitalismo tem criado um sistema de controle disciplinar cada vez mais moderno para responder as exigências do capital: “(...) a dominação do capital sobre o trabalho obedece rigorosamente procedimentos não só objetivos, mas, e principalmente, subjetivos de imposição” (2015, p. 94).

Quem trabalha é visto, hoje, como um parceiro, um colaborador, um empreendedor na empresa, logo este se vê com maior responsabilidade pelo seu tempo, seu espaço e sua concentração, pois dependerá de tudo isso para se manter

no trabalho. Um exemplo importante das mudanças que surgem nesse cenário laboral, devido muito aos avanços tecnológicos, é o trabalho imaterial. Este contribui intensamente com a sensação de mais e mais responsabilidade pelas tarefas a cumprir, pelo resultado final, levando os trabalhadores (principalmente de home office a cobrarem muito mais de si mesmos.

O trabalho imaterial é também um emblemático modelo de ressignificação do mundo do trabalho: ele tem se tornado central e altamente valorativo em todas as áreas do sistema produtivo e não produtivo (sistema financeiro). Pode-se denominá-lo também como trabalho intelectual. Para Negri e Lazzarato (2001) o trabalho imaterial e todo o processo que envolve o mundo do trabalho como um todo tem sido gerido pelo capital por meio dos sofisticados instrumentos de vigilância e controle do tempo e do espaço sobre a produção.

Ao econômico não resta senão a possibilidade de gerir e regular a atividade do trabalho imaterial e de criar os dispositivos de controle e de criação do público/consumidor através do controle da tecnologia da comunicação e da informação e dos seus processos organizativos. (NEGRI; LAZZARATO, 2001, p. 52)

O trabalho material, por sua vez, é remetido à periferia do processo de produção ou abertamente externalizado. Ele se torna um “momento subalterno” desse processo, ainda que permaneça indispensável ou mesmo dominante do ponto de vista qualitativo (GORZ, 2005).

O mundo do trabalho na era do trabalho imaterial se redefine em todos os contextos que envolvem a vida dos trabalhadores (no tempo e no espaço), sendo que o trabalho passa a ser desenvolvido em casa, nas horas livres. O mundo do trabalho se torna o próprio mundo social: tudo e todos são hoje instrumentos do mercado, da produção, do negócio. Tornam-se valores. A vida privada se torna uma extensão comercial, em todos os sentidos. Onde não há mais fronteiras entre a vida e o trabalho, você se torna empresa e a empresa se torna você. O capitalismo reestrutura produção, sociedade e vidas.

Prefere a criação artificial de escassez à criação da maior prosperidade geral possível. A primeira permite o melhor aproveitamento do capital. A criação de valor e a criação de riqueza se afastam uma da outra de modo cada vez mais visível, sem que com isso sejam solucionados os problemas

fundamentais de um capitalismo que aproveita cada vez menos trabalho, distribui cada vez menos moeda, com um excedente de capital sobre uma carência de demanda solvente e a subtrair às bases de uma sociedade, cujos custos de uma estruturação e reprodução ele procura economizar mediante a privatização dos serviços públicos de ensino, da saúde e da previdência social. (GORZ, 2005, p. 11)

O trabalho imaterial é a constatação dessa realidade: trabalho e vida se tornam um só processo. “O coração, o centro da criação de valor, é o trabalho imaterial” (GORZ, 2005, p. 19).

As transformações ocorridas nos últimos anos demonstram a emergência de uma ampla conscientização e reflexão sobre a realidade e os interesses das grandes corporações financeiras que hoje contribuem para a definição dos rumos da economia, tecnologia, cultura e padrões sociais que se desenvolvem rapidamente sob os pilares do individualismo, solidão, preconceito, meritocracia e violência. São esses mesmos pilares que são sustentados no mundo do trabalho.

No discurso do capital o trabalhador polivalente e multifuncional é aquele que adquire certas habilidades, destreza, para operar máquinas e instrumentos tecnológicos presentes na contemporaneidade e ao mesmo tempo coloque à disposição, dos patrões, suas capacidades intelectuais-cognitivas no sentido de oferecer mais intensamente sua força de trabalho e assim possibilitar o aumento da produção, da produtividade e, conseqüentemente, da lucratividade. (NEGRI; LAZZARATO, 2001, p. 26)

Ou seja, muda-se formatos, jornada, regras e leis, mas não se muda a real exploração do trabalho.

A continuidade da exploração não deve nos impedir de apreender a descontinuidade de suas formas de organização e de comando. (...) A jornada de trabalho fica porosa, não no sentido de sua diminuição quantitativa, mas no sentido de que “os trabalhos autônomos trabalham sempre”. (NEGRI; LAZZARATO, 2001, p. 93)

As contradições do capitalismo nos trazem um grande desafio: compreender um complexo jogo internacional de novas habilidades e relações de produção para, assim, definir construções conceituais que possam retratar um novo universo de constelações explorativas e invisibilizadas. O trabalho imaterial, aquele que se difere do trabalho manual ou braçal, é hoje uma das formas de produção intelectual mais atrativas para o mercado, perpassando por atividades tecnológicas, de planejamento e financeiras. O trabalho imaterial tem crescido intensamente, no entanto, não foge

de formas diferentes de exploração do trabalho. Para André Gorz (2015), o trabalho imaterial é aquele impossível de quantificar, estocar, homologar, formalizar e até mesmo objetivar, sendo que atividades cognitivas e imateriais se tornam um tecido de contradições.

A reestrutura industrial, a emergência de um regime de acumulação globalizada, baseado na produção de conhecimento e num trabalho vivo (cada vez mais intelectualizado e comunicativo), podem, (e devem) ser pensadas como processos contraditórios, onde a condição não é a que as opõe no passado das homogeneidades fabris, mas a que se encontra no presente das novas formas de exploração e da composição técnica do trabalho, nas novas lutas do proletariado e, em especial, do proletariado urbano. Isto passa, justamente, pela recuperação das dimensões constitutivas, e por isso revolucionárias, do trabalho vivo. (NEGRI; LAZZARATO, 2001, p. 12).

Atualmente, o desenvolvimento de estratégias de ganhos cada vez mais rápidos tem gerado a sensação de incapacidade nos trabalhadores, aumentando os riscos de adoecimento e suicídios frente às metas e cobrança por produção. Para Edith Seligmann (2016), professora e doutora em Medicina pela Universidade de São Paulo, os efeitos desse contexto de pressão sobre os trabalhadores trazem prejuízos para a vida de quem trabalha e para as relações de trabalho.

(...) a natureza coercitiva do novo tipo de controle instituído para alcançar metas extraordinárias era o que bloqueava a criatividade e estava conduzindo os empregados a profundas regressões psicológicas (...) Disso decorriam prejuízos à iniciativa, à qualidade do trabalho e mesmo à segurança – pois nessas circunstâncias ocorria inibição das comunicações e dos processos decisórios por ocasião das emergências. (SELIGMANN, 2016, p. 177)

O trabalho intensificado, ou seja, diluído cada vez mais na vida dos trabalhadores, sobre seu tempo livre, momentos de descanso e lazer, tem gerado estresse e mais sentimentos de concorrência, ansiedade, medo e depressão. O adoecimento e a responsabilidade cada vez mais individualizada em relação aos resultados da produção trazem consequências irreversíveis e danosas para a saúde física e mental dos trabalhadores. Isso tudo aliado à redução ou extinção dos direitos trabalhistas pode gerar uma sociedade violenta e cada vez mais doente, depressiva e impotente.

1.2 Qualificação

Em meados do século XX, a preparação para o trabalho no contexto urbano e para um grande número de trabalhadores tem início com a expansão das atividades industriais. A aprendizagem profissional geralmente ocorria nas próprias fábricas, nos finais de semana e à noite. À época, se desenvolve, nesse ambiente industrial, o pressuposto de que todos deviam, obrigatoriamente, possuir uma instrução profissional, ainda que os trabalhadores braçais não soubessem ler e escrever.

Entre os séculos XIX e XX um dos teóricos da economia que já defendia a qualificação profissional como um meio de tornar o trabalho mais produtivo, Alfred Marshall (1982), afirmou que no trabalho industrial, mesmo em atividades mais simples, a preparação para o trabalho representaria resultados mais satisfatórios. Nas atividades mais complexas a qualificação profissional se torna, sobretudo, uma emergência, pois, as transformações advindas da Segunda Revolução Industrial continuaram constantes e cada vez mais o manejo sobre as técnicas torna-se necessário para o total domínio com a maquinaria: nos sistemas Taylorista, Fordista e Toyotista. As habilidades motoras, em muitas funções, perdem espaço para as habilidades intelectuais que se tornam significativamente importantes para o operário da Indústria Moderna. Nesse sentido, Marshall defendeu que essa preparação laboral deveria envolver o hábito de personalidade, do cuidado e a rapidez em lidar com máquinas e materiais caros. Para ele, a qualificação profissional geraria, para o ambiente fabril, além de uma execução adequada à produção, a capacidade de ajuste nesse ambiente através da difusão dos princípios e valores da própria sociedade capitalista. Essa abordagem, no entanto, não destacou a situação de precariedade dos trabalhadores nesse contexto.

No Brasil, em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) que passou a oferecer cursos de maior duração, possibilitando uma possibilidade de, de fato, realizar uma qualificação profissional que serviu para os trabalhadores conquistar funções de melhor remuneração e visibilidade; logo depois foram criados, também, o Serviço Social da Indústria (Sesi), o Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet). A grande maioria dos trabalhadores, no entanto, não participou desses cursos de maior durabilidade e notoriedade: por falta de tempo, escolaridade básica ou condições de

arcar com transporte ou outras despesas. Segundo Campos (2015), esses trabalhadores pouco qualificados, geralmente, se preparavam no próprio ambiente de trabalho:

(...) de um lado tem-se um número menor de trabalhadores altamente qualificados e “certificados, geralmente em postos de comando; e de outro, trabalhadores de diferentes setores cumprindo tarefas rotineiras, mecânicas, predefinidas e que geralmente, eram treinados para as atividades que exerciam nos seus próprios postos de trabalho. Eram esses trabalhadores poucos qualificados que engrossavam as fileiras dos sindicatos, principalmente os sindicatos urbanos ou industriais” (CAMPOS, 2015, p. 31)

O Estado inicia políticas públicas voltadas para o incentivo à qualificação. Para Maria Lúcia Machado (2012), o papel do Estado, nesse período, foi fundamental para o crescimento da qualificação profissional.

A organização do ensino industrial traz em sua dinâmica a expressão dos projetos societários já estabelecidos. O projeto de formação da força de trabalho imbricado com o discurso da modernização como caminho para o progresso inexorável, sendo este viabilizado a partir da ação do Estado. (MACHADO, 2012, p. 112)

Para Saviani (2008), a preocupação do Estado em desenvolver políticas de ampliação de qualificação profissional não está diretamente ligada somente aos fenômenos sociais que mudaram o cenário econômico no Brasil, como a perda da força de setores agrários e a ascensão da burguesia industrial, mas, sobretudo, pela pressão operária por oportunidades no campo educacional, de um modo geral.

Em 1959, as Escolas Técnicas e Industriais ganham mais autonomia e investimentos e se expandem junto à expansão industrial; no entanto, estas instituições foram se tornando ambientes voltados para jovens pertencentes à classe média, devido à dificuldade dos trabalhadores em ingressar nos cursos ofertados. Para Campos (2015), a relação entre o trabalho braçal e as camadas populares é tão evidente que a divisão de classes acaba por definir as próprias políticas de formação profissional: “(...) o ‘trabalho sujo’ ou o ‘trabalho pesado’, sempre estava reservado à emergência das camadas populares como sujeitos e atores das relações de trabalho” (CAMPOS, 2015, p. 32).

A década de 1960 foi marcada por projetos desenvolvimentistas que priorizavam a indústria e intensificação de mobilizações políticas populares e

trabalhistas. As atividades sindicais, as organizações estudantis e os movimentos culturais e da educação popular se intensificaram, bem como os movimentos conservadores contrários a essa efervescência política. A partir de 1964, o governo militar, por meio de medidas extremas contra os movimentos populares e dos trabalhadores, inicia um longo processo de retrocessos sobre as políticas sociais e, sobretudo, educacionais. Reestrutura o ensino básico adaptando-o às exigências do mercado e ao mesmo tempo diminui os investimentos nessa área. Essas medidas contribuíram para uma exclusão mais intensa em relação às oportunidades de formação de qualidade para os trabalhadores braçais, gerando ainda mais uma divisão entre formação rápida e precária – para a maioria dos trabalhadores – e formação de excelência, com mais investimentos públicos, nas escolas Técnicas e Industriais – para os trabalhadores com melhores condições de vida e trabalho.

Entre 1970 e 2000 muitas iniciativas em prol da formação profissional se desenvolveram em um cenário de intensificação da globalização e pelo desenvolvimento da Constituição de 88, que passa a considerar a qualificação como um direito do cidadão, isso devido às pressões sindicais e de diferentes movimentos populares. No entanto, novos retrocessos surgem em meados da década de 1990, pois a política neoliberal brasileira inicia um devastador corte nos investimentos em saúde, infraestrutura e educação, refletindo diretamente nos projetos de qualificação profissional. Com a onda neoliberal conceitos novos surgem na agenda do governo federal: flexibilidade, formação de competências, empregabilidade e parcerias público-privadas com a consequente diminuição do Estado no provimento de políticas públicas. A formação profissional deixa, a partir daí, de vez, a ser uma exclusividade estatal.

No Brasil, a formação profissional destinada aos jovens só tem início, de fato, no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a iniciativa da Primeira Dama, na época, Ruth Cardoso. Foram elaborados os projetos e programas voltados para a erradicação do trabalho infantil, por exemplo, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa de Saúde do Adolescente e do Jovem. Foram definidas, também, ações visando a inserção de jovens em políticas públicas, que em sua maioria, eram voltadas para a qualificação profissional.

A criação do PETI, apesar do pouco investimento nos estados, foi muito significativa em relação à proteção às crianças na exploração do trabalho e a evasão escolar: as famílias recebiam um valor mensal para manter as crianças e adolescentes na escola e, no período vago, eram encaminhados para atividades extracurriculares. Eles tinham atividades de lazer, esportivas e culturais próximas de suas casas. Antes desse período, poucas iniciativas foram desenvolvidas para o público infanto-juvenil. No entanto, mesmo nessa nova perspectiva de acolhimento à criança e ao jovem alguns projetos não deram resultados tão positivos, pois as reais necessidades desses dois grupos não foram debatidas para um adequado atendimento às demandas (falta de estrutura nos locais que atendiam as crianças, desatenção às famílias dessas crianças e adolescentes e outros). Segundo Sofiati (2013), apesar das importantes iniciativas, nessa fase, ainda existia um viés preconceituoso sobre a imagem dos jovens pobres. “O jovem é visto como um problema ou objeto de atenção e não há um critério científico que defina a faixa etária de atendimento” (SOFIATI, 2013, p. 138).

Nos governos de Lula e Dilma foram criados e desenvolvidos, entre outros, o Programa Nacional de Inclusão de jovens (que incluía o Pro Jovem Urbano), o Estatuto da Juventude e a reestruturação da, já existente, Lei do Aprendiz. Essas iniciativas contribuíram para a inserção de um grande número de jovens no mercado de trabalho formal e, ao mesmo tempo, contribuíram também para um maior debate na sociedade sobre o trabalho precário e informal ao qual crianças e jovens se submetiam em prejuízo do desenvolvimento escolar. A relação entre trabalho e os jovens deixa de lado outros debates que poderiam enxergar o jovem como sujeito, portador, também, de direitos à educação, lazer e outros pontos importantes para sua formação. Em todo o caso, a visibilidade sobre a juventude contribuiu significativamente com futuros projetos juvenis. Para Abramo (2005), esse foi um momento em que o trabalho foi tido como único direito do jovem, “Mesmo que existam programas de diferentes áreas, principalmente programas de formação, como os de trabalho, que se reduzem, quase a todos, à qualificação ou treinamento para o trabalho” (ABRAMO, 2005, p. 20).

A Lei do Aprendiz estabelece as normas de contratação de jovens menores de 18 anos de idade, no mercado de trabalho, sendo eu estes podem exercer

atividades laborais somente na condição de aprendizes. E, como aprendizes, obrigatoriamente, devem estar matriculados e frequentando a escola. A partir dessa lei, inúmeras empresas têm contratado esses jovens, respeitando seu horário escolar e suas limitações referentes à idade e à falta de experiência, pois prestam serviços apenas para a própria aprendizagem profissional.

Em Goiás, centenas de jovens já se tornaram aprendizes. Várias instituições desenvolveram uma estrutura de formação e encaminhamento desses jovens aprendizes para o mercado de trabalho. A Rede Pró-Aprendiz tem se destacado pelo grande número de ofertas de vagas de trabalho aprendiz para esse público, em Goiás. Essa rede é formada por um conjunto de instituições que atuam em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal, com exceção de Roraima, Amapá, Acre e Piauí, atendendo jovens e direcionando-os para o mercado de trabalho.

A Rede Pró-Aprendiz promove parcerias com outras instituições que também atuam na inserção de jovens no mundo do trabalho a partir de programas de aprendizagem. As atividades da Renapsi (parceira da Rede Pro Aprendiz) são voltadas para jovens de 14 a 24 anos, desde o ano de 2009. Já foram atendidos aproximadamente 120 mil jovens de ambos os sexos e, atualmente, atende por volta de 12 mil jovens. A FPC, empresa que também forma a Rede Pró-Aprendiz, já atua desde 1995.

A FPC criou e desenvolveu o Programa Jovem Cidadão, que já atendeu mais de 100 mil jovens e tem como principal objetivo a aprendizagem voltada ao mercado de trabalho. Além desse programa, ela também desenvolveu outros projetos concomitantes à atividade de qualificação em que envolve temas do meio ambiente, prevenção ao mundo das drogas, socialização, empreendedorismo, resgate social de jovens infratores e valorização da mulher, família e da escola. Segundo dados da FPC, através de seus programas e projetos ela colabora com o desenvolvimento socioeconômico do país, combatendo a violência, a evasão escolar e o desemprego. Para a empresa seu programa proporciona o emprego a geração de renda e a continuidade escolar e cria novas perspectivas de um futuro melhor para os jovens e suas famílias.

A Rede Pró-Aprendiz, sendo uma instituição de grande alcance, poderia desenvolver uma relação integral de diálogo e compartilhamento em conjunto entre

família, sociedade, trabalho e escola, gerando uma rede maior de proteção, informação e afetividade. Isto proporcionaria mais comprometimento da sociedade em relação à formação integral desses jovens que não podem, de forma isolada, caminhar sozinhos sem atenção médica, social e cultural, tão importantes para esses jovens aprendizes. Segundo Novaes (2004), a juventude brasileira sofre de forma incisiva os processos resultantes da conjugação entre herança histórica e padrões societários vigentes e são os jovens mais pobres os mais atingidos pelos processos de desqualificação e geradores de desigualdades sociais.

As políticas públicas para jovens se concentram na esfera do trabalho e, nem sempre, o mercado é capaz, ou se interessa em resolver os problemas juvenis ou atender a demanda existente com vagas para esse grupo social. Cohn (2004) afirma que políticas públicas de juventude podem garantir o acesso dos jovens a melhores condições de vida e de trabalho, todavia seus estudos mostram que a juventude em transição para a idade adulta não possui um espaço próprio para suas necessidades: "não encontra lugar no nosso sistema de produção social, já que sua matriz estrutural era exatamente o trabalhador assalariado do mercado formal de trabalho" (COHN, 2004, p. 168).

Atualmente, a FPC e o Renapsi trabalham juntos, em todos os programas e projetos: essa parceria se consolidou em 2009, concomitantemente com a expansão do Programa Jovem Cidadão para diferentes parceiros, a nível nacional. As associações, em Goiás, que formam a Rede Pró-Aprendiz são: FPC; Renapsi; Casa do Menor Trabalhador; Instituto de Assistência a Menores de Rio Verde (IAM); Brigada Mirim Ambiental de Quirinópolis; *Tutor Foundation*; e Instituto Promover (IPHAC).

O principal programa da Rede Pró-Aprendiz é o Programa Jovem Cidadão, que atende os jovens e os encaminha para o mercado de trabalho. Selecionam jovens, do sexo feminino e masculino, com idades entre 14 e 24 anos, geralmente, pertencentes a famílias de baixa renda, para ingressar no mercado de trabalho como aprendizes. Por meio da qualificação teórica e prática este jovem apreende os conteúdos e exercícios básicos para atuar no mercado e vivencia na prática como funciona esse ambiente. A prestação de serviços como aprendiz ocorre meio período por dia, preservando o processo escolar do aprendiz. Os projetos

desenvolvidos em 2017 foram: Passo à frente, Meninas Super Empreendedoras e Aparecida em ação.

O projeto Passo à frente tem o objetivo de promover a reinserção do jovem infrator na sociedade por meio da inserção deste no mercado de trabalho. Em parceria com o Fórum de Aparecida de Goiânia, o Renapsi e a FPC encaminham esses jovens ao Programa Jovem Cidadão, no qual participam de um curso teórico e, a partir daí, se tornam jovens aprendizes.

O projeto Meninas Super Empreendedoras tem o objetivo de preparar por meio de cursos as jovens aprendizas a se tornarem empreendedoras. Tendo como conteúdo do curso temas que envolvem a elevação da autoestima e os desafios do mercado de trabalho para quem objetiva se tornar empreendedor.

O projeto Aparecida em Ação propõe a conscientização dos jovens sobre os temas das drogas, da criminalidade e da violência. Por meio de palestras, atividades recreativas e reuniões com a comunidade, agentes da segurança pública e os jovens, busca-se o debate e o desenvolvimento de ações preventivas à inserção à criminalidade.

Em relação ao desenvolvimento de projetos de caráter inclusivo se destaca o projeto Passo à frente, que proporciona a ressocialização por meio do trabalho de jovens autores de atos infracionais e possibilita uma mudança de vida significativa, nos casos de continuidade no programa Jovem Cidadão.

Em uma proposta semelhante ao Jovem Cidadão, desenvolvido no Instituto Lar da Juventude de Assistência e Educação – Parque Dom Bosco (Itajaí-SC), criou-se o programa Jovem Aprendiz, que atende jovens adolescentes com base na Lei do Aprendiz. O trabalho pedagógico é focado na profissionalização, como ocorre com o programa Jovem Cidadão da Rede Pró-Aprendiz. Essas instituições teriam mais êxito no desenvolvimento integral desses jovens se desenvolvessem mais atividades extra-trabalho, seja no aspecto teórico, seja no aspecto prático. Essa perspectiva é a mesma de Medeiros (2016) que desenvolveu pesquisas com jovens aprendizes na Instituição Parque Dom Bosco:

Como síntese destes depoimentos pode-se colher que o Programa Jovem Aprendiz poderia repensar a estrutura de temas, pois estes jovens estão bastante interessados e ansiosos por aprender. Para eles, a diversidade de assuntos seria muito bem-vinda e não apenas o enfoque centrado em

algumas temáticas, ainda que estas possam contribuir para o desenvolvimento de competências profissionais na atualidade. (MEDEIROS, 2016, p. 102)

A oportunidade de trabalho aprendizagem para jovens pode representar um grande avanço na proteção de adolescentes em relação à exploração do trabalho (na informalidade). No entanto, a inclusão de jovens adolescentes em programas de aprendizagem profissional, na prática, pode gerar uma série de consequências traumáticas para sua vida. Por possuir uma idade precoce e pela falta de experiência esse jovem pode sofrer preconceito e assédio no ambiente de trabalho.

Durante a realização da pesquisa da dissertação foi possível apreender situações características do mundo do trabalho em um sistema capitalista. A exploração do trabalho, o sentimento constante de competição e concorrência, prática de assédio moral e sexual. Na análise sobre juventude e trabalho estes temas são relevantes, pois podem contribuir para esclarecer e desmascarar uma realidade que, em muitos casos, está encoberta por um véu de ilusões e práticas já consagradas como naturais. (MOURA, 2009, p. 102)

A exclusiva preocupação com a eficiência dos jovens aprendizes no trabalho e com sua qualificação pode deixar de lado importantes situações que esses jovens estão propensos a sofrer. Muitos se silenciam frente aos abusos que sofrem, podendo gerar diferentes consequências negativas para o resto de suas vidas.

1.3 Juventude

A juventude precisa ser tratada como uma categoria da política e o jovem como um ser que apresenta em suas ações quem é e que mundo deseja construir.

Barbosa e Pereira

O trabalho infantil continua sendo uma prática comum, no Brasil. Apesar de iniciativas em relação às políticas públicas implementadas nas últimas décadas para a erradicação do trabalho infantil, ainda é significativo o número de crianças e jovens adolescentes que trabalham (na informalidade), no Brasil.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) referentes a 2014, o número de crianças e adolescentes trabalhando aumentou consideravelmente em relação ao ano anterior (IBGE, 2014). Esse aumento foi de

4,5%, o que equivale a um contingente de 143,5 mil a mais nesta condição. Em 2014 havia 3,3 milhões de pessoas na faixa etária entre 5 a 17 anos de idade trabalhando no Brasil. Encontravam-se na situação de trabalho infantil, ou seja, pessoas com idades entre 5 a 13 anos, 554 mil crianças. Destas, 70 mil estavam no grupo de 5 a 9 anos de idade e 484 mil no grupo de 10 a 13 anos de idade. Entre os adolescentes de 14 a 17 anos de idade, estavam 2,8 milhões deles trabalhando em 2014. Se esses dados são alarmantes, pode existir uma realidade muito pior se imaginarmos que esses números não contemplam famílias em condição de moradores de rua e aquelas famílias que por ventura se omitiram em relação às atividades laborais de suas crianças. Atividades culturais, prática de esporte, leitura, a escolarização e outras atividades são secundários quando se trata da inserção no mundo do trabalho. Os valores morais são utilizados para o convencimento para o trabalho juntamente com a necessidade de obtenção de renda, que na prática é ela que define toda a relação entre juventude pobre e o trabalho. “Na sociedade brasileira o trabalho se afirma como um valor cultural e simbólico” (MARTINS, 1997, p. 98).

De acordo com os dados do IBGE (2014) a porcentagem de jovens com idades entre 15 a 17 anos que trabalhavam em 2014 era de 2,5% da população ocupada, ou seja, que trabalha; no entanto, não fica esclarecido se estes jovens trabalham em atividades laborais como aprendizes ou não. O Brasil ainda possui uma grande quantidade de crianças trabalhando com idades entre 5 a 13 anos. Em 2014, o número de crianças com idades entre 5 a 9 anos trabalhando aumentou consideravelmente em relação ao ano de 2013, de 61.000 para 70.000 crianças. A sociedade, geralmente, relaciona a juventude a situações depreciativas gerando uma emergência da inserção precoce no mundo do trabalho. “A juventude é frequentemente relacionada à indisciplina, à violência urbana, ao consumo e tráfico de drogas, à gravidez na adolescência, ao desinteresse pela escola, entre outros” (SILVA, 2015, p. 91).

A desigualdade está relacionada à realidade da maioria dos jovens, no Brasil, de forma que a sociedade brasileira tem reforçado o discurso que relaciona jovens ao mundo da criminalidade, mas é a desigualdade social que afeta a maioria desses

jovens. Essa é uma das principais razões para que as famílias de assalariados⁶, que vivem do trabalho, incentivem o ingresso de seus jovens ao mundo do trabalho, pois devido à desigualdade de oportunidades (econômica e cultural) eles não possuem espaços de sociabilidade juvenil que promovam atividades de esporte, lazer e cultura. E, quando estudam, muitos jovens não se identificam com as atividades pedagógicas que não atendem à sua realidade e necessidades, “A realidade de espaços rigidamente demarcados, normatizados, hierarquizados, que nada condiz com a cultura juvenil impede que o jovem aluno se identifique com a escola” (SILVA, 2016, p. 177).

A maioria dos jovens brasileiros exerce uma atividade remunerada para contribuir com a renda familiar e cobrir gastos pessoais impossíveis de serem arcados pela família. Nesse sentido, é possível apontar dois fatores para a persuasão, cada vez mais precoce, dos jovens ao ingresso ao mundo do trabalho: Uma renda familiar a mais e a representação social que define o melhor caminho para os jovens, filhos de assalariados: medo de que esse jovem, filho de trabalhadores, ingresse no mundo da criminalidade. Esse medo ronda as famílias que vislumbram, muitas vezes, apenas uma saída: o trabalho. Os jovens, principalmente do sexo masculino, são pressionados pela família e sociedade a ocuparem o tempo livre com o trabalho para que não se envolvam em drogas e criminalidade. Enquanto que jovens de classe média e alta são incentivados a retardar seu ingresso no mercado para a dedicação aos estudos, lazer e profissionalização. Essa desigualdade é apontada por Silva (2015):

Destaca-se o desemprego juvenil como um problema recorrente na periferias dos grande centros urbanos, não por ser exclusividade deste meio, mas em função de sua manifestação de forma mais recorrente entre os jovens de famílias pobres. Os filhos das classes média e alta deste país podem dedicar mais tempo aos estudos e, além de inserirem-se no mercado de trabalho em idade mais avançada, estes já o fazem dotados de melhor formação profissional; o que facilita a inserção e permanência no trabalho formal; além de conquistarem postos de trabalhos mais valorizados. (SILVA, 2015, p. 93)

A construção de um conceito de juventude que independe das relações sociais, históricas e culturais impossibilita o desenvolvimento de um retrato mais próximo da realidade da juventude brasileira. No entanto, é possível compreender e

⁶ Referência a trabalhadores que recebem como resultado do seu trabalho o salário mínimo. Hoje de 937,00 reais.

desenvolver esse conceito por meio do estudo das juventudes, no plural, ampliando as possibilidades de se conhecer o jovem na diversidade, ou seja, em meio a sua condição econômica, social e cultural, de acordo com sua região, escolaridade, renda familiar, trabalho, necessidades, dentre outros fatores (ABRAMO, 2005).

O questionamento é: qual juventude é, aqui, abordada? Turra Neto (2016) desenvolveu suas reflexões sobre o conceito de juventude partindo da ótica dos direitos. Para ele, a maioria dos jovens brasileiros forma essa juventude: são cidadãos, críticos e atuantes e sujeitos excluídos, historicamente, das oportunidades de educação, cultura, lazer e diferentes atividades socioculturais importantes para sua formação como pessoa:

Considerando que o esforço de definir juventude também pode ser encarado como um ato político. Assumimos, assim que a ideia de juventude é uma construção sociohistórica, cujas bases sobre as quais se assenta jogam um papel importante na construção da própria realidade. Nesse sentido, colocamo-nos a tarefa de elaborar uma definição de juventude que seja uma forma de demarcar posição política no debate. Uma definição que, em primeiro lugar, possa servir como parâmetro para a avaliação crítica da realidade social e, em segundo lugar, que possa se engajar na luta pela construção da condição social da juventude como um direito. (TURRA NETO, 2016, p. 119)

A faixa etária juvenil, assim como os demais grupos sociais, é uma criação sociocultural representando, ao longo das últimas décadas, as transformações ocorridas nas relações sociais por meio dos processos de modernização e de novas configurações das sociedades contemporâneas. A juventude surge como uma das novas configurações sociais, de análise sociológica, como as relações de gênero, relações étnico-raciais, entre outras. Porém, em um tema complexo e subjetivo como a juventude, a análise por faixa etária por si só não absorve as suas inúmeras características, formatos, configurações e comportamentos que traduzem a juventude. Como afirma Groppo: “As faixas etárias e as categorias sociais delas oriundas são criações sócios culturais” (2010, p. 20).

A definição de juventude que se aproxima da realidade de jovens e se relaciona diretamente com temáticas cotidianas nos revela possibilidades mais próximas de compreensão da vida desse grupo. León (2005), com sua definição de juventude, contribui para revelar comportamentos, rotinas e necessidades reais desse grupo juvenil:

A definição da categoria juventude pode ser articulada em função de dois conceitos: o juvenil e o cotidiano. O juvenil nos remete ao processo psicossocial de construção da identidade e o cotidiano, ao contexto de relações e práticas sociais nas quais o mencionado processo se realiza, com fundamentos em fatores ecológicos, culturais e socioeconômicos. (LEÓN, 2005, p. 14)

Quando se trata do tema trabalho, os jovens pertencentes à classe de trabalhadores, geralmente, estão ocupados em atividades informais ou se veem desempregados (pois as vagas para aprendizes são insuficientes para a demanda). Com a preocupação social em relação aos jovens pobres de inseri-los no trabalho, esporte, cultura, escolarização, lazer e outras atividades ficam para segundo plano, ou inexistentes, nas agendas políticas. Nesse contexto, os temas que envolvem a juventude são, geralmente, trabalho, desemprego ou criminalidade.

Grande parte dos discursos do Estado, mercado e sociedade sobre o desemprego de jovens, no Brasil, está relacionada à falta de capacitação profissional. Mas, podem ser inúmeros os fatores que dificultam a inserção ou continuidade no mercado de trabalho: vagas, preconceito, racismo, baixa escolaridade, baixa estima, casos de Déficit de Atenção e outros elementos pouco pesquisados na temática trabalhista. Seriam necessárias diversas pesquisas para uma aproximação da realidade que envolve esses jovens em relação ao mundo do trabalho. Ferreira (2014) apresenta a reflexão sobre a relação entre qualificação e desemprego destacando diferentes situações da realidade que afetam o ingresso ou permanência no emprego.

O desemprego apresenta-se também como experiência subjetiva: diferentes indivíduos vivem e sentem o desemprego de maneira diversa, sofrendo influência não apenas do tipo de sociedade em que vive, mas também em função de sua raça, de sua idade, do seu gênero, do seu nível de qualificação do papel que o trabalho adquiriu em suas trajetórias de vida". (FERREIRA, 2014, p. 243-244)

Essas novas dimensões que marcam a sociedade altamente tecnológica são vistas como solução para desemprego e desigualdades no mercado e na sociedade, mas quanto maior é o avanço tecnológico, maior será o desemprego. O trabalho autônomo, realizado em casa, por projetos ou exclusivamente tecnológico, são exemplos. O que, na verdade, é uma ilusão e um desequilíbrio para a formação de

identidade social e profissional dos jovens, principalmente quando se trata de atividades informais, insalubres e de baixíssima remuneração ou que intensificam o estresse e ocupam horas antes vagas para passeio e descanso, como nos finais de semana. Nesses novos cenários, o individualismo e a competitividade imperam no mundo do trabalho. “O último grito do modelo da competência supõe um indivíduo racional e autônomo que gere as suas formações e os seus períodos de trabalho segundo uma lógica empresarial de maximização de si” (DUBAR, 2006, p. 111).

O interesse exclusivamente econômico, no capitalismo, geralmente impõe aos trabalhadores uma vida exaustiva e humilhante em que a família, o descanso e o lazer ficam sempre em segundo plano. “Dessa forma, o poder econômico impede o exercício dos direitos, como critérios normatizadores das relações sociais, necessários à garantia de padrões mínimos de civilidade” (MARIN, 2006, p. 117).

O estresse e a constante violência moral e psicológica no ambiente de trabalho para que os trabalhadores atingem metas e objetivos pré-determinados podem afetar consideravelmente a vida dos trabalhadores e, principalmente, dos jovens. Pela falta de experiência e o acúmulo de ingenuidade, os jovens podem sofrer diferentes agressões psicológicas no ambiente de trabalho ou por conta dele. Situações como assédio moral por não acompanhar o ritmo dos colegas fazem, normalmente, fazem parte da trajetória de muitos jovens que trabalham, mas sempre ocorrem de forma velada. O assédio moral, como explica Gosdal (2016), tem por efeito ou resultado a criação de algum tipo de prejuízo ao agredido, mesmo que seja com a criação de um meio ambiente hostil que traga desconforto físico e emocional para a vítima. Mendes (2016) vai além dessa reflexão sobre assédio, ela relaciona diretamente o aumento na incidência de assédio moral com as transformações nas relações de produção:

No Brasil, a prática da “flexibilização” utiliza muitas vezes condutas que configuram o dumping social, como o uso de jornadas exaustivas e da terceirização ilícita da mão-de-obra ou a “pejotização” da força de trabalho. As diversas modalidades de contratos de trabalhadores atípicos debilitam os laços de solidariedade entre os trabalhadores. (MENDES, 2016, p. 139)

Ao mesmo tempo os jovens pobres, por pertencerem às famílias assalariadas, sentem a necessidade de ingressarem no mercado de trabalho o mais cedo

possível. Com isso, muitas vezes buscam uma qualificação de ocupação que, geralmente, não se configura como uma qualificação profissional (que são caras e de longa duração), o que, em alguns casos, não é suficiente para que enfrentem um mercado sempre em constante transformação. Ou seja, o preparo para alcançar uma “ocupação” se difere consideravelmente da qualificação profissional. Lima (2007) afirma que a qualificação passa a ser considerada um direito a partir de 2003, tendo suas raízes nas discussões sobre políticas públicas travadas nos movimentos sociais e se fortalecendo nos sindicatos nos anos 1990.

Resta para esses jovens exercer qualquer atividade remunerada disponível para fugir do desemprego, mesmo tendo um curso profissionalizante. Não há tempo para esperar ou escolher trabalho, seja formal ou informal. Para Branco (2005), a desigualdade social expressada, principalmente, no nível de renda das famílias, proporciona a continuidade da situação de precariedade desses trabalhadores que se encontram perpetuados no ciclo de pobreza. Esses jovens que ocupam posições ocupacionais de baixa qualidade, de vínculos precários e de menor remuneração, situados no setor informal, têm comprometidos seus estudos e a própria formação profissional importante para a fase adulta.

Os jovens pertencentes às famílias de baixa renda são constantemente estimulados e pressionados a ingressarem, o quanto antes, no mercado de trabalho, seja para contribuir com o orçamento doméstico, seja para cobrir gastos pessoais ou simplesmente para não serem reconhecidos socialmente como desocupados. Segundo Correa (2016), a entrada no mundo do trabalho significa ir para a rua, sair da rotina familiar ou comunitária, fato que provoca constantes rupturas escolares, ocasionadas pelas dificuldades em conciliar trabalho e escola. Com isso, a procura por uma vaga no mercado de trabalho por parte dos jovens é cada vez mais crescente e constante. Os anseios juvenis relacionados ao trabalho representam um importante elemento no debate sobre valores, sociedade e família.

O trabalho simboliza dignidade, honestidade, busca pelo respeito e reconhecimento social. Além disso, ele representa um meio de sobrevivência ou uma renda a mais no orçamento familiar. Geralmente, as meninas iniciam cedo no trabalho doméstico remunerado. Grande parte dessas meninas são assediadas no local de trabalho, geralmente doméstico. “O trabalho doméstico tem grande peso

entre as ocupações ditas vulneráveis” (TOSTA, 2016, p. 126).

A atividade remunerada na vida dos jovens não representa apenas uma ocupação, reconhecimento e experiência, mas, sobretudo, uma renda, e por meio do salário que se completa o rendimento familiar e a satisfação de consumo desse jovem. Com isso, esse jovem se sente útil e importante em seu meio. A valorização do trabalho se intensifica ao se tratar do mercado de trabalho formal: a carteira assinada representa, além do salário, os diferentes direitos do trabalhador. Nessa perspectiva este assume o trabalho como algo importante para sua vida, pois o jovem em situação de carência de bens de sobrevivência aponta na direção de um trabalho, seja ele qual for. Se pudessem escolher, não teriam o trabalho como primeira opção para ocupar o tempo. A trajetórias dos jovens pobres é a mesma, trabalham e param de estudar. E as histórias são as mesmas passam a vida em precários postos de trabalho por falta de maior escolarização e qualificação. “(...) dessa trajetória adquire centralidade o trabalho” (CASSAB, 2016, p. 67).

Diferentes perspectivas teóricas procuram, sobre um aspecto ou outro, destacar os valores sociais e morais que sustentam o enaltecimento do trabalho. Sarti (2007) aponta os valores morais como fortes elementos subjetivos que contribuem para a superação de situações de degradação do próprio trabalhador. Segundo ela, o valor moral atribuído ao trabalho compensa as desigualdades socialmente dadas, na medida em que esse valor é construído dentro de outros referenciais simbólicos, diferentes daqueles que o desqualifica socialmente.

A ética do trabalho, ou seja, a busca de reconhecimento social, é reproduzida socialmente, sendo que legitima e justifica a submissão à disciplina do trabalho. Por meio dessa ética é que se atribui o sentido positivo ao trabalho. Ele, o trabalho, portanto, é visto como um meio de ordenação da sociedade, de forma que essa concepção de ordenação do meio social através do trabalho constrói um sentido positivo para o trabalho. Para o trabalhador, em geral, seu trabalho possui qualidades definidas, sobretudo, em termos morais, ainda que socialmente seja desqualificado ou não qualificado e dificilmente sustente as aspirações que o mundo capitalista oferece. Para Viana (2015), trata-se de uma forma de alienação do trabalho em que os trabalhadores não vislumbram todo um sistema engendrado pela ideologia sobre a ética do trabalho e acreditam participar de um sistema

efetivamente democrático.

Segundo Sarti (2007), o valor do trabalho, com o benefício social que dele decorre, não se inscreve apenas dentro da lógica do cálculo econômico do mercado, ou seja, o trabalho vale não só por seu rendimento econômico, mas por seu rendimento moral. A dimensão positiva construída sobre o trabalho através de fundamentos morais e religiosos possibilita relacionar o trabalhador ao respeito social e à dignidade social, destinando a esse trabalhador um lugar na sociedade. Ou seja, é por meio do trabalho que os trabalhadores se distinguem dos outros procurando se aproximar do modelo de vida socialmente aceito e desejado. Esse contexto, para Viana (2015), representa um regime de acumulação integral que esgota o trabalhador que se vê sem alternativas em uma política neoliberal, de trabalho alienado, uma educação repressiva e coercitiva. As relações sociais são marcadas pela burocratização, mercantilização e competição. “E, neste contexto, resta saber: que sociedade a juventude quer?” (VIANA, 2015, p. 71).

Esse valor moral atribuído ao trabalho contribui para manutenção da exploração capitalista do trabalho, pois mantém o trabalhador compromissado, moralmente, com o labor, mesmo que esta atividade se mostre alienante, monótona e de baixa remuneração. Para Marx, na sociedade capitalista quanto mais alienado é o trabalhador mais inserido na ideologia burguesa ele estará; quanto mais alienado, mais desumanizado ele estará.

No desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma etapa em que são originadas forças produtivas e formas de troca, as quais, no quadro das relações existentes, produzem apenas estragos e não são mais forças produtivas, e sim forças destrutivas (maquinaria e dinheiro); e junto disso, surge uma classe que tem que suportar todos os ônus da sociedade sem usufruir de suas vantagens (...) (MARX, 2004, p. 105).

Nessa perspectiva, o indivíduo que não trabalha não é reconhecido como um indivíduo dotado de moral. Desta forma, o ato de não trabalhar representa não apenas a privação material, mas, sobretudo, moral. “Os pobres, sem dúvida, aprendem em casa e na escola que é através de seu trabalho e esforço que o indivíduo deve achar seu lugar no mundo social” (SARTI, 2007, p. 94).

Os indivíduos, em sociedade, estão envolvidos em um constante processo de socialização, é nesse processo que se desenvolve a identidade social de cada

indivíduo. Segundo Dubar (2005), a socialização é um processo de identificação, de construção de identidade, em que se assume o pertencimento a grupos, as atitudes e percepções sobre o mundo, contribuindo para a definição de papéis sociais e da própria trajetória profissional. Os jovens brasileiros, em sua maioria, começam a trabalhar muito cedo, ainda crianças, perpetuando os mesmos caminhos dos pais, o trabalho precoce. Não é a questão humana que predomina, e sim as necessidades do mercado! “(...) os indivíduos diversos que trabalham aparecem como meros órgãos do trabalho” (MARX, 1996, p. 60).

O trabalho, em muitos casos, pode não representar a sensação de liberdade, independência e prazer quando se trata de situações de alienação ou exploração. Nestes casos, o trabalho não é visto como atividade de satisfação e realização, podendo significar um fardo, uma obrigação, apenas uma única alternativa de sobrevivência, perdendo, assim, o sentido social e de valorização da existência humana. Segundo Marx (1996), o trabalho, em sua forma típica, fortalece a relação social e é condição natural da existência humana. “Os trabalhos determinados dos indivíduos em sua forma natural, a particularidade, e não a generalidade do trabalho, isso é que constitui nesse caso o vínculo social” (MARX, 1996, p. 62).

A representação do trabalho na sociedade legítima, mesmo que de forma indireta, o trabalho infantil e escravo como formas naturalizadas de pensar o trabalho. E, de forma direta, a inserção precoce dos jovens pobres no mundo do trabalho. Essa legitimidade se desenvolve e se constitui, sempre, por meio dos discursos sobre moral e sociabilidade.

O que pode observar com mais frequência é a existência de representações sociais diversas acerca desse tipo de trabalho que muitas vezes definem as ações políticas e a institucionalização de uma normatividade que desconsidera a complexidade do fenômeno. Por isso, uma investigação que esclareça o trabalho infantil requer, antes de tudo, a desconstrução do discurso sobre as concepções entorno do fenômeno, a qual não será capaz de contemplar as várias configurações que este trabalho possui, decorrente de aspectos culturais, sociais e econômicas. (FREITAS, 2016, p. 100)

A relação entre infância, juventude, classe social, trabalho, moral e capitalismo é de interdependência nessa reflexão. A mesma criança que trabalha hoje será parte da juventude que dedicará sua vida e futuro para o trabalho por pertencer a uma classe social que se encontra em desvantagem econômica. O

pertencimento a uma ou outra classe social é, geralmente, analisado pelo esforço pessoal que deixa de lado os aspectos hereditários, históricos, econômicos, culturais e legislativos que mantêm privilégios aos detentores de posses.

Filhos de trabalhadores, como seus pais, desenvolvem ao longo de suas vidas a identidade de trabalhadores: por não terem outra opção e pelo modo de vida (transporte, cultura, linguagem, escassez de bens materiais e alimentares e sociabilidade). Nesse sentido, o trabalho contribui para o desenvolvimento da identidade social desses indivíduos. O trabalho pode ser considerado um dos importantes elementos para o desenvolvimento de identidades sociais, principalmente em relação aos jovens que estão ingressando no mercado de trabalho. Para Bourdieu (2000), a identidade social define-se e afirma-se pelo comportamento, desenvolvido socialmente. Segundo essa perspectiva, um indivíduo, através do *habitus* desenvolve práticas sociais, estruturadas e estruturantes, distinguindo-se daqueles que não participam e não têm acesso aos meios materiais e culturais disponíveis para esse indivíduo. Jovens pertencentes a famílias de baixa renda podem vir a participar de relações sociais, preferências, consumos, jeito de se vestir e falar de modo diferente de outros jovens que não trabalham devido a esse *habitus*. O *habitus*, para o autor, se encontra em toda estrutura do sistema das disposições impondo os princípios fundamentais de estruturação em relação às práticas e à percepção das práticas. É inculcado o *habitus* sobre a trajetória do indivíduo nos campos sociais em que este está envolvido, sendo que podem ser destacados como campos de inculcação a família, o sistema escolar e o universo profissional.

Em sua análise do poder simbólico, Bourdieu (1998) afirma que o *habitus* produz uma espécie de ajustamento inconsciente das posições e atitudes dos indivíduos e exemplifica as condições de trabalho alienante, que são apreendidas, assumidas e suportadas por um trabalhador que se acomoda em função de toda a sua história e de descendência. Segundo ele, as atitudes inculcadas pela experiência inicial do mundo social podem predispor os jovens trabalhadores a aceitarem, ou mesmo a desejarem, a entrada no mundo do trabalho, identificando com o mundo dos adultos.

Os jovens tendem a se espelhar no comportamento dos adultos, conseqüentemente, no capitalismo, passam a se comportar, viver e consumir como os adultos. O mercado consumidor, normalmente, gera, a cada momento por meio das propagandas, a necessidade de consumir, em muitos casos o dispensável, o novo, o lançamento e, nesse sentido, o consumo passa a fazer parte da vida desses jovens. Por meio da aparência ou da moda, muitos constroem suas identidades sociais, constituindo seus grupos ou “tribos” de acordo com o que se veste e com o que se usa, ou melhor, com o que se compra. “Consumo é uma metáfora que alude à rapidez com que adquirimos novos objetos e inutilizamos os velhos” (COSTA, 2004, p. 78).

Adquirir bens de consumo supérfluos tem se tornado um ato quase espontâneo em nossa sociedade. Os constantes lançamentos de mercadorias fetichizadas pelos meios de comunicação não são os desejos somente dos jovens, os adultos participam ativamente do mercado consumidor influenciando o comportamento dos jovens. De um modo geral, esse fenômeno se refere ao consumo de produtos da moda. Viver em uma sociedade de consumo, participar dessa sociedade significa, portanto, consumir, e é exatamente essa leitura que os jovens, geralmente, fazem ao buscar uma vaga no mundo do trabalho.

O consumo tem se revelado um fator importante de reconhecimento social. Vivemos em um meio norteado pelo consumo e por meio do trabalho enxergam uma possibilidade de participação nessa sociedade de consumo. É por meio da remuneração que o trabalho satisfaz o indivíduo, no sentido de se diferenciar como consumidor. Para Castel (1998), é a partir da posição ocupada na condição de assalariado que se define a identidade social. Nesse sentido, o trabalhador informal, na maioria dos casos, se vê em um conflito de identidade social, pois está fora de um quadro esquemático definido e delimitado historicamente, que legitima o papel de cada trabalhador na sociedade, sendo este aceito como cidadão e, sobretudo, como consumidor.

Os anseios consumistas fazem parte da vida do trabalhador, sendo que este passa a viver e se reconhecer por meio de sua condição de trabalhador e consumidor. Ou seja, o consumo é mais um elemento motivador na trajetória ocupacional ou profissional do indivíduo. Para Gorz (2003), o indivíduo socializado

pelo consumo não é mais um indivíduo socialmente integrado, mas um indivíduo levado a desejar ser ele mesmo, individualizando-se, distinguindo-se dos outros e que, canalizado socialmente ao consumo, aos outros só se assemelha pela recusa em assumir, por meio de uma ação comum, a condição comum. Os consumos compensatórios surgem como motivações, são características de uma sociedade consumista que prioriza valores hedonistas de conforto e do prazer imediato:

(...) deseja-se obter trabalho funcional para poder pagar o consumo de mercadorias. (...) O dinheiro ganho permite uma forma de satisfação mais importante que a perda de liberdade que implica o trabalho funcional (...) é precisamente a monetarização crescente das necessidades, dos prazeres e das satisfações (GORZ, 2003, p. 53).

Ao mesmo tempo na análise sobre juventude o consumo pode ser considerado um meio de socialização em que o jovem, ao consumir mercadorias ou objetos ditos da moda juvenil, passa a se sentir capaz de fazer parte de grupos sociais pertencentes ao seu meio social. No capitalismo o consumo toma lugar dos conceitos de democracia e cidadania: consumir passa a ser destacado como elemento de igualdade social e de prática da cidadania, no Brasil. Segundo Fraga (2008), o consumo de determinados produtos, como camisetas e calças de grifes famosas, tênis de marca por jovens infratores envolvidos no tráfico de drogas no Rio de Janeiro proporcionava, para esses jovens, posição de reconhecimento em grupo e poder. Segundo o autor, o consumo como elemento altamente valorizado nas relações sociais não é, por sua vez, exclusividade de jovens infratores, é uma realidade que envolve os jovens como um todo, que fecham-se cada vez mais em torno de necessidades produzidas. O papel do consumismo e o acesso aos bens de consumo são, muitas vezes, condições de sociabilidade, ou uma falsa sensação de sociabilidade, pois as relações não possuem durabilidade, são momentâneas.

O estudo da representação social do trabalho contribui, significativamente, para a compreensão do sentido que o trabalho pode representar para os jovens. Nesta análise de juventude, o trabalho pode ser visto como uma forma de sociabilidade, reconhecimento e satisfação de consumo (pode ocorrer em situações isoladas, mas não em um contexto geral), sendo que essa percepção social contribui para mascarar as situações cotidianas que fazem parte do trabalho: exploração, alienação, coerção, assédios, entre outros elementos que atingem a saúde física e

mental dos trabalhadores. O ter passa a substituir o ser, não interessa o que somos ou sentimos e, sim o que temos. A identidade social está relacionada ao trabalho e, especificamente, ao consumo.

CAPÍTULO 2 - O PERFIL DO JOVEM APRENDIZ

Ser jovem não é apenas pertencer a um grupo com hábitos e gostos específicos, mas habitar a cidade de modo bastante distinto.

Pereira e Barbosa

Este capítulo é formado por oito itens: Características gerais do jovem aprendiz; Trabalho precoce; Assédio; Sociabilidade e consumo; A percepção do jovem aprendiz sobre a escola; Aborto/educação sexual na escola; Relações de gênero, diversidade e homofobia; e Organização familiar. No decorrer do capítulo estão expostos doze gráficos.

2.1 Características gerais do jovem aprendiz

Os resultados da pesquisa empírica proporcionaram o desenvolvimento de um perfil do jovem aprendiz. Esse perfil se apresenta por uma breve caracterização, por meio de gráficos, depoimentos e do olhar de pesquisadora. O jovem aprendiz tem muito a dizer de si mesmo. Esses jovens, além da convivência com o trabalho, vivem, percebem e sonham uma multiplicidade de realidades que contribuem para forma-los como personagens ativos, mesmo em uma sociedade que insiste em percebê-los, apenas, como um grupo social em formação ou como meros aprendizes para o mundo do trabalho. “Diferente do que se pode imaginar, a juventude contemporânea se mostra rica e capaz de se enunciar em diversos espaços” (SANTOS; CHAVEIRO, 2016, p. 89).

O jovem aprendiz possui uma rotina diária de trabalho e escola e uma vez por semana troca o caminho do trabalho pelas aulas teóricas na Rede Pró-Aprendiz. Em geral, esses jovens utilizam o transporte público e residem em bairros populares em Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo. Aproximadamente a metade dos jovens pesquisados pertence a um núcleo familiar de modelo tradicional, ou seja, com a mãe, pai e filho(s); os demais jovens estão inseridos em famílias de diferentes configurações. 90% possui renda familiar de 2 a 4 salários mínimos e o rendimento do aprendiz, geralmente, não é utilizado para as despesas da casa, apenas em algumas circunstâncias. Eles, geralmente, compram o que a família não conseguiria

comprar: uma cama melhor, um guarda-roupas, um celular e também gastos com passeios.

O jovem aprendiz estuda em escola pública seja no turno matutino ou vespertino. 20% dos aprendizes já concluíram o ensino médio e 5% cursam faculdade.

Entre suas maiores preocupações estão o bem-estar da família, a conquista de uma profissão estável e o consumo de bens tecnológicos, roupas, livros, alimentos etc. Sempre colocam a família como central em seus sonhos e perspectivas futuras.

Anseiam por oportunidades públicas de lazer, esporte e convivência social. São plenamente conscientes do papel do Estado, sobre suas obrigações constitucionais com toda a sociedade e esperam que os representantes políticos viabilizem os direitos sociais: saúde pública, escola pública de qualidade, segurança eficiente e a criação de políticas de lazer e cultura para os jovens. Este resultado contradiz a perspectiva de Cassab (2016) de que os jovens reconhecem apenas em seus familiares e em seu esforço individual as condições para a realização de possíveis projetos. Pelo contrário, os jovens acreditam que é necessário o investimento público em áreas sociais fundamentais para a constituição dos projetos juvenis. Neste contexto, é possível afirmar que é imprescindível a participação dos jovens na elaboração de políticas públicas para eles mesmos. “Existe um imaginário social que atribui grande valor ao jovem, mas que, todavia impede sua plena participação social (...)” (SILVA, 2016, p. 163).

No ambiente escolar desejam transformações objetivas e, sobretudo, subjetivas, que possibilitem o prazer em estudar e estar na escola. Percebem a importância de uma melhor convivência social, pois acreditam que as mudanças possibilitem ampliar o conhecimento e a harmonia social escolar. “O etos juvenil tem em seu cerne, modos de ser e estar, que resistem ao padrão convencional, planejado, instituído” (SILVA, 2016, p. 176).

Desejam um mundo mais livre e com mais respeito em relação aos jovens e suas necessidades. Gostam de ler, estudar e sair, e percebem que necessitam de mais recursos para as satisfações mínimas de lazer e sociabilidade. Cobram do Estado melhores condições de vida, pois este não oportuniza condições mínimas

para estes jovens, que moram em bairros de periferia. Para viverem com mais qualidade de vida exigem: uma praça, uma quadra de esportes, um clube, biblioteca, pistas de caminhada e outros. Consideram esses espaços públicos como políticas públicas mínimas para o bem-estar de qualquer pessoa. “Os sujeitos sociais dão vida ao espaço absoluto” (SILVA, 2016, p. 175).

Para a diversão, geralmente, recorrem aos shoppings e lugares mais distantes de casa, exatamente pela ausência de espaços de socialização, lazer e de esportes em seus próprios bairros. Sentem e percebem as diferenças entre os bairros e classes sociais e apontam a desigualdade como uma das realidades que mais os deixam tristes. “Em destaque distintos modos de apropriação dos espaços de uso comum: praças, parques, ruas e avenidas, com vistas a torna-los espaços públicos onde os diferentes se encontram e se confrontam na construção da cidade” (PEREIRA; BARBOSA, 2016, p. 279).

Aproximadamente 95% deles frequentam uma igreja, sendo que 47% são evangélicos e 18% católicos. A religião, geralmente, contribui com a formação da percepção ética, cultural e social das pessoas em relação à sociedade, sendo que temas como homossexualidade, sexo e aborto são pouco debatido no cenário religioso e, quando se debate, a desinformação e o preconceito se tornam evidentes. Mas, diferente do esperado, aproximadamente 20% dos jovens evangélicos são favoráveis à legalização do aborto, pessoas LGBTQTTTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexos) e Educação Sexual nas escolas. Para Pereira e Barbosa (2016) os jovens conseguem interagir com a diversidade e situações adversas, no sentido de preservar sua própria vivência na sociedade. “Criar a si mesmo é uma das experiências sensíveis dos jovens no contemporâneo. Adaptam-se a novas conjunturas e dialogam com as imposições e elaboraram táticas em espacialidades desiguais” (PEREIRA; BARBOSA, 2016, p. 279).

Quando se trata de respeito ao outro, respeito à diversidade e às diferenças, são bastante humanos. São unânimes na condenação a prática de bullying, racismo e violência; porém, quando se trata do tema da homossexualidade e diversidade sexual, alguns discursos se tornam bastante preconceituosos, no entanto, não representam a maioria.

Percebem a escola como um espaço importante e interativo que aprendem e vivenciam a sociabilidade. Consideram importante o ensino de Sociologia e Filosofia nas escolas. Afirmam que essas disciplinas são o ponto de partida para o conhecimento crítico, sendo que 68% deles defendem essas disciplinas para a conscientização e reflexão sobre a realidade, a política e a cultura em que vivem.

Na escola, desejam mais espaços de sociabilidade e mais diversidade, estrutura, paciência, afetividade e respeito no processo de ensino e aprendizagem. Sentem falta de uma relação mais amigável entre professores e alunos e anseiam por atividades mais criativas e aulas mais práticas e experimentais.

São conscientes dos direitos dos cidadãos, mas não participam de manifestações (com algumas exceções, 10% deles já participaram de manifestações e 1% deseja participar). Esses dados demonstram que jovens trabalhador não se interessam em participar das manifestações política, de um modo geral ou seus pais proibem não é possível explicar o fenômeno da não participação juvenil na política (manifestações). As razões podem ser várias sobre a não participação em manifestações, podem ser vários os motivos, inclusive a falta de tempo para essa atividade política.

Por volta de 40% dos pesquisados intencionam o voto nulo nas próximas eleições, pois dizem não conhecer os candidatos ou que acreditam que os políticos “não prestam”. Um número significativo, 29%, assume a simpatia pelo candidato à presidência Jair Bolsonaro, e justificam essa tendência pelas suas ideias inovadoras e, principalmente, pela proposta de combate à criminalidade, a todo o custo. A maioria dos simpatizantes de Bolsonaro é do sexo masculino e é homofóbica: é também, contrária a educação sexual nas escolas. Enquanto que 14% são simpatizantes de Luiz Inácio Lula da Silva, justificam a simpatia apontando as políticas de inclusão social em seus dois mandatos. Dizem que Lula foi o único presidente que ajudou a população, ou seja, os pobres. 90% dos jovens são enfáticos ao se declararem contrários ao governo Michel Temer e afirmam que nos dias de hoje está difícil de confiar nos políticos, pois os representantes não atendem às necessidades mais básicas da população.

Demonstram-se atualizados às notícias sobre política e temas gerais que geram debates entre a população no dia a dia, como violência, aborto, drogas e outros.

Moram em bairros populares, em geral, longe do trabalho. Utilizam o ônibus para a locomoção seja para o trabalho, seja para a escola ou lazer, e receiam o constante e eminente ato violento que se traduz em roubo ou latrocínio nos ônibus ou nas ruas.

Aproximadamente 70% dos jovens aprendizes afirma que o maior sonho é se tornar profissional, a partir de um curso superior. Esse sonho traz consigo o desejo de melhorar as condições de sua vida e de sua família. 60% receia perder um ente querido, como a mãe ou o pai. Com idades entre 14 e 22 anos, os jovens percebem o programa Jovem Cidadão como uma oportunidade única para a obtenção de experiência e maturidade. Mas reclamam do valor de salário que recebem e se entristecem com o preconceito que colegas e chefes do trabalho possuem em relação aos aprendizes. Enfim, exigem da sociedade mais compreensão, respeito e oportunidade para jovens brasileiros. Os pesquisados são: 15 jovens com 14 anos, 52 com 15 anos, 97 com 16 anos, 95 com 17 anos, 20 com 18 anos, 13 com 19 anos, 6 com 20 anos, 1 com 21 anos e 1 com 22 anos de idade.

Durante a pesquisa não foram reveladas diferenças entre o trabalho e os jovens no contexto de idades. No entanto, os jovens de 14 e 15 anos são muito novos para lidar com uma carga de responsabilidade referente ao trabalho de qualquer natureza. Não estão preparados para situações normais de trabalho contínuo, metas, horários etc., principalmente, em situações adversas e inesperadas como o assédio e acidentes de trabalho. São jovens que não deviam trabalhar, pois necessitam de tempo para a dedicação aos estudos, descanso e lazer.

Ao serem abordados sobre a cor ou raça⁷ os jovens se autodeclararam pardos, pardos baianos, negros, pretos, brancos, amarelos, indígenas, ser humano e negro indígena. E o resultado foi: 73% se definiram como negros, pretos, pardos e morenos. E, de forma específica, 47% se consideram pardos, 18% como negros e 8% como morenos. Esses dados demonstram que a maioria é negra e parda.

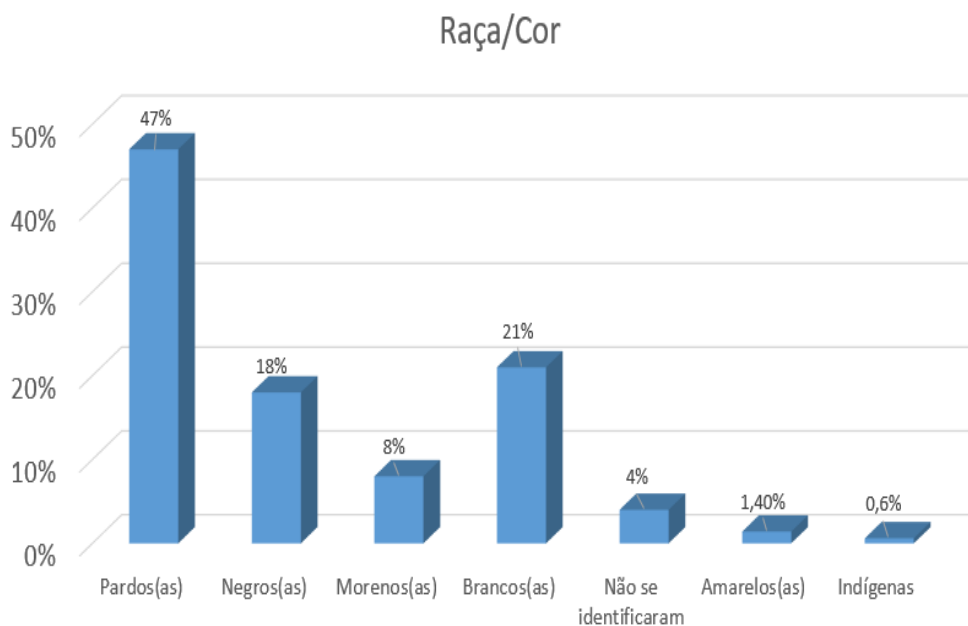
⁷ Na abordagem sobre Características Étnico-Raciais dos jovens utilizei no questionário a variável Cor/Raça – utilizada pelo IBGE – no qual o jovem aprendiz respondia a próprio punho sua autodeclaração.

Enquanto que 21% se declararam brancos, 4% não se identificaram e 1,4% se viram como amarelos e 0,6% como indígena. Um jovem se declarou negro indígena e uma jovem de 18 anos de idade se declarou indígena e afirmou:

Sou umbandista, favorável à legalização do aborto e à educação sexual nas escolas para crianças a partir de 10 anos de idade. Já sofri bullying, mas também já cometi. Li, entre outros: “O dia em que matei meu pai” e “O Princípio anarquista”. Meu maior sonho é a liberdade e a paz para todos. (18, f, 2017)

“Os jovens umbandistas apresentam em seu cotidiano a diferença e a desigualdade que marca as juventudes urbanas. Vivem a sociedade urbana em encontros/conflitos de apropriação e uso do espaço social” (BARBOSA; PEREIRA, 2016, p. 280). O gráfico abaixo apresenta a porcentagem de jovens pardos, negros, morenos, brancos e outras classificações definidas pelos próprios aprendizes.

Gráfico 1 - Jovens Aprendizes: Raça/cor



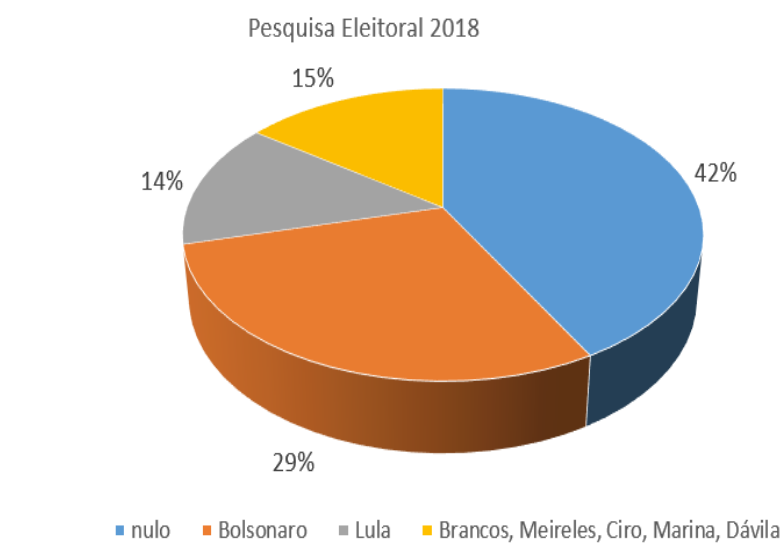
Fonte: Pesquisa da autora.

Durante a pesquisa empírica vários temas foram abordados junto aos jovens aprendizes, como as próximas eleições no Brasil. Nesse sentido, alguns possíveis candidatos foram apresentados no questionário que os 301 jovens responderam. 42% dos jovens pesquisados votariam nulo se as eleições ocorressem em dezembro

de 2017 (mês em que a pesquisa foi realizada), 29% votariam no Bolsonaro (os jovens do sexo masculino são a maioria) e 14% votariam no Lula. Dos 15% restantes: 17 votariam em branco, 2 votariam no Henrique Meireles, 7 votariam no Ciro Gomes¹¹ votariam na Marina Silva e duas aprendizes votariam na Emanuela D'ávila.

É bastante significativa a porcentagem de jovens que anulariam seu voto em eleições. Isso evidencia o desgosto com o trabalho realizado pelos políticos, de um modo geral. Em alguns casos o motivo relatado para a escolha de anular foi o desconhecimento sobre os possíveis candidatos e propostas políticas. Grande parte realmente alega a desilusão com a prática política brasileira, que em muitos casos está associada à imagem da ineficiência e da corrupção. Aqueles que escolheriam Lula para presidente, em todos os casos, afirmaram que ele foi o único a ajudar, de alguma forma, os brasileiros, em especial os mais pobres. Alguns citaram a educação como uma das prioridades do governo petista.

Gráfico 2 - Jovens Aprendizes: Pesquisa eleitoral 2018

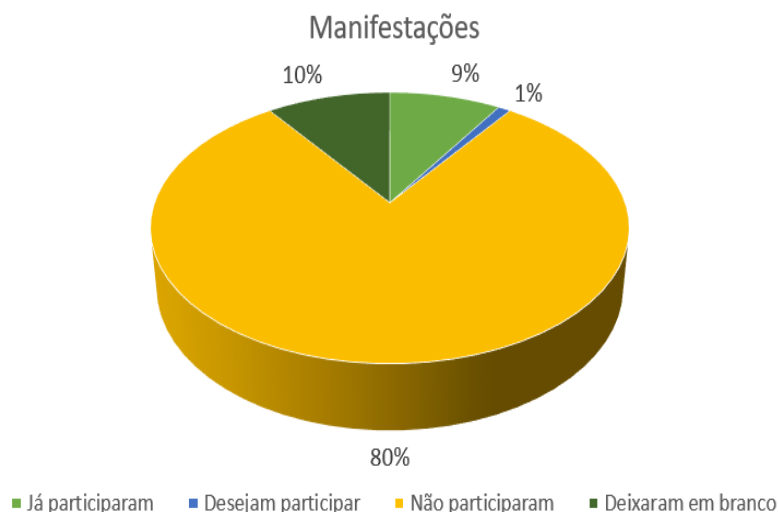


Fonte: Pesquisa da autora.

Os jovens estão muito insatisfeitos com a política, os dados demonstram que 15% não votaria em nenhum desses candidatos que em dezembro de 2017 estavam mais evidentes nas pesquisas eleitorais realizadas no Brasil.

Conforme gráfico a seguir, somente 9% desses jovens aprendizes já participaram de manifestações e, do total de pesquisados, apenas 1% apresentou desejo de participar de algum tipo manifestação.

Gráfico 3 - Jovens Aprendizes: Manifestações



Fonte: Pesquisa da autora.

Os jovens que já participaram de manifestações não possuem um perfil característico, abaixo são apresentados todos esses jovens e é possível afirmar que são pessoas com diferentes pontos de vista e situação de vida, com exceção de um ou outro ponto específico que se coincidem. Não existe aqui um perfil único para representar os jovens que já se manifestaram.

Os pesquisados, todos, com exceção de um “considera regular”, elogiaram a Rede Pró-Aprendiz e os instrutores. Os instrutores trabalham com os jovens em aulas teóricas que envolvem temas diretamente e indiretamente relacionados ao mercado de trabalho.

Consideram o programa uma importante oportunidade de experiência de trabalho e, além disso, traz uma série de situações subjetivas que modificam suas vidas como a maior valorização da família em relação à sua vida e objetivos. Nesse sentido, eles afirmaram ser um programa que representa uma oportunidade única para os jovens. Entre outros elogios afirmaram: algo maravilhoso que ajuda na carreira; uma instituição maravilhosa; um lugar agradável, com pessoas educadas;

importante para a integração do jovem; importante para a vida do jovem; melhor coisa que aconteceu; instrutores são bem educados e bons; lugar maravilhoso; um projeto muito bom, pois o sonho de muitos jovens é entrar no mercado de trabalho; ajuda a conseguir um emprego; influencia muito o jovem a ter responsabilidade; ótimo, nos dão auxílio e orientações; nos ajuda a ter um futuro 50% garantido; uma oportunidade única; uma porta muito boa que se abre para o jovem; representa uma família que me abraçou em momento de necessidade; é como um guia; uma grande oportunidade para nós, jovens; amo demais; primeira oportunidade; melhor coisa que aconteceu na minha vida; uma chance de mostrarmos que somos capazes. Tudo que representa a instituição de aprendizagem agrada aos jovens, mas nem todo ambiente de aprendizagem prática os agrada.

2.2 Trabalho precoce

Dos 301 jovens pesquisados, 54 (17%) trabalhavam antes de ingressar no Programa Jovem Aprendiz. Destes, 39 (12%) possuem idades entre 14 e 16 anos na data da pesquisa (dezembro de 2017) demonstrando que desde cedo já exerciam atividades laborais, estando sujeitos a situações precárias de trabalho, bem como de assédios de caráter moral ou sexual. Diversas foram as atividades citadas: confecção de roupas, babá, atendente, feirante, garçom de lanchonete, servente, entre outras.

O trabalho precoce, geralmente, está associado à precarização, à insalubridade e à exploração. Entre esses jovens, 10% sente alívio em sair da informalidade. É o que demonstram os dois depoimentos a seguir: “Antes de me tornar aprendiz só estudava e trabalhava em um lugar horrível. Agora mudou muito”. (19, f, 2017). O sentimento de integração, estabilidade e legalidade se traduz nas falas dos jovens, hoje, satisfeitos com o contrato de trabalho aprendizagem: “Mesmo inserido no mercado de trabalho eu não era integrado a uma empresa como o programa Jovem Aprendiz, hoje, me proporciona” (19, m, 2017).

Aproximadamente 80% dos jovens procuram ressaltar a importância do trabalho em suas vidas. Afirmam que ele, o trabalho, significa algo positivo e engrandecedor e que a experiência como aprendiz trará novas oportunidades e maturidade. Porém, ao mesmo tempo, ao relatar situações do cotidiano no trabalho,

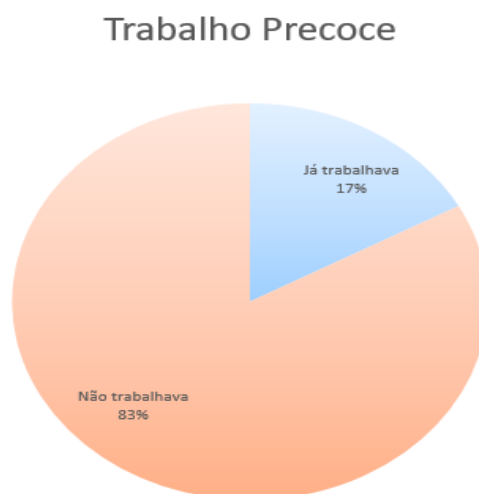
60% se entristecem com diferentes ocorrências desagradáveis que presenciam. Disseram que se pudessem mudar situações que os desagradam, mudariam a arrogância e a falta de respeito e educação de funcionários e chefes. A forma que tratam os jovens aprendizes, ou seja, com desrespeito e preconceito por serem aprendizes.

O Brasil sempre foi negligente em relação à integridade de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. As políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes apresentam um histórico de retrocessos (com exceção da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e outras providências emergentes para a proteção desse grupo), que permitem o aprofundamento da desigualdade entre classes sociais. Na medida em que os filhos de trabalhadores continuam seguindo as trajetórias de seus familiares tendem a conviver com a exclusão social, cultural e econômica. A fragilidade das políticas públicas para esse público contribui para que sigam seu “destino”: o trabalho precoce e uma vida dedicada aos sacrifícios. Enquanto essa classe sofre de geração a geração outras classes que possuem o poder econômico, cultural, intelectual e simbólico possuem o privilégio de manter seus filhos sobre as escolhas das melhores oportunidades em suas trajetórias. Para Sales (2008), há uma ambiguidade em relação às políticas e direitos em relação à criança e ao adolescente. Caracterizam-se por elementos que envolvem o público e o privado: a história demonstra uma forte relação entre a assistência social e a esfera privada e um constante recuo das funções públicas do Estado. São, geralmente, as igrejas, instituições filantrópicas e de assistencialismo que promovem o mínimo de dignidade para esses grupos mais vulneráveis na sociedade.

Para essa autora, isso demonstra a dificuldade das classes dominantes em instaurar mecanismos universalizantes e democráticos nesse terreno. Sua leitura sobre as classes dominantes, no entanto, é ingênua, pois não se tratam de dificuldades em resolver os problemas sociais por parte da classe dominante e, sim de total desinteresse. Sobre o afastamento do Estado nas questões sociais, ela desenvolve uma interessante análise. “Risco do esvaziamento da política é o da perda das características do mundo público e o mergulho na invisibilidade” (SALES, 2016, p. 233).

O Estado mínimo no Brasil fortalece os mais ricos e tende a sacrificar os mais pobres: os trabalhadores. Cresce-se o desemprego, o trabalho precário, situações de marginalidade de crianças e jovens que vivem com famílias desestruturadas pelo desemprego e instabilidade social. É nesse cenário que crianças e jovens adolescentes são empurradas para o trabalho, seja ele qual for às ruas, empresas ou qualquer lugar onde a exploração impera. “A máxima do Estado mínimo expressa-se no caso brasileiro através da restrição de fundos para o financiamento de políticas públicas” (SALES, 2008, p. 76).

Gráfico 4 - Jovens Aprendizes: O trabalho precoce



Fonte: Pesquisa da autora.

O trabalho precoce faz parte da vida de todos esses jovens aprendizes, pois mesmo que trabalhem legalmente são, em sua maioria, menores de 18 anos. E, mais alarmantes são os dados do gráfico: 17% trabalhavam antes do ingresso no trabalho aprendizagem.

2.3 Assédio

Parte dos relatos dos egressos sobre as experiências como aprendiz demonstra a existência de assédio moral no ambiente de trabalho, muitas vezes por meio de brincadeiras e piadas, ou de forma direta. Isso ocorre sem que as vítimas possam reagir, por vários motivos e por receio de perder o emprego, principalmente.

Nos relatos é possível perceber esse comportamento: “devagar” e “lerdo” eram alguns dos adjetivos imputados em um jovem, hoje, ex aprendiz. A prática do assédio moral em ambiente de trabalho tem se tornado cotidiano e banalizado, cruel e avassalador, conforme afirma Seligmann:

Os valores mais significativos, como o sentido, conferido pelo trabalhador ao próprio trabalho, necessitam ser respeitados e esse respeito é essencial para a estabilidade emocional e psicossomática. Quando a ética pessoal e/ou profissional do trabalhador é ferida por imposições das chefias (e/ou da direção de uma empresa), a agressão suscita sentimentos (raiva; decepção; medo; tristeza) e outras reações que não podem ser simplificados em termos de estresse. (SELIGMANN, 2016, p.174)

O assédio sexual, geralmente, ocorre sendo as vítimas as mulheres. Moura (2009) apresenta essa realidade em ambiente laboral. As vítimas aprendizes, geralmente, são menores de 18 anos, do sexo feminino e, geralmente, são os coordenadores ou chefes que praticam esse tipo de assédio. Para Thurler (2016), a responsabilidade em lidar com esse tema, principalmente, quando se trata de crianças e adolescentes, é de todos: instituição, família, escola e sociedade, de um modo geral.

(...) responsabilidades essas sociais e institucionais que se efetivam por meio de prática e de não práticas, como silêncios e omissões. A interpretação que apresento é a de que as responsabilidades devem ser compartilhadas por toda a sociedade e suas instituições que convivem e consentem com as criminalidades sexistas, sem, contudo, retirar ou atenuar responsabilidades dos autores dessas violências” (THURLER, 2016, p. 72)

As contradições do capitalismo revelam um cenário cada vez mais incerto e inconstante em relação à vida das pessoas. Existe apenas uma certeza, a de que a vida dos trabalhadores estará relacionada cada vez mais com as redefinições constantes do trabalho. Adoecimento, ansiedade e estresse farão parte do cotidiano dessas pessoas cada vez mais degradadas pela desumanidade.

Os projetos que envolvem jovens adolescentes no processo do trabalho aprendizagem, geralmente, têm como proposta ampliar as possibilidades e oportunidades de inclusão ocupacional. Mas, segundo Medeiros (2016), esses programas de aprendizagem ocupacional ou profissional objetivam o exercício da cidadania, por meio do trabalho. Em parte, a autora tem razão, pois nas reais situações laborais para os jovens, esses objetivos podem esvaír-se. Ela afirma que:

A aprendizagem profissional, neste sentido, não é apenas disciplinamento ou mera instrução destinada ao mercado de trabalho, ou à criação de mão de obra, mas uma possibilidade de emancipação social, de direcionamento de sua própria trajetória para uma vida com mais qualidade. (MEDEIROS, 2016, p. 174)

Os programas de aprendizagem para o trabalho podem possuir em seus currículos e práticas propostas que contribuem com a inserção dos jovens no mercado, além de permitir conhecimentos e experiências que vão além do aspecto puramente laboral. No entanto, podem estar limitados, entre outros fatores, à proteção desses jovens no que se refere às contradições no contexto do trabalho que possam atingi-los, de forma negativa. Estes programas também não alcançam situações de dificuldade escolar, conflitos familiares, atendimento psicológico e desistência da aprendizagem proposta. Para que uma emancipação social ocorra seria necessário um projeto que contemplasse estudos e debates que contribuíssem para a conscientização e reflexão crítica sobre a realidade de trabalho e vida desses e com esses jovens. Também não existe um projeto de acompanhamento pós programa que possa contribuir com possíveis dificuldades de inserção social e profissional.

A sociedade deve enxergar o jovem como parte integrante e participante dela, como um indivíduo que possui sonhos, medos e criatividade e que pode contribuir para o desenvolvimento de um mundo melhor. Procurar desmistificar a relação entre juventude e ignorância, juventude e criminalidade, juventude e apatia, é o primeiro passo para compreendermos esse universo social em plena efervescência. A juventude é algo muito mais que viver somente para o trabalho. Abaixo três depoimentos de egressos do programa Jovem Cidadão da Rede Pró-Aprendiz confirmando situações de assédio que ocorrem com jovens aprendizes. A egressa de 28 anos que relata experiências de assédio no ambiente de trabalho quando exercia a função como aprendiz, hoje é cantora e trabalha por conta própria, se sente feliz e realizada fora do contexto do trabalho formal:

Já fui, por várias vezes vítima de humilhação, devido meu porte físico: por ser gorda negra. E sofri assédio sexual, também, sempre por parte dos guardas desse estabelecimento em que trabalhava como jovem aprendiz: Caixa Econômica Federal. A experiência como aprendiz foi a pior coisa que já me aconteceu na vida. Carrego traumas até hoje. (F, 28, 2017)

Este egresso também relata situações de assédio moral no trabalho, por ser adolescente e aprendiz:

Quando trabalhava ocorriam piadas e humilhações de que eu era “devagar”, “muito lerdo”, que tinha “problemas psicológicos”. Na função de menor aprendiz na fundação Pro-Cerrado, geralmente não ocorre expressamente casos de preconceito ou racismo, às vezes acontece visivelmente casos de assédio moral, em análise aos outros aprendizes que trabalhavam comigo, o assédio geralmente ocorre com as atribuições das funções, sobrecarregando o aprendiz, quanto ao preconceito dificilmente ocorre, por ser um ato completamente repudiado pela sociedade. (M, 31, 2017)

Para Bourdieu (2011) o *habitus*⁸ de uma pessoa pode evidenciar sua classe social. E, no caso específico abaixo, o assédio moral no trabalho representa o preconceito de classe devido ao sujeito não possuir o *habitus* dominante na sociedade:

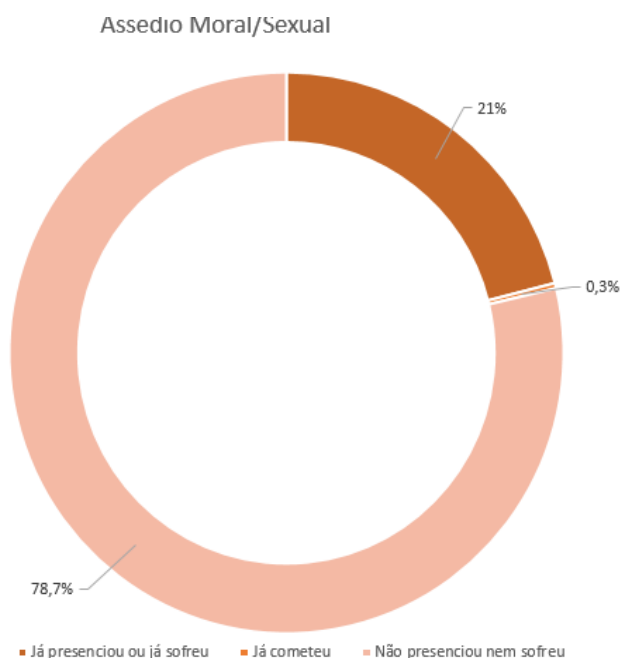
No meu caso, já fui vítima de preconceito poucas vezes, não de forma direta, mas sim indiretamente, com palavras em forma de brincadeiras, principalmente pelo meu nível de cultura que era baixo. Mas, em todo caso, tudo que tenho hoje devo ao Pró-Cerrado. Trabalhei como aprendiz em um ambiente jurídico. E, por isso, hoje, sou advogado e fui aprovado na OAB e em mais dois concursos. Na adolescência vivia em situação de vulnerabilidade social, não sei o que seria de mim sem essa oportunidade. (M, 30, 2017)

Entre 301 aprendizes 21% já presenciou ou sofreu assédio sexual ou moral, 0,3% já cometeu assédio e 78,7% deixou questão em branco ou não sofreu ou presenciou assédios. Os jovens citaram situações de assédio, de um modo geral, apenas alguns casos representam assédio em ambiente de trabalho ou no caminho dele, no ônibus: risos no local de trabalho; passou as mãos em partes íntimas; encostaram no terminal e no ônibus; cantadas e xingamentos em diferentes departamentos (da Procuradoria Geral do Estado); cantadas e olhar malicioso; ameaça de colega “me pegaria se não tivesse comprometido”; o coordenador chamava as jovens; insinuações e cantadas vindas de outro jovem aprendiz; no

⁸ *Habitus*, para Bourdieu, é definido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas. São práticas, linguagem e comportamentos de distinção de classe.

trabalho, na rua, em quase todos os lugares; constrangedor e finge que nada aconteceu.

Gráfico 5 - Jovens aprendizes: O assédio moral e sexual



Fonte: Pesquisa da autora.

O total de jovens aprendizes que já sofre ou assistiu o assédio sexual e/ou moral foi de 21%, seja no ambiente de trabalho ou em outros espaços. Esse dado é alarmante no sentido de se tratar de jovens adolescentes que geralmente omitem à Rede Pró-Aprendiz ou aos pais/responsáveis essas ocorrências por vários motivos, inclusive, o de perder o emprego.

2.4 Sociabilidade e consumo

Os espaços sociais de lazer que mais frequentam são: shopping, praças, casa de amigos, casa de parentes, igreja e biblioteca.

Sentem muita falta de espaços de sociabilidade, serviços e lazer em seus bairros. Com exceção de alguns jovens que deram exemplos de comércio como algo importante para o bairro, a maioria concorda com falta de espaços de convivência, lazer, esporte e cultura em seus setores ou bairros. Esses depoimentos são extremamente importantes para a reflexão de que os jovens querem e possuem a

necessidade de relacionamentos mais diretos com outras pessoas e atividades físicas, de um modo geral, e a convivência com espaços de socialização e mais eventos culturais. Desejam em seus bairros: praças; parques; clubes; academias; shopping; cinemas; espaços de luta; academia ao ar livre; campos de futebol (público); parque temático; pistas de skate; pista de ciclismo; praça de alimentação; centro de esportes; escolas; livrarias; parque de diversões; segurança; espaços de lazer; paz e menos morte; menos traficantes; pista de caminhada; mais eventos; biblioteca; maior número de ônibus (transporte coletivo); creches; ginásio; cursos de artes; mais iluminação; ciclovias; feiras; cafeteria; mercados; lojas para entretenimento; melhores escolas; Burger King; fundação; lagos; bosque; Fast Food. “Os jovens possuem saberes (...) sobre o lugar enquanto dimensão da realidade e isso é fundamental para o encontro e o confronto com os saberes” (BENTO, 2016, p. 157).

Cavalcanti (2016), por meio de uma pesquisa que realizou com jovens na cidade de Goiânia e região metropolitana sobre cotidiano e percepções sobre Geografia, apresenta dados importantes na compreensão do jovem goianiense e que, em alguns aspectos, se aproxima com a realidade do jovem aprendiz. Para a autora, eles gostam de viver em Goiânia e apontam problemas sociais e falta de espaços de lazer:

(...) eles gostam do espaço em que vivem (nesse caso, prioritariamente Goiânia e região metropolitana) (...) destacam seus aspectos positivos: (...) a beleza, a tranquilidade, o verde; e negativos – a violência, o trânsito caótico, o deficiente transporte coletivo, a falta de espaços de lazer. (CAVALCANTI, 2016, p. 130).

Para um jovem aprendiz é muito importante a criação de cursos gratuitos no bairro em que mora, já que os bairros populares não possuem atrativos para seus moradores como nos bairros nobres: “Eu quero começar novos cursos como inglês, ballet, teatro, administração e etc., gratuitos” (17, m, 2017).

As mercadorias mais consumidas ou desejadas pelos jovens são: celular, roupas, calçados, televisão, tênis, comida, boné, móveis, maquiagem, videogame, computador, livros, material de construção, dentista, relógio e presente. Em geral, ajudam nas despesas da casa em relação à alimentação. “O capitalismo estimula a

o consumismo e a vontade de possuir o que é ofertado pelo mercado tecnológico e cultural. Consumo este que interfere na exploração da natureza e por vezes, afeta os ecossistemas e os ambientes” (CHAVEIRO; SANTOS, 2016, p. 79).

A intensa era da tecnologia em que vivemos modifica as relações sociais, culturais, econômicas, antropológicas, espaciais, temporais e afetivas que anos atrás se apresentavam em outros moldes. Todo esse constante movimento tecnológico envolve diretamente a vida dos jovens. Para Pires (2016), o instrumento tecnológico mais evidente e atrativo para os jovens é a internet. Ela ressignifica a todo o momento as relações juvenis:

É fato inegável que o avanço tecnológico (representado pela difusão da internet) tem implicado uma nova construção cultural e consequentes mudanças no comportamento e reação dos jovens no seu modo de agir, de se expressar e se socializar, de consumir. (PIRES, 2016, p. 110-111)

A compra e/ou manutenção de um celular representa o interesse de todos os jovens pesquisados, sendo que essa tecnologia já faz parte de quase tudo que o jovem faz no seu dia a dia. Além da comunicação e interação nas redes sociais, esse aparelho serve como despertador, relógio, calendário, caderno, computador, máquina fotográfica, gravador, rádio etc. O celular representa uma relação intrínseca entre consumo, tecnologia, sociabilidade e juventude. A tecnologia pode contribuir, além de outros fatores, para o desenvolvimento crítico e intelectual dos jovens, com a reflexão política e social e com o fortalecimento ou a criação de laços de amizade e afetos. Pires (2016) define esse processo diário que envolve o jovem e os avanços tecnológicos como instrumentos de transformações na percepção dos jovens em relação ao mundo, a si mesmo e ao outro.

2.5 A percepção do jovem aprendiz sobre a escola

Longe de serem incapazes ou inviáveis, podem, por esta condição de alteridade, dar ao mundo uma lição de resistência e criatividade, possibilitando um diálogo em bases mais democráticas porque respeitadas da pluralidade.

Reses, Santos e Rodrigues

Os espaços sociais que os jovens mais gostam no ambiente escolar são: Sala de aula 35%; Quadra 30%; Pátio 30%; Cantina 0,5%; Biblioteca 0,1%; Laboratório de informática 0,1%; e Piscina 0,1%.

Para esses jovens são inúmeros os problemas que envolvem a escola pública. Questões estruturais, pedagógicas, afetivas e de segurança foram elencadas como temas importantes para se pensar uma educação de qualidade. Entre as diversas demandas para a escola, citaram a falta de: psicólogos, aulas de reforço, refeitório, aulas práticas, debates, ar condicionados, lazer, professores mais qualificados, internet, organização, limpeza dos banheiros, água e biblioteca atualizada.

Segundo Silva (2016), a partir dos resultados de uma pesquisa realizada em 2013 em Aparecida de Goiânia (na região metropolitana da cidade de Goiânia), cerca de 8% das escolas da Rede pública Estadual de Goiás não fornecem água tratada aos alunos e 60% das escolas dessa mesma rede não contam com rede de esgoto. Em geral não possuem espaços de socialização para alunos, professores e funcionários; falta local adequado para atividades artísticas, culturais e esportivas; as salas de aulas são inadequadas e há carência de mobiliários, equipamentos e materiais didáticos.

Silva (2016), destaca a importância da escola para os jovens, mesmo sem uma estrutura adequada para a formação integral deles, esse espaço serve como um ambiente de socialização, encontros, brincadeiras e distração:

Sobre os diversos espaços da escola, os jovens alunos são unânimes em dizer que os que mais apreciam são os espaços de socialização, pátio, quadra e corredor, com relação aos espaços que eles menos gostam estão para as alunas, especialmente, o banheiro pela falta de estrutura e para os alunos a sala de aula (SILVA, 2016, p. 161).

Para um jovem entrevistado a escola, independente da estrutura e característica tem qualidade ou não dependendo dos alunos: “A escola quem melhora é o aluno” (16, m, 2017).

E, para uma aluna, a escola deve sofrer uma reforma no próprio ensino, no intuito de abrir novas perspectivas: “Deve ocorrer a reforma do ensino, pois, ainda é uma instituição fechada. É necessário mais verba e valorização dos professores” (16, f, 2017).

As dificuldades que relatam durante o processo de aprendizagem estão relacionadas a vários fatores, inclusive com o modelo de ensino caracterizado pela fragmentação do conhecimento. Cada vez mais a especialização se torna referência em todas as áreas do conhecimento e na escola essa tendência contribui para uma educação alienante. Freitas (2003) relaciona as transformações do mundo do trabalho cada vez mais fragmentado com o processo de ensino aprendizagem:

Na empresa, com linha de montagem e a sofisticação da tecnologia elimina-se gradativamente, a participação do trabalhador na totalidade do processo, consolidando-se a política de fragmentação dos processos produtivos. Esse modelo de fragmentação acabou sendo adotado pelos sistemas educacionais, introduzindo-se a fragmentação do conhecimento (...) com essa política fragmentada, a educação cumpre a função despersonalizada ao educando, tornando-o sociedade um modelo alienante, impossibilitando-o de intervir e decidir (FREITAS, 2003, p. 66).

Os jovens aprendizes percebem a escola como um espaço importante de socialização e conhecimento e ao mesmo tempo um espaço que poderia se tornar mais acolhedor e produtivo. Afirmam que ela possui pouca ou nenhuma estrutura para o desenvolvimento do conhecimento e da prática esportiva. Gostariam que a escola pública estivesse mais preparada para as necessidades e anseios dos jovens e que esta instituição fosse mais aberta para a convivência mais harmônica e respeitosa entre os sujeitos que nela convive. Sentem falta de atividades lúdicas, criativas e práticas e de espaços e relações de convivência e confraternização.

Em Goiás, as escolas públicas, geralmente, não são espaços apropriados para a construção do saber e de atividades extra sala. Silva (2016), reconhece essa realidade de precariedade escolar. “As práticas espaciais que dinamizam o espaço escolar ocorrem no caso das escolas goianas da Rede Estadual, sob um ambiente precário, que expressa um tom de abandono” (SILVIA, 2016, p. 175).

Mesmo sobre esse cenário de abandono e desestímulo político sobre as escolas estaduais é possível afirmar que o ambiente escolar representa um campo extraordinário de experiência, vivência, conhecimento, efervescência cultural e política, expectativas e pluralidades que contribuem para a formação e a socialização juvenil. Nesse contexto de espacialidade cultural a escola, mesmo carregando elementos de conservadorismo, hierarquia e bullying, não deixa de representar para esses jovens mais um espaço de construção de identidade,

solidariedades, paradigmas e perspectivas. É um rico ambiente cultural e social que não está diretamente relacionado ao trabalho e que de uma forma ou de outra dá sentido à vida dos jovens.

As práticas espaciais dos jovens alunos demonstram que mesmo a despeito de todos os entraves impostos pela instituição escolar, eles conseguem exercer sua condição juvenil, fazendo a política de resistência e agindo nos interstícios do espaço da escola. Os estudantes andam em grupos, passeiam pela escola, usam roupas, calçados e adereços típicos dos jovens, ouvem música, conversam, cantam, discutem, jogam bola, brincam, sorriem, paqueram, usam o smartphone etc. (SILVIA, 2016, p. 177).

O processo ensino aprendizagem na escola pode possibilitar o desenvolvimento do senso crítico dos jovens quando há o espaço para o debate e reflexão sobre questões sociais, políticas e culturais em sala. As disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio foram um dos temas da pesquisa. O aprendiz reconhece estas duas disciplinas como instrumentos de debate e reflexão em escolas públicas. Estas disciplinas, de alguma forma, alcançam suas reflexões sobre a sociedade, a política e outros tantos assuntos que se relacionam direta ou indiretamente com suas vidas.

Como estas disciplinas podem contribuir, junto com outras, com a própria percepção desse jovem sobre sua condição de vida e suas possibilidades futuras em um cenário social de desigualdade?

A maioria desses jovens pesquisados relaciona o pensamento sociológico e filosófico com o conhecimento e a conscientização da realidade social, política, antropológica, cultural e econômica de uma determinada sociedade. Ressalta a importância desses pensamentos em forma de disciplinas no Ensino Médio para que os jovens possam debater e refletir sobre o que aconteceu e acontece ao seu redor. É o que deixa claro um jovem em seu depoimento: pardo, de pais separados, que nunca participou de manifestações de rua, mas que deseja participar. Ele também considera importante o estudo de diferentes teorias sociológicas como na escola, como em Karl Marx: “Eu acho muito importante ficar relembando o passado como as histórias antigas e pensamentos como o de Karl Marx” (m, 16, 2017). A escola, portanto, por meio das suas disciplinas de humanas, dos projetos sociais e pedagógicos, atividades culturais e debates, geram reflexões sobre aspectos da

sociedade geralmente naturalizadas historicamente, como o machismo, o conflito de classes, entre outros.

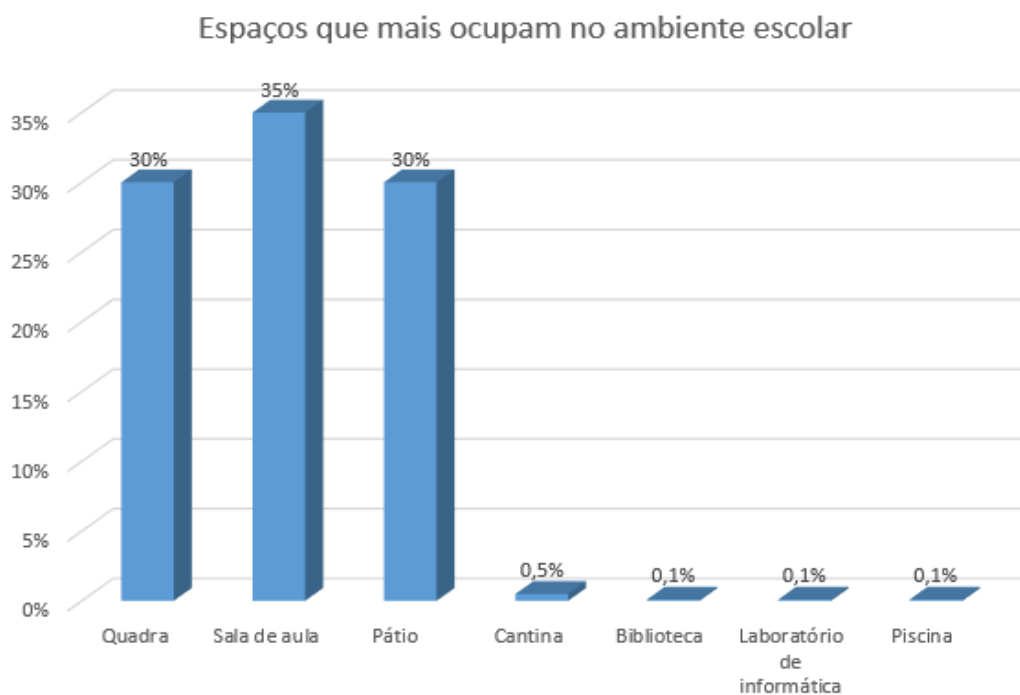
Outros depoimentos também demonstram que percebem essas duas disciplinas como um meio de compreensão e construção de estratégias de resolução de problemas sociais. Um deles, que já foi vítima de assédio sexual no trabalho, se declara gay, pardo, com pais separados e votaria nulo. Deseja, no trabalho, a valorização dos empregados. É contra a legalização do aborto e da pena de morte e a favor da educação sexual na escola.

Esses jovens são predominantemente alunos da escola pública e é nela que percebem possibilidades múltiplas de socialização, perspectivas, conhecimento, debate, conflitos e reflexões sobre si mesmos e sobre a sociedade. É um espaço rico em diferentes metamorfoses culturais e sociais que correspondem a sua própria vivência e experiência com a diversidade, a autoridade e a alteridade. É um laboratório de elementos sociais externos que definem e redefinem o espaço escolar, seja de caráter conservador ou não. Mas, é também nesse espaço que podem se desenvolver processos culturais e políticos importantes para a construção da cidadania, dependendo da estrutura curricular que pode ou não contribuir com a liberdade de expressão e o desenvolvimento de projetos sociais e do currículo de caráter participativo, igualitário e solidário.

Durante a pesquisa os jovens questionam a falta de uma relação amigável entre professores e alunos, de atividades práticas e interativas, estrutura para um ensino de qualidade e o respeito nas relações sociais no ambiente escolar. Identificam a escola como um ambiente propício para o desenvolvimento do conhecimento, para contribuir para os processos que impulsionam o futuro profissional por meio de um curso superior e, sobretudo, como um espaço sociocultural para a sociabilidade. Muitos preferem espaços de convivência dentro da escola, como quadra de esporte e o pátio. Todos esses questionamentos reforçam a importância para esses jovens da socialização e da interação, da afetividade e respeito entre as pessoas. “A escola pública (...) é realidade social diversa e desigual. Os atores têm de lidar com o descaso (...) com o que é público. É verdadeiro laboratório dos conflitos sociais e possibilita mais debate” (RÊSES; RODRIGUES; SANTOS, 2016, p. 196).

O gráfico abaixo apresenta os diferentes espaços sociais da escola que os jovens pesquisados mais se interessam, mais gostam de permanecer ou transitar. Demonstram que os espaços de maior possibilidade de socialização entre seus pares são muito bem vistos por eles.

Gráfico 6 - Os espaços que mais ocupam na escola



Fonte: Pesquisa da autora.

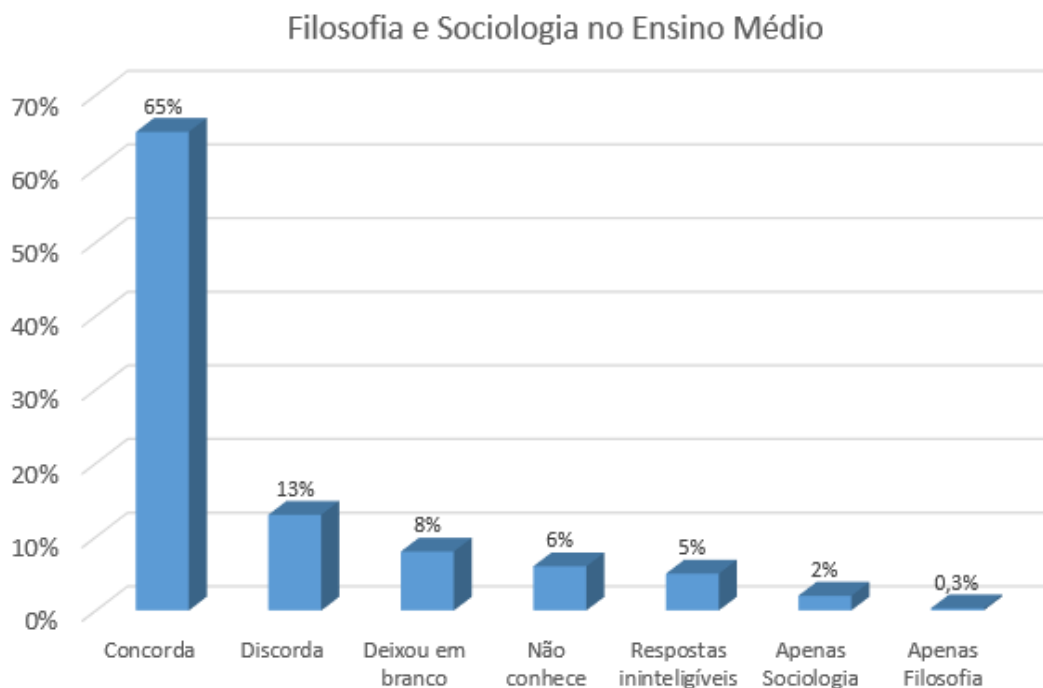
Para a maioria, 65% dos jovens, o estudo das Humanas em específico da sociologia e filosofia contribuem para a conscientização e o desenvolvimento do senso crítico: “São importantíssimas para ampliar o conhecimento, nos ensina a lidar com os problemas da sociedade” (m, 17, 2017). A maioria desses estudantes é a favor do ensino de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio declara que são fundamentais dentro do currículo escolar. No entanto, um número significativo, ou seja, 41 estudantes, declararam desnecessário o ensino das duas disciplinas: totalizam 13% dos jovens estudantes. 8% deixou em branco, 6% não estudou, ainda, estas disciplinas, 5% responderam de forma vaga, ininteligível, 2% é simpatizante apenas da Sociologia e 0,3% apenas da Filosofia.

De um modo geral a Sociologia e a Filosofia são vistas pelos estudantes pesquisados como disciplinas importantes para a formação de um senso crítico e conscientização sobre a realidade em que se vive. A maioria é favorável à existência das disciplinas no Ensino Médio. Nesse sentido, os resultados dessa pesquisa sobre essas disciplinas coincidem, em alguns aspectos, com uma pesquisa realizada no Distrito Federal pelos pesquisadores Erlando da Silva Rêses, Mário Bispo dos Santos e Shirlei Daudt Rodrigues (2016).

Com um vasto trabalho de pesquisa de mestrado, esses três autores, demonstraram, entre outras situações, as percepções de estudantes do Ensino Médio sobre as disciplinas de Filosofia, e, sobretudo, de Sociologia. Os resultados foram surpreendentes quando se trata da evidência dessas disciplinas como instrumentos importantes para o desenvolvimento da formação escolar, cultural, política e social de jovens estudantes.

“Os resultados revelaram que a Sociologia contribui para a compreensão da sociedade moderna, para a construção do senso crítico e para a formação do exercício da cidadania(…)” (RÊSES; RODRIGUES; SANTOS, 2016, p. 128). Segundo depoimentos essas disciplinas só contribuem positivamente: “Uma das matérias mais importantes, porque nos ajuda, tornando-nos pessoas mais críticas em assuntos relacionados à sociedade” (f, 18, 2017).

Gráfico 7 - Filosofia e Sociologia no Ensino



Médio

Fonte: Pesquisa da autora.

2.6 Aborto/Educação sexual na escola

Aproximadamente 90% dos pesquisados é contrária à prática do aborto. No entanto, a maioria é a favor da educação sexual na escola. Ou seja, 71% é a favor, 16% é contra, 3% é a favor dependendo da idade e série, e 10% não opinaram. Esses números surpreendem, pois 47% dos aprendizes são evangélicos e tem-se a percepção que evangélicos são mais conservadores em relação aos temas de sexualidade.

Sobre o aborto: é uma questão de as pessoas estarem mais preocupadas em julgar a mulher que opta por abortar do que oferecer uma educação sexual digna evitando o acontecimento para a quantidade de meninas que morrem ao fazer o aborto clandestino. Acredito que também entra em uma cultura machista que vivemos, pois os pais (homens) abandonam os filhos e a sociedade não os condenam. Eu sou a favor da legalização, porém não faria. (F, 18, 2017)

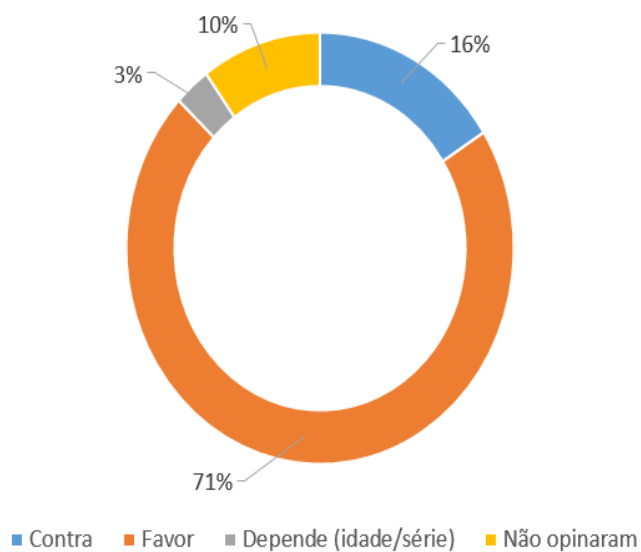
Do total de 142 evangélicos, 25 se declararam favoráveis à prática do aborto. Desse total, 15 (7 homens e 8 mulheres) são favoráveis dependendo a situação, do tempo de gestação, em caso de gravidez resultante de estupro ou risco à vida da mãe. 5 mulheres e 5 homens não impuseram condições para o aborto.

Do total de 55 católicos, 17 católicos declararam favorável à prática do aborto. Desse total, 2 homens e 3 mulheres são favoráveis dependendo da situação em que está envolvida a gravidez. 3 homens e 9 mulheres não impuseram condições para o aborto. Em geral, a religião católica e a religião protestante repudiam a prática de aborto, em qualquer circunstância. Segundo Sofiati (2012) o movimento carismático dentro da igreja católica tem se apresentado mais conservador que outros movimentos, principalmente à época de Bento XVI. “Seu discurso contra a legalização do aborto e a defesa dos temas tradicionalistas, como o retorno da missa em latim, expressaram objetivamente as posições de Roma” (SOFIATI, 2012, p. 119).

Os jovens que deixaram em branco o item religião/igreja foram o total de 7 mulheres e 4 homens, e estes são favoráveis ao aborto. E, 4 homens e 3 mulheres são favoráveis dependendo da situação. Entre os jovens que assumiram serem ateus ou não frequentam nenhuma igreja/religião: 16 (9 homens e 4 mulheres) são favoráveis ao aborto, 3 mulheres são a favor dependendo da situação. Uma mulher agnóstica é favorável. Uma mulher espírita, uma umbandista e um homem que não declarou qual a religião: são favoráveis, dependendo da situação.

Gráfico 8 - A educação sexual nas escolas

Educação sexual nas escolas



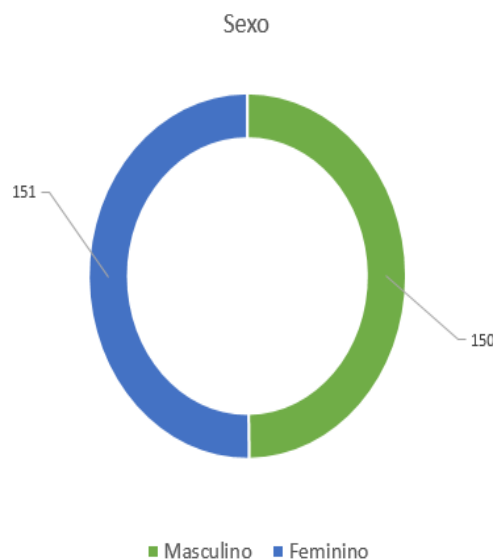
Fonte: Pesquisa da autora.

2.7 Relações de gênero, diversidade e homofobia

Considero justas todas as formas de amor.
16, f

Participaram da pesquisa 151 mulheres e 150 homens, esses dados demonstram a igualdade de tratamento que a Rede Pró-Aprendiz tem com os jovens que se inscrevem no programa de aprendizagem profissional.

Gráfico 9 - Jovens aprendizes: sexo feminino e sexo masculino



Fonte: Pesquisa da autora.

Os jovens apresentaram na pesquisa forte respeito sobre as diversidades, de um modo geral, mas quando o assunto é homossexualidade a diversidade é relativa, para um número significativo de jovens. O preconceito em relação às pessoas LGBTTTI⁹ foi representado por aproximadamente 20% dos jovens (de ambos os sexos).

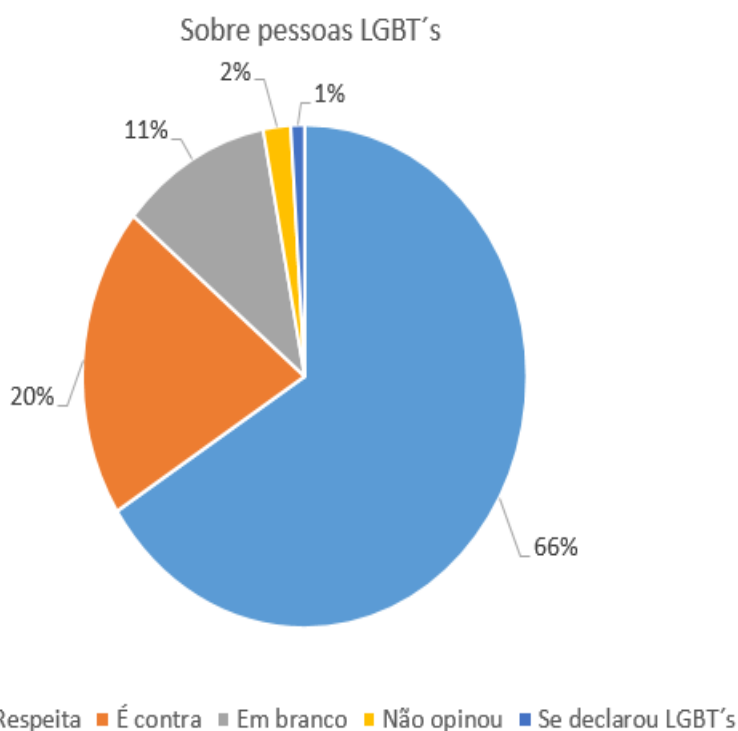
A maioria dos jovens, 66%, considera as pessoas LGBTTTI como normais e merecedoras de respeito, ou seja, aceitam e respeitam os LGBTTTI. Aqueles que declararam contrários, muitos de forma implícita, totalizam 20%. 11% deixaram a questão em branco, 2% preferiram não opinar, com frases como “sem comentários” e “prefiro não opinar” e 1% se declarou pertencente a esse grupo social. Mesmo sendo uma porcentagem de 20%, o número de jovens que rejeitam esse grupo social é impressionante.

Um jovem afirmou: “Nada contra os LGBTTTI”. Quando foi questionado se é a favor da Educação Sexual na escola, respondeu: “Não, só a Educação Heterossexual”. O que demonstra claramente que as pessoas não admitem o próprio preconceito e, por meio da interpretação dos depoimentos é possível resgatar o viés preconceituoso implícito nas respostas. O mesmo é do sexo masculino, com 16 anos de idade, deseja se tornar um juiz, votaria em Bolsonaro, considera as

⁹ **LGBTTTI** é a sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intesexo. Essa sigla já foi descrita anteriormente

disciplinas de Filosofia e Sociologia como inúteis e que o bullying, na verdade, é só frescura das vítimas. Por meio dessas características é possível afirmar que este aprendiz possui um perfil extremamente conservador, machista e violento. Alguns exemplos de jovens com preconceito e que não assumem e casos explícitos de homofobia foram percebidos durante a pesquisa.

Gráfico 10 - Gênero e opinião



Fonte: Pesquisa da autora.

Quando se trata de analisar a rotina e vida de uma trabalhadora, no contexto do mundo do trabalho, o peso da responsabilidade em cumprir com os horários e tarefas de trabalho fora e dentro de casa se intensifica. Ela, no Brasil, foi formada, geralmente, para desempenhar as atividades domésticas (cultura machista) e, por necessidade e/ou por realização pessoal se vê em duas ou mais jornadas de trabalho, o que, perante a sociedade, se caracteriza como um comportamento naturalizado, ou seja, uma tradição cultural milenar machista em toda a sociedade é considerada uma realidade que traduz em dons e natureza feminina tanto em relação aos cuidados e aos afazeres domésticos. Essa tradição obriga consciente ou

inconscientemente as mulheres a manter essa rotina de trabalho estafante e extenuante.

Diferentes teóricos passam a abordar essa temática se voltando às questões sociais e não biológicas da divisão sexual do trabalho. “Assim, problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete a um pensamento determinista, o debate em termos de relações sociais é bastante negligenciado” (HIRATA; ZARAFIAN, 2009, p. 68-70).

O trabalhador, ser de subjetivação, torna-se prisioneiro daquilo a que ele deve se reportar: as operações objetificadas. Ao contrário, a noção de trabalho doméstico é o oposto da objetificação: ela é ligada às relações afetivas da família e baseada na “disponibilidade” materna e conjugal das mulheres. (Chabaud-Richter et al., 1985) Sendo a forma privilegiada de expressão do amor na esfera dita “privada”, os gestos repetitivos e os atos cotidianos de manutenção do lar e da educação dos filhos são atribuídos exclusivamente às mulheres. (HIRATA; ZARAFIAN, 2009, p. 251)

A dupla presença da mulher: no trabalho remunerado e o trabalho doméstico, tem como pano de fundo a análise de uma cultura patrimonialista e machista. “A maior parte das tarefas domésticas incumbe ainda às mulheres (...) consagram ainda muito mais tempo a estas tarefas que os seus cônjuges ou companheiros” (DUBAR, 2006, p. 64).

O fenômeno social da dupla presença da mulher é analisado levando em consideração outros fenômenos sociais que fazem parte da vida da mulher: ou seja, um conjunto de elementos historicamente presentes na representação do que é a mulher e na relação de gênero, em nossa sociedade. Essas representações e práticas sociais aceitas cotidianamente proporcionam a reprodução social do comportamento feminino/masculino e a naturalização dessa realidade na sociedade. Nesse sentido, a representação social que relaciona a mulher à casa condicionam, reproduzem e naturalizam a dupla presença da mulher em nossa sociedade. O trabalho, diariamente, pode ser visto como práticas de um lado emancipatórias e de realização feminina, pois quem trabalha possui seu próprio rendimento, ou pode ser visto como dupla exploração do trabalho, em ambiente do trabalho e no próprio ambiente familiar. “Além da persistência das desigualdades de gênero que esta situação provoca, é importante também enfatizar as dificuldades e limitações das políticas de conciliação (...)” (TORNS, 2008, p. 68).

A realidade da mulher que trabalha e vive de salário mínimo, no Brasil, é muito mais rica em variáveis analíticas que retratam a desigualdade que outras realidades de mulheres que possuem uma estável vida econômica. Sarti (2007), em sua análise sobre a relação entre homens e mulheres, revela como é nítida a divisão de tarefas nessa relação de gênero, no cotidiano de pessoas pertencentes a uma classe menos favorecida, no plano econômico. Esta divisão trata o homem como provedor da casa e a mulher como administradora da casa, um aspecto interessante cultura, comportamento e realidade. Mesmo levando em consideração a análise da autora como uma importante reflexão do retrato histórico das famílias no Brasil, as mulheres tem se tornado as reais provedoras em grande parte das famílias no Brasil. “Assim como o trabalho do ‘provedor’ é um atributo masculino, o trabalho feminino tem sua significação referida ao lugar da mulher no universo familiar” (SARTI, 2007, p. 97). Essa realidade apresentada pela autora vem mudando consideravelmente.

A necessidade de analisar a questão de gênero, levando em consideração mulheres diferentes de outras mulheres, sobre aspecto de classe e escolaridade, é muito importante. Bem como visualizar as diferenças entre homens e mulheres, sem levar em consideração a questão biológica. Mulheres e homens são iguais perante a lei e ao mesmo tempo mulheres e homens são diferentes no trabalho e entre outros aspectos, o que pode gerar desigualdade (HIRATA, 2014).

A dupla presença de sua força de trabalho não é o único diferencial social em que a mulher é explorada, pelo simples fato de ser mulher esta é, cotidianamente, violada em seu direito de liberdade e intimidade. A mulher, em diferentes países e épocas, tem sofrido diferentes violências, somente por ser mulher: o estupro é um caso exemplar, nessa análise. “Se, além de pensar nas diferenças nos salários e nas horas de trabalho, também consideraremos a violência sofrida pelas mulheres, no Brasil” (PISCITELLI, 2009, p. 121).

Grande parte das meninas que começam cedo no mundo do trabalho realizam trabalho doméstico fora de seus lares (a maioria das filhas dos trabalhadores que recebem um salário ou menos que isso). Estão sujeitas à diferentes situações de exploração do trabalho, além de agressões psicológicas e sexuais. Essa triste realidade brasileira tem sido alvo de debates e políticas públicas

para o combate do trabalho infantil, mas ainda estamos longe de zerar os índices de exploração infanto-juvenil. As teorias sobre gênero e as pesquisas sobre a situação das empregadas domésticas contribuem para a compreensão da desigualdade econômica e de gênero que impera no Brasil e em outros vários países.

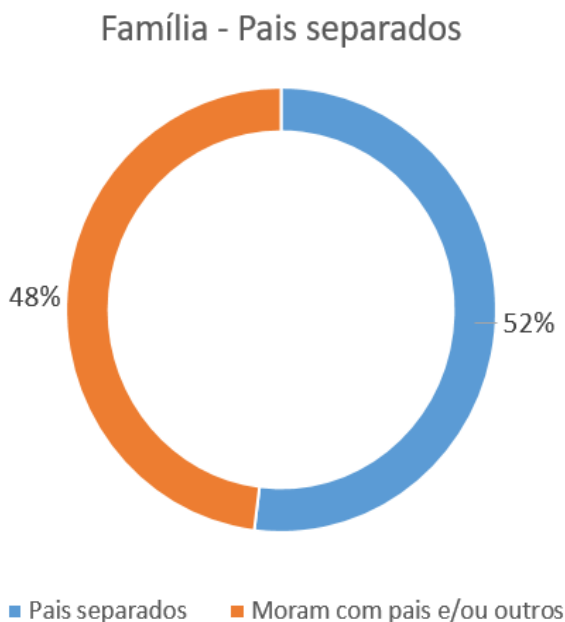
A desigualdade econômica e a desigualdade de gênero são pontos de partida para a compreensão dessa realidade que envolve as trabalhadoras. A sociedade como um todo mantém e reproduz modelos que padronizam as pessoas, no caso das mulheres reserva-se as características da delicadeza, paciência e dedicação aos filhos e aos serviços domésticos. Esse padrão estabelecido pode representar com mais clareza a realidade de exploração de gênero, pois geralmente, no ambiente doméstico é ela que trabalha: uma imposição cultural e também, histórica e social (HIRATA, 2014). É nesse contexto que o jovem aprendiz está inserido. Em relação às funções que exercem, não existem diferenças devido ao sexo, mas as moças estão vivendo situações diferentes dos rapazes no contexto do trabalho aprendizagem ou não, seja em casa, seja no trajeto para o trabalho ou seja no próprio ambiente de trabalho: além da discriminação por ser mulher, o assédio sexual é mais intenso sobre elas e o trabalho doméstico, geralmente, é realizado por elas quando chegam em casa cansadas da rotina escolar e de trabalho.

2.8 Organização familiar

Grande parte das famílias no Brasil não está mais configurada em um retrato tradicional familiar, sendo que pais separados e parentes fazem parte da vida familiar dos jovens brasileiros. A configuração familiar dos jovens aprendizes não é diferente: 52% desses jovens são filhos de pais separados. Nesse contexto, é possível declarar que a maioria dos jovens brasileiros não possuem um retrato familiar de pai, mãe e filhos, mas de avós, primos, tios e etc. Também é importante observar que 10% dos jovens pesquisados declarou que não possuem pais separados, no entanto, ao citar familiares que moram em sua residência, omitiram a presença do pai, que pode ter falecido ou nunca ter se apresentado ao filho. É nesse contexto que aumentam as estatísticas de núcleos familiares que fogem ao padrão definido como família tradicional.

O Brasil é um país completamente diversificado quanto à questão familiar. Na pesquisa, aproximadamente 50% citou avós, avôs, mãe, pai, tias, tios, padrastos, madrastas e outros como integrantes da família, conforme apresentado no gráfico abaixo.

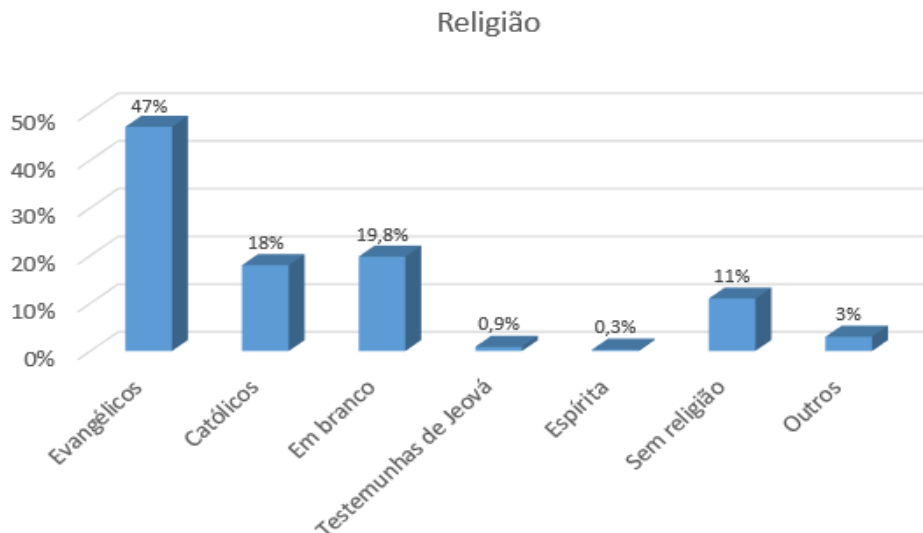
Gráfico 11 - Jovens Aprendizes e pais separados



Fonte: Pesquisa da autora.

A religião e a religiosidade dos jovens geralmente seguem referências familiares. A maioria dos jovens é evangélica, 47%; 18% são católicos; 19,8% deixaram a questão em branco; 0,9% se declararam Testemunhas de Jeová; 0,3% é espírita; 11% disseram não possuir religião, portanto não frequentam nenhuma igreja; dois pesquisados são ateus. 3% citaram outras religiões ou seitas como “qualquer uma”, “agnóstica”, “cristã” e “umbandista” ou não foi possível identificar a religião.

Gráfico 12 - Jovens Aprendizes e religião



Fonte: Pesquisa da autora.

Os jovens aprendizes, geralmente, relacionam a violência com o espaço público; 20% deles também consideram importante debater a violência doméstica. Possuem receio de se tornarem vítimas de assalto, latrocínio e, no caso das mulheres, soma-se o medo constante do estupro. Aproximadamente 90% deles utiliza o transporte público diariamente e relatam as constantes situações de violência que ficam sabendo ou presenciam. “Corpos que desafiam o medo provocado pelos elevados índices de violência urbana” (MELLO; SAFADI, 2016, p.197).

A violência policial também foi destaque a partir da fala dos jovens. Um jovem relata o constante receio de abordagem policial e se entristece todas as vezes que o confundem com um bandido: “O que mais me deixa triste é um policial ou a sociedade me confundindo com bandido” (15, m, 2017).

A violência doméstica, geralmente, apresenta ocorrências de maus tratos e abusos a crianças, adolescentes, mulheres e idosos. Por se tratar de um ambiente privado, o espaço doméstico pouco é tratado como foco de intervenção estatal em relação à integridade física e mental de uma dada pessoa em uma agressão ou em constante situação de violência. Os abusos sexuais crescem nas estatísticas em

relação ao ambiente doméstico, principalmente porque as denúncias aumentaram. O estupro a vulneráveis e mulheres tem tomado cada vez mais espaço nas estatísticas, sendo que em sua maioria são os próprios familiares das vítimas que cometem esses crimes. Para Ribeiro (2016) não foi a violência que aumentou ultimamente, e sim a conscientização da população quanto ao problema, desta forma as denúncias aumentaram. “(...) uma crescente visibilidade dos casos de abuso sexual e a persistente nebulosa em torno dos maus-tratos” (RIBEIRO, 2016, p. 65).

A violência contra a mulher indigna os jovens: “Bater em mulher e os atos de estupro são exemplos brutais de violência (...) o que me deixa triste é saber que tem muitas mulheres sendo estupradas e violentadas. Isso é algo horrível” (17, f, 2017).

Dois depoimentos chamam muito a atenção: relacionam o pai com a violência. A violência doméstica afeta intensamente a vida desses jovens, pois a referência familiar é importante para suas vidas: “Meu maior medo é o meu pai” (17, m, 2017). Nesses dois casos os pais são separados, mas a representação do pai amedronta esses adolescentes: “Meu pai é um exemplo de violência” (16, m, 2017).

Os conflitos familiares estão, quase sempre, evidentes nas falas dos jovens aprendizes. Querer se dar bem com mãe/pai é, geralmente, o desejo deles. A inserção ao mercado de trabalho formal tende a minimizar os conflitos domésticos, mas essa realidade continua em muitos lares e afeta diretamente a vida escolar, social e afetiva desses jovens.

CAPÍTULO 3 - O JOVEM APRENDIZ: REALIDADE E PERCEPÇÕES

Jovens, que dão voz as suas perspectivas entre sonhos dificilmente alcançáveis e o vazio da incerteza e do risco, mas que também encontram espaços para projetos possíveis de serem concretizados.

Tania L. Dias Tosta

Este capítulo apresenta cinco itens que contribuem para a reflexão sobre o jovem aprendiz e sua percepção da realidade. São eles: A relação entre a vida e o trabalho; A sua condição de classe; Pluralidade e sociabilidade na cotidianidade; Uma realidade de desigualdade, exclusão e diversidade; e Entre desejos, conhecimento, entretenimento e sociabilidade.

3.1 A relação entre a vida e o trabalho

Suas “pegadas” na metrópole acompanham a sua multiplicidade identitária. Roqueiros, funckeiros, skeytistas, trabalhadores informais, peladeiros, coletivos jovens, estudantes, jovens religiosos, movimento estudantil, darks – e tantos outros grupos – fazem apropriações diversas, agem nos lugares metropolitanos, expõem suas cores, suas vozes, suas maneiras de agir. As trajetórias juvenis seguem as identidades que, cada vez mais são complexas, interseccionadas e abertas.

Chaveiro e Santos

Este estudo envolve um grupo social específico da sociedade: os jovens aprendizes da Rede Pró-Aprendiz. A rotina de trabalho faz parte da realidade social desses jovens, mas o objetivo é refletir sua vida para além do trabalho regulado. Nessa reflexão, por hora, o trabalho é deixado de lado no sentido de compreender o sentido da vida social para esses jovens.

Claus Offe (1994) percebe essa descentralização do trabalho regulado ou assalariado na vida das pessoas no processo de modernização. Para ele, outras esferas ou atividades da vida social têm se tornado mais interessantes ou atrativos em relação ao trabalho, e este perde, cada vez mais, centralidade e referência da moral e dignidade humana, como por séculos foi considerado. Isso devido às transformações culturais e sociais que contribuem para novos paradigmas sobre questões universais que envolvem diretamente a vida das pessoas. “Para começar, o poder convincente da ideia do trabalho como um dever ético do homem provavelmente está se desintegrando, não só devido à desagregação das tradições religiosas ou culturais secularizadas” (OFFE, 1994, p. 183).

As percepções de Offe (1994) sobre a descentralização do trabalho e diluição referencial da moralidade que envolvem o trabalho regulado ou assalariado fazem sentido em algumas circunstâncias ou situações, mas para grande parte dos trabalhadores que ainda convivem com uma relação direta e constante com o trabalho essa teoria não se sustenta levando em consideração a importância que o trabalho ainda possui para a sociedade. Isto porque, mesmo com o surgimento e ampliação de diferentes formas laborais, como o trabalho imaterial, esse contexto ainda é central na vida das pessoas. Principalmente com referência à classe social, os trabalhadores são levados a considerar o trabalho como atividade central em suas vidas, por necessidade e, inclusive, por obrigação moral. Segundo Negri e Lazzarato (2001), o trabalho e a exploração continuam centrais no capitalismo, o que mudou foram as dinâmicas que envolvem esses temas:

A esfera da produção capitalista de uma vez por todas estendeu-se da organização do “tempo de trabalho” à organização do “tempo de vida”. E que, portanto, não existe mais razão para identificar (nem teórica nem fenomenologicamente) o capitalismo com a produção industrial e a exploração com o “pós ao trabalho” a classe operária. (NEGRI; LAZZARATO, 2001, p. 74).

No entanto, é perfeitamente possível relacionar as reflexões de Claus Offe (1994) com a relação à juventude, principalmente, os jovens aprendizes que ainda não estão completamente incluídos no contexto totalizante do trabalho, pois são aprendizes. Os jovens aprendizes encontram prazer e satisfação em atividades, sobretudo, fora do trabalho, entre os amigos e família, em brincadeiras, jogos, redes virtuais, passeios etc. “Satisfação com atividades com atividades que não são de trabalho contribui mais do que qualquer outro fator para a satisfação da vida (...) uma perda crescente da relevância subjetiva do trabalho assalariado” (OFFE, 1994, p. 188-189).

A reflexão sobre o tema “jovem aprendiz” se desenvolveu sobre a perspectiva de que esse jovem está inserido em um rico contexto de possibilidades e limitações. Ao ingressar no mercado de trabalho, 80% dos jovens perceberam que o tempo livre já não era o mesmo e que esse ingresso formal limitava suas possibilidades de realizar outras atividades que lhes agradavam. Dos 301 jovens aprendizes, 54 (17%) trabalhavam antes de ingressar no Programa Jovem Aprendiz. Destes, 39 (12%) possuíam idades entre 14 e 16 anos na data da pesquisa (dezembro de 2017),

demonstrando que em idades bem precoces já trabalhavam. No Brasil, o trabalho infantil faz parte da realidade de muitas famílias e esse fenômeno pode ser considerado, segundo Freitas (2016), resultado de aspectos culturais, sociais e econômicos:

O que pode observar com mais frequência é a existência de representações sociais diversas acerca desse tipo de trabalho que muitas vezes definem as ações políticas e a institucionalização de uma normatividade que desconsidera a complexidade do fenômeno. Por isso, uma investigação que esclareça o trabalho infantil requer, antes de tudo, a desconstrução do discurso sobre as concepções em torno do fenômeno, a qual não será capaz de contemplar as várias configurações que este trabalho possui, decorrente de aspectos culturais, sociais e econômicas. (FREITAS, 2016, p. 100)

Ou seja, ao mesmo tempo em que sua condição de classe os impulsiona para o trabalho, precocemente, os jovens vão construindo perspectivas que possam dar-lhes esperanças de uma vida melhor. Porém, entre esperanças e sonhos, querem viver também o agora, poder viajar, se alimentar bem, praticar esportes, conviver com as artes, sair e se divertir. O consumo não foi o elemento que mais se destacou na pesquisa tratando-se dos desejos juvenis, apesar de ser um importante fenômeno social que centraliza os desejos em nossa sociedade. À frente do consumo, é a socialização, a interação e o lazer que se destacam nas perspectivas desse grupo. Viana (2015) define as representações cotidianas com interpretações coletivas da realidade:

A vida cotidiana é determinada pelo modo de vida existente, gerado por um determinado modo de produção (...). As representações cotidianas realizam uma interpretação da realidade marcada pela simplificação, naturalização e regularização, fundadas nas relações sociais concretas e existentes, a partir de uma determinada cotidianidade derivada de um modo de vida. (...) A entrevista interpretativa reside no fato de que esta última é mais ampla, profunda e detalhada, pois incluiu informações semiconscientes, culturais e biográficas (...). (Viana, 2015, p. 44).

Devido às diferentes características e condições desses jovens aprendizes e para compreendê-los em sua realidade, foi desenvolvido um perfil desse jovem, que trabalha, mas também vive um universo de complexidades e diversidades que também contribuem para o reconhecimento deste sujeito como múltiplo e reflexivo. “Invenções de si no cotidiano cruzam as vivências de classe, raça, etnia e gênero, é

preciso falar do jovem no plural. Entendendo a pluralidade para entender a juventude brasileira” (PEREIRA; BARBOSA, 2016, p. 276).

Este jovem aprendiz apresenta possibilidades para construção de uma infinidade de percepções e perspectivas para si, para a família e para a própria sociedade. Entre os depoimentos dos jovens aprendizes é possível encontrar os anseios por mais oportunidades para os jovens e por um mundo melhor: “Desejo ser uma revolucionária, mudar a vida do maior número de pessoas possíveis, abrir a mente geral. Ser campeã olímpica, viajar o mundo. Ser feliz” (f, 17, 2017).

3.2 A sua condição de classe

Os jovens, filhos de trabalhadores assalariados, geralmente são cobrados pela família e a sociedade a ingressarem no mercado de trabalho deixando de lado seus desejos juvenis de socialização, estudos, lazer e descanso. As atividades estudantis já representam para eles um grande esforço já que necessitam de tempo e dedicação para elas, mas em muitos casos até essa obrigação é deixada de lado para a dedicação exclusiva ao trabalho. Dois aspectos podem chamar a atenção para a emergência do ingresso ao trabalho: a necessidade econômica e a ocupação do tempo livre. O mínimo tempo que lhes sobram, de acordo com a família e a sociedade, pode representar riscos: envolvimento na criminalidade ou vício de drogas ilícitas. A relação entre a trajetória de vida dos pais e a dos filhos, nessa classe social tão castigada, é ressaltada por Tosta quando afirma: “Percurso que, em regra, repete a trajetória de seus pais, marcada, na maioria das vezes, pelo início precoce da atividade e pelo trabalho precário” (2016, p. 133).

Os jovens pobres são estigmatizados historicamente como sujeitos marginais ou desocupados devido à sua condição de classe. Segundo Pinheiro (2014) o conceito de classes perigosas pode contribuir para essa estigmatização, sendo que o jovem pobre que não trabalha logo é visto como criminoso ou viciado em drogas. Ou seja, quem pertence à classe assalariada é constantemente alvo de desconfiança e humilhação por outras classes e são os jovens os mais atingidos nessa exclusão econômica e social:

As discussões feitas pela mídia, pelos “gestores” das políticas públicas, dentre outras “autoridades”, guardam quase sempre a noção do risco

representado por estes sujeitos. Parece haver a crença de que existiria no interior do mundo moderno uma harmonia, duramente garantida por meio das leis e da polícia, e que tenderia a ser quebrada com a ação destas crianças e adolescentes. (PINHEIRO, 2014, p. 50)

O tempo de trabalho desses jovens, mesmo sendo de meio período, pode ser acrescido ainda mais se levarmos em consideração o que se gasta durante a ida e a volta. Estes jovens perdem aproximadamente 1 hora entre o trajeto da casa para o trabalho e mais 1 hora de volta para a casa, sendo que, segundo dados da pesquisa, 90% utiliza o transporte público. Este tipo de transporte em Goiânia e Região Metropolitana representa um descaso com os seus usuários, são muitos os problemas que envolvem as empresas particulares responsáveis por esse serviço e o cotidiano dos trabalhadores: prestam um serviço de péssima qualidade, com número de veículos insuficiente, demora muito para o início da viagem e é um ambiente inseguro, pois, segundo os pesquisados, diariamente ocorrem assaltos, furtos e violência nos ônibus. São situações que impedem que esses mesmos jovens possam, em momentos livres, utilizar esse transporte para o acesso aos diferentes eventos culturais e ambientes de lazer e entretenimento. Para Paula (2016) os jovens, por sua condição de classe, vivem em uma constante situação de negação de direitos, como o direito de ir e vir:

A maioria dos jovens das classes populares usufrui muito pouco dos territórios juvenis da cidade existentes fora de seu bairro. Esse fato está estreitamente ligado a sua condição social e econômica que os impede de vivenciar sua juventude de forma plena, pois há limites que lhes são impostos: de acessibilidade, de mobilidade, de tempo e de recursos financeiros etc. (PAULA, 2016, p. 38)

Esta e outras tantas dificuldades podem gerar grande desgaste físico e emocional no dia a dia desses aprendizes que aprendem, sobretudo, que a vida deles é marcada por desafios constantes. Tanto para os trabalhadores, de um modo geral, tanto para os aprendizes, o tempo livre perde, cada vez mais, espaço para o mundo do trabalho (qualificação, trajeto, extras etc). Para aumentar a renda mensal, 20% dos aprendizes, como muitos jovens brasileiros, possuem dois empregos ou bicos, para conseguir um pouco mais nesse contexto de trabalho tão desigual como a própria sociedade. Uns ganham bem mais e milhares bem menos. É o caso desta

jovem de 17 anos que trabalha aos finais de semana como garçonete: “Trabalho como garçonete nos finais de semana” (f. 17, 2017).

A trajetória de vida desses trabalhadores se repete através dos seus filhos e netos: tendem a perpetuar essa condição de classe, não por escolha, mas por determinação social, definida pela forma de divisão do trabalho e da divisão dos bens em nossa sociedade. Raramente um trabalhador consegue sair de sua condição social, mas quando ocorre serve para estimular a esperança de milhares e milhares de pessoas a sair da situação de miséria ou escassez em que vivem. Os jovens, nessa condição, na esperança de sucesso profissional e ascensão social, constroem perspectivas variadas que possam dar significado aos seus dias. Com dificuldade alguns concluem o ensino fundamental, o ensino médio e conseguem ingressar em cursos superiores; parte deles são obrigados a desistir dos estudos por falta de recursos. Porém, mesmo com tantas adversidades, 80% aprendizes declararam que a inserção no Programa Jovem Cidadão foi a melhor oportunidade que teve na vida: “Essa foi a melhor oportunidade que tive, assim posso comprar o que preciso e passear” (f. 16, 2017).

Tratando-se de jovens que trabalham, tudo isso se torna mais desafiador, pois estes convivem com outro fator que os diferenciam dos demais: a falta de recursos e o preconceito social devido à sua condição de classe, que trabalha, em condição de obrigatoriedade moral e social. Essa condição pode, ou não, ser decisiva na trajetória de vida desses personagens. Em relação à perspectiva de futuro, Franch confirma a relação entre classe e trajetórias: “A falta de oportunidades (...) constitui um desafio na hora de projetar, imaginar e construir o seu futuro” (2016, p. 198).

O percurso nas vidas dos jovens, apesar da força de vontade, nem sempre é construído sobre seus próprios sonhos ou objetivos, geralmente são levados a recorrer ao que está mais disponível para o momento e que, ao mesmo tempo, possa satisfazer as necessidades mais básicas e mais urgentes que seus sonhos juvenis. Segundo Franch (2016), para se compreender as subjetividades que envolvem o imaginário de futuro e presente desses sujeitos é interessante conhecer as suas expectativas, suas imagens do futuro e as estratégias que lançam mão para construir seu amanhã. Citando os sonhos, os jovens aprendizes querem conquistar o sucesso profissional, melhorar as condições de vida da família e adquirir um meio

de transporte. Porém, são os interesses mais imediatos que parecem ser mais acessíveis para esse grupo social e, no entanto, acreditam e lutam para ultrapassar uma barreira invisível de injustiças e desigualdade. E em relação ao que fazer com o meio salário que recebem, desejam consumir bens de uso diário, como celular, alimentação, roupas, tênis, livros ou moto: “Quero comprar uma moto” (m. 17, 2017).

Uma das perspectivas de futuro, amparadas na qualificação profissional, mais citada pelos jovens aprendizes, é a possibilidade de empregabilidade. Acreditam que a experiência como aprendiz abre possibilidades para vagas de emprego, após o encerramento do contrato.

A qualificação profissional pode não representar, no Brasil, uma garantia de estabilidade no trabalho, sendo que diferentes situações podem contribuir para atingir e manter uma vaga no mercado. Muitos jovens brasileiros se deparam com essa instabilidade em relação ao emprego: se qualificam e, em muitos casos, nunca ingressam no mercado formal ou se ingressam podem, a qualquer momento, perder o emprego e se voltar para o mercado informal. Essa é uma perversa realidade em uma sociedade que, ainda, valoriza a carteira assinada. Corrochano percebe nos jovens pobres, devido a diferentes limitações, como sendo as maiores vítimas do desemprego: “De forma geral, o desemprego é vivido de maneira mais dramática entre jovens com menos recursos econômicos, escolares e culturais” (2016, p. 169). Os jovens aprendizes não fogem a essa realidade, desta forma, o ingresso ao primeiro emprego formalizado, dentro dos moldes do aprendizado, não assegura posteriores vagas na formalidade, podendo estes ingressar no mercado informal.

Para uns, a juventude se constitui mais fortemente como um momento de preparação para o ingresso no mundo do trabalho; para outros, o trabalho faz parte da realidade juvenil desde muito cedo, principalmente se considerarmos países como o Brasil (CORROCHANO, 2016, p.167).

São muitos os fatores que podem gerar o desemprego na vida de uma pessoa, mesmo qualificada. No momento de uma entrevista em busca de uma vaga, independente da qualificação profissional do pretendente, diferentes fatores podem contribuir para o desemprego: falta de perfil para determinada função (o que é bem subjetivo); o endereço, em casos de bairros “considerados” perigosos; falta de experiência com uma atividade específica; a distância entre o trabalho e a

residência; maternidade; preconceito e racismo¹⁰; dívidas, restrições de mercado (nome sujo); antecedência criminal; idade; baixa ou alta escolaridade (dependendo da função a alta escolaridade pode ser um fator negativo para a empresa pelo seu custo maior); disponibilidade de um horário determinado pela empresa (principalmente nos casos de trabalhadoras com filhos); baixa remuneração; péssimas condições de trabalho. Os últimos fatores podem ser decisivos para o próprio trabalhador dispensar uma dada vaga disponível. Além desses fatores, um trabalhador qualificado pode se tornar desempregado por questões relacionadas ao preconceito sobre diferentes questões como gênero, tamanho, regionalidade, deficiência e/ou ao racismo.

Isto ocorre em um sistema dito democrático e aliado ao discurso da meritocracia que contribui com uma aparente normalidade no mundo do trabalho. Os discursos da normalidade vão se tornando verdades para toda a sociedade e, principalmente, para os trabalhadores, como: a qualificação profissional define o emprego ou o desemprego de um trabalhador.

Os jovens aprendizes, nessa perspectiva, podem não vivenciar uma estabilidade de emprego após o encerramento de seu contrato de aprendizagem. Questões tanto objetivas como subjetivas podem ser decisivas para a realidade de trabalho desses jovens, como dos trabalhadores qualificados, de um modo geral. Estes podem, de alguma forma, conviver com o trânsito entre o mercado formal e informal, pois além das constantes transformações no mundo do trabalho que podem impedir esse acesso e manutenção à formalidade existem, como citado anteriormente, uma série de fatores que podem influenciar nesse contexto laboral. Da mesma forma é o que afirma Freitas (2013), os trabalhadores convivem com a instabilidade no mercado e, geralmente, são obrigados a conviver com a

¹⁰ A raça ou etnia podem determinar se uma pessoa qualificada será escolhida para uma determinada vaga de trabalho. A sociedade brasileira possui, segundo último senso do IBGE, 53,3% de pessoas negras e pardas e, ao mesmo tempo possui, de forma intensa, porém velada, um dos fenômenos mais desagregadores da história da humanidade, o racismo. O país ainda carrega um comportamento colonial e cultural que gera uma intensa e profunda desigualdade social e econômica que se entrelaça com as diferentes faces do sistema capitalista (a divisão de classes sociais aliada ao racismo intensifica, ainda mais, a desigualdade).

A exclusão de pessoas do mercado formal devido à raça e etnia faz parte costumes e tradições. Essa exclusão historicamente naturalizada é encoberta por um manto invisível do racismo, que dificulta o debate e o combate a essa desumana realidade. Trata-se de um fenômeno cultural que já se constituiu como prática social na sociedade e no sistema econômico como um todo.

informalidade e a precariedade. “E, aqueles que estão empregados, quando ficam desempregados, tornam alvos fáceis dos empregos mais precários e flexíveis” (FREITAS, 2013, p. 169).

A perversa realidade do desemprego juvenil também pode atingir o egresso jovem aprendiz. Este, após o curso profissionalizante, também, em muitos casos, passa a fazer parte das estatísticas e das contradições próprias do capitalismo. A qualificação e a inserção no ensino superior são objetivos dos jovens brasileiros que constroem, segundo Corrochano, essa representação da oportunidade de melhores empregos:

São jovens trabalhadores que se consideram transitando em direção a melhores oportunidades de vida e de emprego (um emprego “na área” e ou um emprego de que “gostem”). O fato de já terem conseguido ao menos uma experiência profissional estável ou de estarem no ensino superior parece contribuir para uma boa percepção de si mesmos e para um maior otimismo em relação a suas perspectivas futuras (CORROCHANO, 2016, p. 184).

Segundo Alencar (2008), o desemprego e a precarização do trabalho têm repercussões na vida dos trabalhadores, pois a perda do trabalho os desqualifica também no plano cívico e político, e os enquadra em uma condição na qual impera, para aqueles que estão empregados, o medo da demissão; o que os faz viver sem expectativas no seu horizonte de vida. A cidadania social que se relaciona ao trabalho assalariado, para a autora, torna-se contraditória diante da crescente incapacidade da sociedade capitalista contemporânea em assegurar para o conjunto da população a inserção social mediante o trabalho: “As diversas faces da desigualdade no mercado têm implicações diferentes para homens, mulheres, jovens e crianças, dado que a condição de sexo, idade e posição na família definem a trajetória ocupacional” (ALENCAR, 2018, p. 77).

A maioria dos jovens, como a maioria dos trabalhadores adultos, está inserida em ambiente de trabalho precário e, muitas vezes, insalubre e perigoso, como é o caso da construção civil em que as estatísticas são alarmantes. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (2014) 2.797 pessoas foram vítimas fatais em acidente de trabalho na construção civil, no Brasil, no ano de 2013.

Por outro lado, alguns trabalhadores têm buscado vivenciar outras formas de trabalho que, muitas vezes, não oferecem um salário fixo, mas possibilitam mais

comodidade, segurança, ou somente uma alternativa de escolha de horários mais flexíveis. Esta é também a realidade de alguns jovens que buscam, temporariamente ou não, formas diversificadas de trabalho que ora apostam no formato legal, mas que mantém a exploração, ora em uma informalidade que se assenta na precariedade e desumanidade. Os jovens lutam, sacrificam-se para a obtenção da qualificação, acreditando em oportunidade iguais. Santos explica a relação entre representação da realidade e a realidade, o que, na sociedade de classes, são totalmente opostos, de fato: “O poder do capital aparece adornado de uma lógica racional voltada para a consecução de objetivos pretensamente comuns a trabalhadores e capitalistas” (2015, p. 96).

Em oposição à realidade tão dura que, muitas vezes, o trabalho representa, surgem formas diferenciadas de pensar e viver o trabalho. São inúmeras as atividades que podem ser citadas sobre o aspecto lúdico ou atemporal.

Tecnologia, artes, interatividade e informação podem ser, de alguma forma, áreas que fomentam novas formas de trabalho: diferenciadas e de difícil padronização. Essa tendência tem atraído o público jovem, que opta por mais autonomia e independência sobre seu próprio tempo e espaço. Entre esses estão, entre outras modalidades, os You Tubers e desenvolvedores de softwares. Para muitos são considerados uma oportunidade de autogestão sobre o tempo e o espaço, assim como são as atividades denominadas de bico ou *free lance*. Diferente dos casos de prestadores de serviços que trabalham autônomos (home office) e que são formas de driblar os vínculos trabalhistas. Em todo o caso, muitos jovens buscam novas formas de atuar e ver o mundo, pois 30% dos jovens aprendizes pesquisados desejam profissões que proporcionam maior independência e autonomia sobre suas vidas.

Refletir o jovem é também refletir os conceitos de tempo, espaço, sociedade e desigualdade. “É importante considerar o jovem, não a partir de critérios rígidos, mas como imerso em processos de crescimento vivenciado pelo indivíduo em seu contexto social, situado num espaço-tempo de agora” (SILVA, 2016, p.164).

3.3 Pluralidade e sociabilidade na cotidianidade

Meu maior sonho é ser revolucionária, mudar a vida do maior número de pessoas, abrir a mente geral. E viajar pelo mundo.
Aprendiza

O jovem aprendiz começou a trabalhar precocemente por pertencer a uma família de poucos recursos, estuda em uma escola pública, possui perspectivas futuras de uma vida melhor e ao mesmo tempo quer viver o presente e estar bem com sua família. Aproximadamente 90% dos jovens aprendizes considera importantes as atividades e espaços de socialização em seus bairros populares. Para suas vidas esses espaços são considerados essenciais. Essa percepção sobre o trabalho não é tão enfática, no sentido de prazer e satisfação. Percebe o trabalho como obrigação e necessidade. O jovem aprendiz acredita que somente alcançará a realização profissional após a consolidação do curso superior, mas além desses sonhos quer viver o agora. Para Franch (2016) a construção simbólica do futuro não impede que o jovem desenvolva sua multiplicidade no presente:

A existência de uma pluralidade de práticas e sentidos atribuídos pelos jovens a essa dimensão temporal, desde o planejamento a longo prazo até perspectivas mais imediatas da ação. A dimensão do futuro (...) valores (...) só fazem sentido a partir da posição dos sujeitos no presente (FRANCH, 2016, p. 198).

Este jovem não pode ser visto apenas por representações juvenis já prontas e definidas, pelo contrário, este deve ser ouvido, ser representado por ele mesmo, e não por imagens já preconcebidas, pois se trata de refletir um grupo social altamente transformador, ou seja, suas tendências, convicções, ações tendem a fluir de forma constante. Uma representação de juventude não pode ser algo que realce a adaptação e a conservação, apenas. Ao mesmo tempo que esse jovem possui um dado pensamento conservador, ele pode, também, apresentar traços de inovação e renovação em outros aspectos. É difícil, inclusive, traçar uma só característica desse grupo, pois uma mesma pessoa pode se mostrar sobre diferentes prismas.

Tratando-se de uma juventude plural, os resultados desta pesquisa foram plurais, apresentando jovens com diferentes posturas frente a realidade e as possibilidades para a vida. A diversidade é, aqui, preponderante e constante: religiosidades, sociabilidades, perspectivas, sexualidades, concepções, realidades e

experiências são elementos que se entrelaçam ou se confundem de jovem para jovem, não há um perfil definido. São perfis de multiplicidades e diversidades que desenham e redesenham contornos de difícil definição sobre quem é esse jovem aprendiz. Uma definição possível para tantos retratos é um só: o jovem aprendiz é um sonhador que possui perspectivas que vão além do mundo do trabalho.

Entre as diversas caracterizações culturais e sociais desta juventude, uma indígena que sonha com a liberdade e a paz para todos contribuiu com esta pesquisa:

Sou umbandista. Acho a Filosofia e a Sociologia necessárias, considero as pessoas LGBTTTI normais, inclusive, eu sou. O meu maior medo é dos humanos. Sou a favor da legalização do aborto. Li vários livros, inclusive, “O dia em que matei meu pai” e “O princípio anarquista”. Sou favorável a educação sexual nas escolas a partir da idade de dez anos. Sou a favor da pena de morte para estupradores e pedófilos. Realizo serviços domésticos. Já sofri bullying e também cometi. Moro em casa própria no Jardim Guanabara. A renda familiar é em torno de 3 salários mínimos. Meus pais não são separados. (f. 18, 2017)

No Brasil, pensar juventude é pensar uma gama de grupos sociais que se identificam em alguns pontos e se diferenciam em outros. Um jovem aprendiz se destaca pela postura extremamente diferenciada em relação aos outros depoentes. Ele é pardo, trabalha no Tribunal de Justiça. Mora com a namorada e a mãe. Reside no Buriti Sereno (Aparecida de Goiânia), com renda familiar de aproximadamente 2.000,00 reais. Já cometeu bullying. Nunca leu livros, não realiza serviços domésticos e, entre outros fatores, é homofóbico:

Considero a Sociologia e Filosofia uma “bosta”, a profissão que quero é ser assaltante de banco, nos fins de semana transo, no meu bairro costumo usar maconha. O que compro com meu salário: não interessa. Acho os LGBTTTI um bando de safados e hipócritas. Sou contra o aborto e assentos para idosos nos ônibus. Sonho: comer todas as mulheres do Brasil. Antes de me tornar aprendiz eu era um servente pobre coitado e depois, um rico e vida nova. Eu votaria em Lula. (m. 15, 2017)

Outro jovem também é homofóbico e declara que votaria em Jair Bolsonaro. Ele se considera moreno, seus pais são separados e já foi vítima e cometeu bullying. Já sofreu assédio sexual (mas não definiu se ocorreu em ambiente de trabalho):

Acho a Sociologia e a Filosofia péssimas e com professores não capacitados, votaria em Bolsonaro. Acho os LGBTTTI a destruição da

sociedade. Não realizo serviços domésticos. Sou a favor da pena de morte e da educação sexual na escola. (m. 16, 2017)

Em geral, os jovens consomem bens de necessidade diária além das tecnologias, gostam das interações virtuais, possuem perspectivas profissionais e buscam a qualificação: mas não se resumem em um retrato. Barbosa e Pereira (2016) ressaltam essa afirmação definindo o jovem como um construtor de expectativas e atitudes criativas, que busca transcender as fronteiras do conservadorismo e da apatia. Procuram viver o presente, apesar da pressão social voltada ao futuro profissional, sobretudo.

Os jovens não estão apenas esperando a idade adulta ou consumindo objetos e sensações com avidez. Eles estão criando modos de se constituírem como sujeitos em sociedade, expressando nas multiplicidades de se apresentar e de viver com os outros (PEREIRA; BARBOSA, 2016, p. 276).

Apesar das dificuldades em relação à situação econômica, 95% dos jovens projetam alcançar, longo prazo, a profissão desejada por meio da realização de um curso superior; 40% projetam a médio prazo pagar pelo processo da Carteira Nacional de Habilitação (CNH); e a curto prazo 99% desejam ajudar a família comprando móveis, pagando despesas da casa e para si mesmos querem gastar com tecnologias, roupas, passeios e alimentação. Franch (2016) retrata essa realidade afirmando que jovens pertencentes aos grupos populares tendem a vislumbrar o presente em detrimento do futuro, devido à sua condição socioeconômica: “Já os grupos populares, devido às instabilidades e à fragmentação de seu cotidiano, põem menos em uma visão linear do tempo, centrando-se no presente e enfatizando as relações dadas (‘de sangue’) à daquelas construídas (‘de aliança’)” (FRANCH, 2016, p. 196).

Essa análise sobre juventude tem como ponto de partida a pluralidade, a sociabilidade e a desigualdade, ou seja, esses conceitos são centrais e proporcionam uma ampliação na percepção sobre essa juventude: os aprendizes. A pretensão é compreender, de fato, quem é este jovem, o que faz e como faz. A construção de um perfil do jovem aprendiz contribuiu, de forma significativa, para refletir a multiplicidade que o envolve, para além dos aspectos da educação formal e do trabalho. Para Neto (2015), o esforço de definir juventude também pode ser

encarado como um ato político. A ideia de juventude é uma construção sociohistórica e o cenário desse ator social é a própria realidade: “Colocamo-nos a tarefa de elaborar uma definição de juventude que seja uma forma de demarcar posição política no debate” (TURRA NETO, 2015, p. 120).

Ramos (2016) analisa a multiplicidade que envolve a vida dos jovens pobres em suas espacialidades (cidades) e necessidades:

De um lado, uma compreensão destes jovens e suas sociabilidades na cidade e de outro lado (...) a recontextualização de espaços de consumo, como em questões urbanas de natureza social e política, como as formas de uso e apropriação dos espaços públicos e privados. Em síntese, transpor a questão dos jovens e suas práticas para dentro de discussões amplas sobre reestruturações e direito a cidade. (RAMOS, 2016, p. 252)

Os sonhos de um jovem que cursa o segundo ano do ensino médio e tem o objetivo de se tornar professor da disciplina de História: morar em Londres, viajar, me formar. Masc. 14 anos. Demonstra a diversidade em que as perspectivas desses jovens estão amparadas. Inúmeros são os objetivos e sonhos destacados na pesquisa: passar em Engenharia Ambiental na UFG (f. 17); ter dinheiro para ajudar meus avós (m. 17); ir para o céu (m. 16); casar e ser neurocirurgiã (f. 17); encontrar aquela pessoa que fará o diferencial na minha vida (m. 16); ser feliz (f. 17); ter meus pais, sempre! (m. 16); me formar e viver viajando (f. 16); ser rico (m. 17); ser realizada profissionalmente e ter uma família (f. 16). Sonhos e perspectivas são construídos sobre as representações que estão ao alcance desses jovens, no dia a dia, no seu meio social e no uso das tecnologias. Essas representações subjetivas do futuro são parte da realidade deles. “Ao falar de juventude é necessário marcar sua diversidade e complexidade enquanto fenômeno da sociedade contemporânea” (SILVA, 2016, p. 164).

Nesse contexto que Franch (2016) define o futuro como algo muito distante para os jovens, de um modo geral, o presente, então passa a participar mais de sua vida devido às incertezas que pairam sobre seus próprios projetos futuros. Mas, para os jovens aprendizes, as perspectivas do futuro são parte de seu presente e de sua vida, sendo que vivenciam esses sonhos e objetivos como forma de definirem seu próprio cotidiano. “Certeza, incerteza, linearidade, mas também dificuldades ou até

mesmo indiferença em relação ao compõem o retrato dessa dimensão das temporalidades juvenis” (FRANCH, 2016, p. 198).

Uma juventude que representa multiplicidade, diversidade, necessidades essenciais como educação de qualidade, lazer, esporte e socialização. Ela deseja ser contemplada com atividades que representam ela mesma, plurais e diversificadas, porém acessíveis. Os jovens pesquisados enumeraram diferentes espaços e atividades que poderiam ter em seus bairros que tornariam suas vidas mais dignas e contribuiriam com a socialização, para eles, tão importantes, nessa fase: quadras de esporte; eventos culturais; bibliotecas; clubes; cinemas; parques; praças; pistas de caminhada, bicicleta e skate; escolas de qualidade; campos de futebol; cursos de artes.

Esses jovens procuram espaços ou alternativas para manter o mínimo de socialização e distração em momentos livres ou de lazer. Vão à igreja, sendo que muitos veem este espaço como ambiente de descontração e socialização, shoppings, casa de amigos e parentes, entre outros. É nesse contexto que Cassab (2015) afirma que os jovens vivem a sociabilidade e seu cotidiano se adaptando à sua realidade. Sua afirmação confirma a relação que os jovens pesquisados possuem, de um modo geral, os mesmos hábitos uns dos outros. No entanto, esses mesmo jovens que constroem seus trajetos sociais no tempo livre são os mesmos que reivindicam seus direitos de viver além dos espaços que lhes cabem, como jovens de periferia. “Os jovens inseridos em processos sociais complexos experimentam a juventude de acordo com os espaços, tempos e contextos em que vivem” (CASSAB, 2015, p. 139).

Esses jovens procuram nas diferentes mídias os atrativos diários que a tecnologia disponibiliza. Costumam participar das redes sociais ou acessar as novidades culturais de moda, música e esportes. Paula (2016) percebe a internet como um importante meio que esses jovens utilizam para construir laços de amizade, interação e distração. Passam a ocupar um tempo significativo de suas vidas nesses instrumentos virtuais, por serem mais acessíveis e por serem intensamente atrativos, de um modo geral. Para a autora, além de proporcionar o trânsito em territórios/espaços diversos, também é um instrumento que serve como expressão de resistência e manifestação política.

Redes virtuais (tais como Facebook, Twitter, Instagram etc.), por exemplo, ou por práticas de resistências (...). Eles criam pertencimento e identificação com certos grupos culturais, que por sua vez, podem dar-lhes condições de transitar por outros territórios que não os de sua classe social de origem (PAULA, 2016, p. 38).

Nessa tese esse grupo, a juventude brasileira é considerada como plural e diversa. É plural, também, a forma desses jovens perceber e viver o mundo. “A Pluralidade remete para as variadas formas de ser jovem: hábitos, gostos e modos de ser, que muito além das tipologias indicam possibilidades de viver na relação com os outros” (PEREIRA; BARBOSA, 2016, p. 277).

Nesse contexto é possível afirmar que se trata de uma juventude que constrói sonhos, apesar de viver em um cenário limitado e cheio de desafios, cotidianamente. “(...) Precisamos considerar a criatividade, os desejos e as sociabilidades cotidianas que informam sobre o mundo da vida dos jovens no/do espaço urbano contemporâneo” (PEREIRA; BARBOSA, 2016, p. 276).

Os pesquisados são pertencentes à classe social mais desprivilegiada da sociedade e, por isso, convivem, geralmente, com a falta de recursos, até para atividades ou distrações bem simples, como caminhada em uma praça ou parque e visita a um familiar ou amigo. Nesses casos, faltam-lhes recursos para transporte e alimentação. Conforme corrobora Paula:

A maioria dos jovens das classes populares usufrui muito pouco dos territórios juvenis da cidade existentes fora de seu bairro. Esse fato está estritamente ligado à sua condição social e econômica que os impede de vivenciar sua juventude de forma plena (PAULA, 2016, p. 38).

Os jovens trabalhadores carregam em seu cotidiano, além de uma rotina de trabalho e escola uma gama de outras atividades, como os serviços de casa, que geralmente, são realizadas pelas jovens, que já chegam cansadas das obrigações diárias. Além dos serviços domésticos, outras atividades foram citadas. Vão à igreja, mercado, à casa de parentes, amigos, leem livros, passeiam, consomem, praticam esporte, acessam a internet, torcem para times de futebol, assistem séries e realizam outras atividades. Além disso, elencaram inúmeras outras atividades que desejam realizar como viagens e outras modalidades de esporte e lazer que diferem

de sua rotina. Essas e outras atividades demonstram que vivem de forma intensa outras realidades sociais que contribuem a afirmação de que são sujeitos ativos e altamente plurais.

3.4 Uma realidade de desigualdade, exclusão e diversidade

Identificar as características da sociedade capitalista e neoliberal é de fundamental importância para compreendermos como os jovens vivenciam os espaços sociais, as relações sociais, as práticas de consumo, o trabalho e as transformações tecnológicas. De uma forma ou de outra, todos esses elementos citados estão interligados entre si e entre o fenômeno da produção em larga escala.

As rápidas transformações que envolvem os trabalhadores, a sociedade e os espaços sociais modificam radicalmente as esferas privadas. Os processos objetivos e subjetivos da produção capitalista descaracterizam tradições, costumes, vivências e atravessam a vida privada. Trabalhar, viver e consumir passa a se tornar um só elemento que norteia a vida das pessoas. Para Cassab (2015), produção, mercadoria e vida cotidiana constituem um só processo, na sociedade contemporânea:

Sob essa ótica, ganha centralidade a categoria produção, na medida em que ela permitiria desvendar a totalidade de vida social: a produção da mercadoria, das relações sociais, da cultura, da ideologia, do conhecimento, etc. A produção ultrapassa a esfera da mercadoria e do mundo do trabalho se deslocando também para o plano da vida cotidiana (o habitar, o lazer e a vida privada) (CASSAB, 2015, p. 137-138).

Tempo e espaço já não representam elementos descolados do processo produtivo, pelo contrário, são parte um do outro, sendo que se tornam parte do sistema produtivo. O espaço físico, explica Cassab (2015), se dilui em subjetividades formando processos da própria produção:

O conceito de produção engloba a produção de objetos mercadorias e a produção do espaço como condição para a reprodução da própria sociedade. Esse movimento, contudo, não se dá sem que o homem, também, produza uma consciência de si em um processo de subjetivação. Nesse duplo movimento da produção da sociedade, o espaço é meio, condição e produto (CASSAB, 2015, p.138).

Os espaços públicos, os espaços de preservação ambiental e os espaços de sociabilidade e políticas públicas, em geral, vão se perdendo para o mercado. Tudo se torna mercadoria, inclusive a própria representação do espaço e da vida, resume Cassab:

No movimento de transformação do espaço em mercadoria, o espaço abstrato se impõe sobre o vivido. O espaço concebido tem papel fundamental, pois a esfera econômica e o Estado, por meio das representações do espaço, pressionam o espaço da vida cotidiana (CASSAB, 2015, p. 137-138).

No capitalismo o grupo social mais atingido pelo Estado de exclusão é a juventude pobre, pois jovens e crianças são as vítimas mais frágeis desse sistema de acumulação de renda e desigualdades. No Brasil, elas são arrastadas para serviços insalubres, precários e acessíveis aos assédios de toda espécie. Para essa juventude são insuficientes as políticas públicas de incentivo ao esporte, à educação, ao lazer, ao conhecimento científico prático e à educação sexual. As atividades para esse grupo são desenvolvidas para a preparação ao trabalho. Para a juventude pobre, o trabalho. São levados a participar do processo de produção para conviver com as redefinições capitalistas do espaço e do tempo: passam a viver o trabalho e o trabalho passa a ser a vida destes. Segundo Novaes (2004), as possibilidades de inclusão/exclusão social de um jovem, no Brasil, são influenciadas por vários elementos que constituem seu contexto social: região onde mora, renda dos pais, cor ou gênero e estar ou não em um projeto social.

As políticas públicas que se disponibilizam para os jovens são, geralmente, desenvolvidas focando a inserção e permanência ao mundo do trabalho, como é o caso da lei do aprendiz, que, ainda hoje, não alcança a maioria dos jovens brasileiros que anseiam por essa oportunidade. Essa juventude apenas vislumbra dois caminhos possíveis para suas vidas: o ingresso precoce no mundo do trabalho ou o ingresso à criminalidade, pois as inúmeras atividades lúdicas e esportivas que poderiam realizar nunca estão ao alcance desse grupo social, tão cheio de expectativas e sonhos estilhaçados pelo tempo.

Os trabalhadores precoces sofrem duplamente a fragilidade de condição etária. Além de ter que buscar os meios de sobrevivência por conta própria, contrariando a legislação trabalhista do país, submetem-se a condições

degradantes em sua vida diária. Insegurança, instabilidade, baixas remunerações, vulnerabilidade e falta de proteção social são algumas das características que se repetem no trabalho de crianças e adolescentes no Brasil. (TOSTA, 2016, p. 132-133)

Nessa sociedade, baseada no interesse econômico e na acumulação de bens, é esse grupo que mais sofre os inúmeros desafios: seja em qual caminho se segue. Para Freitas (2013) muitos jovens por falta de oportunidades se voltam para a criminalidade: uma prática de fácil acesso e rápido rendimento. “Além disso, em muitos casos, em momentos de desespero ou desalento, são presas fáceis de atividades ilícitas, sedutoras no convencimento, porém trágicas nas consequências” (FREITAS, 2013, p. 169).

Os jovens aprendizes, em muitos casos, expuseram essa realidade, durante a pesquisa. Um deles, com tristeza, revelou: “Me deixa triste perder conhecidos para a criminalidade” (m. 18, 2017).

E, cada vez mais, essa sociedade exclui as possibilidades de políticas públicas para os mais pobres e consolida o pensamento meritocrático, o que, definitivamente, não resolve a questão da desigualdade social, pelo contrário, a aprofunda, ainda mais. Sem alternativas, a juventude se volta ao próprio discurso da meritocracia para se apoiar nos momentos mais difíceis de sua vida, tornando ainda mais cruel a sua realidade, pois os fracassos diários na busca por trabalho são considerados como resultados, exclusivamente, individuais. Assim, a ansiedade e a depressão são crescentes na vida dos jovens. A meritocracia, defende Franch (2016), se torna algo contraditório na vida desses jovens pobres. Eles seguem as recomendações da família: é importante correr atrás e se esforçar. Ou seja, apenas com o esforço pessoal uma pessoa pode melhorar suas condições de vida. Segundo a autora, a meritocracia nada mais é que a ideia de que os indivíduos conseguem sua posição na sociedade graças a seu desempenho individual, mas para esses jovens pobres é a própria realidade que os envolve que os impede de alcançar, pelo menos, uma trajetória de emprego estável e um mínimo rendimento mensal. “Trata-se de um valor transmitido de geração a geração, mas que frequentemente esbarra na estrutura desigual de oportunidades que os jovens enfrentam” (FRANCH, 2016, p. 196).

A desigualdade pode ir além da questão econômica, pois o tratamento desigual frente a grupos sociais com diferentes especificidades existe, no Brasil. Muitos desses grupos são discriminados de forma quase naturalizada: pessoas negras, pessoas LGBTTTI e pessoas com deficiência são exemplos dessa injustiça social, histórica e recorrente. E, sendo estas pertencentes a classe social desprivilegiada, o preconceito pode se intensificar. A maioria dos aprendizes reconhece a importância de respeitar as diferenças e diversidade que caracterizam as pessoas, em sociedade. No entanto, um número significativo de jovens aprendizes expressou o sentimento de homofobia.

O tema da sexualidade e, principalmente, homossexualidade, é, ainda, uma temática tabu não debatida no ambiente familiar e raramente comentada no ambiente escolar. A homossexualidade não é um assunto muito comentado, de um modo geral, mas é recorrentemente banalizado nos aspectos de deboche e depreciações nos lares, bares, festas, ruas, escolas, ambiente de trabalho e outros espaços sociais. A homofobia se caracteriza, em geral, através de injúrias, chacotas, piadas e humilhações que podem chegar à agressão física e assassinato.

Quando se trata das pessoas LGBTTTI, 20% dos jovens pesquisados se cala e finge viver em uma normalidade disfarçada e 10% demonstra seu preconceito e a rejeição a esse grupo social. A escola é um dos espaços mais vividos pelos jovens e um ambiente propício para a conscientização ao respeito às diversidades, de um modo geral, mas, não tem sido aproveitado pelos professores no planejamento escolar e durante as aulas.

Assim, os conteúdos aparentes no currículo escolar poderiam disparar questionamentos que garantissem possibilidades para que os jovens problematizassem que toda intervenção social é transpassada por intencionalidades que objetivam construir determinada visão de mundo. Quando o tema nos remete à sexualidade, ampliar os debates e reconhecer a existência de configurações afetivas que nem sempre se constituem a partir de um modelo padrão se faz necessário. Caso contrário, o preconceito, a discriminação e a violência direcionados ao sujeitos LGBTTTI acabam legitimados pela própria área de educação que, dentre outras especificidades, deveria garantir o reconhecimento das diferenças enquanto “acontecimentos” constituinte da convivência humana. (PRADO; RIBEIRO, 2015, p. 147-148)

A homofobia que, com muita naturalidade, é expressada nos questionários de um número significativo de jovens, por volta de 10%. Um jovem aprendiz não

reconhece nem a existência das pessoas LGBTTTT: “Não gosto deles, para mim não existem” (m. 15, 2017).

Aproximadamente 80% dos jovens, no entanto, declarou que respeita essas pessoas e que merecem o respeito como qualquer outra pessoa. O racismo foi, de forma unânime, repudiado pelos jovens como, também, a prática de bullying. Aproximadamente 80% aprendizes se definiram como negro, preto ou moreno e um deles escreveu no questionário a palavra “**negro**” em negrito e bem grande, com o intuito de afirmar seu orgulho. Este comportamento, que chama a atenção em um país com forte preconceito de cor e de raça, é significativo, pois mostra que jovens possuem consciência de sua condição e lutam para que essa realidade mude.

O machismo é um fenômeno de raízes profundas no país e ele contribui, decisivamente, com a perpetuação da própria prática da homofobia e da violência contra as mulheres. Durante a pesquisa foi possível constatar a distância de aproximadamente 60% dos jovens, do sexo masculino, das atividades domésticas, em suas residências, no entanto os demais jovens pesquisados assumiram a prática das tarefas domésticas, ou parte delas.

No caso das jovens, 90% desempenham atividades domésticas em suas residências, sendo que 80% delas desejam profissões que historicamente foram desempenhadas por homens, como: neurocirurgiã, advogada, policial, delegada, engenheira civil, juíza, veterinária, engenheira ambiental, psicóloga, biomédica, engenharia de produção, fisioterapeuta, dentista, médica, administradora de empresa etc.

Na avaliação de Medeiros (2016), as representações sociais são importantes para a própria percepção das necessidades de uma sociedade. As políticas públicas para a juventude podem, por meio das representações sociais, serem elaboradas e desenvolvidas tanto pelo Estado como pelas Organizações Não Governamentais, o Terceiro Setor. Para a autora, a maioria das iniciativas pró trabalho tem buscado atender a juventude carente levando em consideração a integração, o crescimento e o desenvolvimento: um exemplo é a preparação profissional de jovens aprendizes. A visão da autora sobre a relação entre desenvolvimento social, intelectual e cultural e a aprendizagem profissional de jovens adolescentes pode não representar, de fato, a realidade.

Muitas iniciativas no sentido de proporcionar a preparação para o primeiro emprego não integram em suas atividades os objetivos de uma formação integral da pessoa humana, como a formação esportiva, artística, intelectual, filosófica e crítica. Essas iniciativas visam tão somente a preparação para lidar com o mercado e nesse objetivo, muitas vezes, são incorporados elementos sociológicos e psicológicos que possam proporcionar a formação de um comportamento corporativo e proativo focando, sempre, o desenvolvimento satisfatório que trará resultados mais imediatos e atrativos ao mercado. Nesse sentido, a integração, o crescimento e o desenvolvimento são trabalhados com os jovens focando o trabalho, exclusivamente, o trabalho. Isso tudo pode ou não refletir na vida, em suas perspectivas e no comportamento desses jovens de forma positiva (maturidade, reflexão crítica etc) ou não. Esse contexto laboral, a maioria, caracterizado pela concorrência, imprevisibilidade e racionalidade não privilegia a integração, o crescimento e o desenvolvimento dos trabalhadores, mas sim das empresas.

Em muitas empresas o projeto empresarial não estimula a integração, pelo contrário, estimula a exclusão: “puxar o tapete” do colega, por exemplo, é uma prática recorrente no mundo do trabalho. Cobranças constantes, metas extremas e assédio sexual e moral ocorrem no mercado, como muitos outros comportamentos nada humanos. O jovem aprendiz convive também com todas essas situações, sendo que 30% desses jovens citaram situações de exageros, arrogância, assédio e desrespeito no ambiente de trabalho.

Os valores humanos e éticos nem sempre são os pilares no mundo do trabalho. Essa realidade que envolve o trabalhador tem gerado um número significativo de adoecimento através do trabalho, devido ao seu cotidiano desumano do trabalho. “As organizações de trabalho tendem a potencializar o narcisismo e a onipotência por meio de seus modelos de excelência. (...) geram sofrimento e adoecimento no trabalho” (MENDES, 2016, p. 113).

Os jovens aprendizes, em relação ao trabalho, em geral elevam suas experiências como importantes para a vida, hoje e em relação ao futuro profissional. Mas, muitos, na oportunidade de revelar situações estranhas a eles citaram a existência de assédios e diferentes desconfortos que os deixam descontentes. As diferentes faces do trabalho serão analisadas no próximo tópico.

3.5 Entre desejos, conhecimento, entretenimento e sociabilidade

Na cidade, os jovens buscam estabelecer interações afetivas e simbólicas, exercer a sua liberdade individual, garantir interesses e os seus direitos.
Lucineide Pires

Os jovens aprendizes buscam atividades que possam ocupar o tempo livre e ao mesmo tempo buscam conhecimento e entretenimento, seja de forma individual ou coletiva. Aproximadamente 95% dos jovens desejam realizar ou realizam diferentes atividades diariamente ou em momentos livres do trabalho e da escola. Na cidade passeiam, se exercitam e constroem relações de amizade e namoro. “(...) espaço de aglomeração e de pluralidade, de diversidade e de trocas (afetivas e mercadológicas), de produção e circulação, de funções e usos diversos” (PIRES, 2016, p. 96).

Aproximadamente 20% trabalham em bicos, em afazeres domésticos, nos cuidados com familiares ou de forma voluntária nas igrejas nos finais de semana. O quarto pode definir a identidade juvenil de hoje: desejam interação social, mas em casa 90% dos jovens prefere estar em seu quarto (em detrimento da sala ou outro cômodo) nas horas livres, para o uso das redes sociais, ouvir música, assistir a filmes e para o descanso, o estudo e o isolamento. O quarto é considerado um espaço individual para diferentes atividades nas horas livres.

Nos finais de semana e feriados 20% optam em ficar em casa utilizando a internet ou assistindo filmes, séries ou documentários a sair, pois, além de outros motivos, consideram o transporte público de má qualidade e inseguro. “Assim os corpos juvenis têm dificuldade de se movimentar pela cidade” (MELLO; SAFADI, 2016, p. 199). Em outra perspectiva, Pires (2016) destaca o isolamento dos jovens das interações sociais físicas em detrimento às relações por meio das tecnologias:

Ocorre que muitos jovens vivem trancados em casa, diante da televisão, do computador, do celular, do iphone ou smartphone, sem contatos físicos com a vizinhança, com seus pares e outros sujeitos sociais. Com isso, grande parte das relações de sociabilidade que se davam nos espaços públicos (nas ruas, praças, parques), que permitiam uma interação baseada na co-presença física, se fecha “intramuros” e passa a se desenvolver em ambientes fechados (em casa), mediados pelo computador e por meio das tecnologias da informação e comunicação. (PIRES, 2016, p. 109)

Para Camacho (2013), diferente das questões levantadas por Pires (2016), as redes sociais não representam o isolamento dos jovens, mas contribui para a interação com outros jovens e grupos sociais. Nesse sentido, se torna um importante instrumento de sociabilidade. Para esse autor, é na rede, por meio das comunidades virtuais ou redes sociais, que os jovens partilham sons e áudios, combinam encontros, conhecem pessoas e lugares, fazem negócios, se mobilizam e organizam pessoas em torno dos mesmos interesses e demandas.

Pires (2016) admite que o acesso às tecnologias da informação e comunicação tem produzido impactos significativos na maneira como os jovens vivem e registram suas experiências. A tecnologia define as formas como se relacionam com o mundo, com os seus pares e com outros segmentos da sociedade.

O quadro abaixo demonstra como esses jovens buscam, além das tecnologias, atividades que contribuem para a formação do próprio perfil do jovem aprendiz.

Quadro 1 - Atividades que desejam e/ou realizam

Ciclismo	Futsal	Dança	Igreja	Restaurante	Descanso
Skate	Handbol	Boxe	Música	Aniversários	Churrasco
MMA	Atletismo	Tiro esport.	Passeio	Praça	Conversar
Futebol	pro player	Videogame	Descanso	Soltar pipa	Transar
Tênis	Parkour	Escalar	Estudos	Cantar	Rainbow
Xadrex	Academia	Slakline	Feira	Clube	Rua
Natação	Motociclismo	Taekwondo	Mercado	Em casa	Trabalhar
Caminhada	League of legends	Ergometria	Truco	Moto	Viagem
Vôlei	Corrida	Eletrônico	Sorveteria	Cavalgar	Televisão
Ginástica	air soft	Capoeira	Cinema	Festas	Boliche
Queimada	artes marciais	Rodeio	Livraria	Observar	Córrego
Ping pong	Karatê	Leitura	Violão	Lanchonete	Ginásio
Luta	Skateboarding	Teatro	Bar	Role	Dormir
Basquete	krav maga	Desenho	Filmes	Computador	Salão/beleza
Fut.americano	musculação	Alongamento	Cozinhar	pregar	Cursos
Jiu-jitsu	Patins	Shopping	Fazenda	Estádio	Namorar
Muay thay	moto Willy	Ajuda a avó	Séries	tênis/mesa	Comer
Judô	Bicicleta	Pit dog	Dormir	Celular	Ficar em casa

Fonte: Pesquisa da autora.

Além dessas atividades, citaram, entre outras: trabalho voluntário na igreja; visitas e passeios com amigos; namorados e familiares; arrumar a casa; e cuidar dos irmãos. Ademais, 80% desses jovens possui o hábito de leitura e citaram os livros que leram recentemente: A briga consigo mesmo; Vendedor de sonhos; A viagem do tigre; Paixão sem limites; O homem mais feliz do mundo; Alice no país das maravilhas; A teoria de tudo; A bela e a fera; Quincas Borba, A moreninha; Memórias Póstumas de Brás Cubas; O grande por quê; Eclipse; Anjos caídos; Quem é você?; Alasca; Assassin's creed; Diário de um banana; Belo desastre; Memória de um suicida; Thor; Mônica; Menino maluquinho; O menino de pijama listrado; God of war; Tosco; Star Wars; Senhor dos Anéis; Apocalipse; Técnico em Enfermagem; Saga Crepúsculo; Você é linda; Sidney Sheldon; Endogamie; Sonhos de uma noite de verão; O menino e o bruxo; Extraordinário; O mundo de Sofia; Instrumentos Mortais; Você é do tamanho dos seus sonhos; Caco; O estudante; Bíblia; Cora Coralina; Papisa Joana; Arte da Guerra; Caçadores de Deus; Game of Thrones; Ira dos Anjos; Mangás e gibis; O céu está caindo; Meu pé de laranja lima; Marley e eu; Viuvinha; A culpa é das estrelas; 50 tons de cinza; A única espera; Questão de pele; Iracema; Eu fico loko; Dom Casmurro; O mar de monstros; O pequeno príncipe; Sala rosa; A cabana; O rapto do garoto de ouro; entre outros.

A escola, a família, a igreja, a rua e os espaços e instrumentos de convivência social que esses jovens utilizam geram a construção de identidades, perspectivas e sociabilidade importantes para eles que estão sempre em busca de novidades e interatividade. Pires (2016) enfatiza a importância de se compreender as múltiplas relações que os jovens possuem com a espacialidade, seus pares e a sociedade. Suas percepções objetivas e subjetivas são formadas a partir das infinitas experiências no cotidiano repleto de pluralidade e diversidade:

Nos diversos lugares da cidade (o bairro, a rua, a casa, a igreja, o trabalho, a escola, a universidade etc.), os jovens, ao circular e movimentar-se cotidianamente, ganham visibilidade. Assim, começam a aparecer/projetar-se para a sociedade, vivenciam a sua condição juvenil, constroem identidades e subjetividades, praticam o lazer e a pausa cotidiana, encontram os amigos e desenvolvem relações de sociabilidade. (PIRES, 2016, p. 97).

Em meio aos gibis, brincadeiras, trabalho e preocupações, esses jovens criam suas próprias expectativas de futuro, desenvolvem estratégias para a dura trajetória

diária de obrigações e aproveitam o pouco tempo livre para viver e sonhar. Na situação de jovens aprendizes exigem respeito, oportunidades e mais e melhores condições para o conhecimento e o lazer. Sofrem com a falta de recursos e percebem a negligência estatal com a população de bairros populares. “A juventude precisa ser tratada como uma categoria da política e o jovem como um ser que apresenta em suas ações quem é e que mundo deseja construir” (BARBOSA; PEREIRA, 2016, p. 280).

Os jovens desejam mudança no ambiente escolar e no processo ensino aprendizagem e exigem do Estado melhores condições para o desenvolvimento escolar. Citaram como muito importante na escola: Segurança na escola; Estrutura; Regras; Lazer; Quadras; Mais planejamento para as diferentes necessidades; Mais aulas dinâmicas; Aulas em videoconferências; Aulas práticas; Professores mais qualificados; Respeito às diferenças no pátio; Atividades extracurriculares; Aulas diferentes; Ar condicionado nas salas; Refeitório; Bibliotecas; Ensino como as escolas particulares; Cobertura da quadra; Mais respeito entre professores e alunos; Compreensão dos professores; Palestras sobre temas tabus; Água; Inovação; Ensino incluindo internet; Mais tecnologia; Melhorar a aparência das escolas estaduais; Um colégio estadual; Ampliar a quantidade de livros; Mais investimento e boa administração; Ampliar e respeito às regras mais rígidas; Organização e limpeza dos banheiros; Professores mais dedicados; Mais liberdade aos alunos para a escolha dos temas das aulas; Ordem e conteúdos atualizados; Internatos; Pesquisa de campo; Mais verba para lanche; Mais respeito às diferenças e opiniões; Mais variedades literárias na biblioteca; Modernização; Mais entretenimento, diversidade e atrativos ao ensinar alunos; Entretenimento no recreio para melhor convivência; Cobram muito, mas não pensam na pressão que fazem; Falta de professores; Mudar a forma que aplicam a recuperação; Professores menos chatos e mais legais; Mais debate; Mudança no comportamento dos alunos; Trabalho em grupo; Menos matemática; Mais silêncio dos alunos; Psicólogos; Melhores cadeiras e ventiladores; Aulas de teatro, ballet, desenho e outros gratuitos; Professores mais bem equipados; Uma biblioteca; É necessário que os professores tenham mais intimidade e interação com alunos; Mude os métodos de aprendizagem; Melhorar a questão sociológica entre adultos e estudantes; Educação e afetividade; Aulas de reforço; O

interesse dos professores; Professores mais rígidos. São demandas importantes que os jovens aprendizes consideram prioridade para a escola pública. As políticas para a escola pública e o planejamento escolar devem ser construídas com a participação dos estudantes, principalmente os jovens estudantes, ou seja, “(...) jovens escolares como sujeitos do processo de construção do conhecimento” (BENTO, 2016, p. 143).

Os desejos e sonhos trazem consigo o receio da não conquista, pois possuem plena consciência da sua condição econômica e social e das dificuldades de alcançar objetivos. “Meu maior medo é não ter dinheiro para pagar a faculdade de Medicina, porque sabemos que é muito caro, e eu não tenho condições” (f, 16, 2017). Nesse caso, esses sujeitos se deparam com inúmeros impedimentos de conquistar uma vaga em uma faculdade, seja pública ou particular, bem como inúmeras dificuldades de manter-se. Convivem com impedimentos do presente e do futuro, mesmo sendo sonhos em longo prazo já sofrem com o incerto para suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens aprendizes representam uma infinidade de objetividades e subjetividades que dificultam recortes na realidade tão complexa em que estão inseridos. Refletir sobre essas pluralidades não é uma fácil tarefa, já que estão sempre envolvidos em diferentes atividades, reflexões, distrações, sonhos e conflitos. Entre tantas vivências torcem por times de futebol, brincam e desenvolvem a coragem de enfrentar o mundo. Para eles cada enfrentamento das dificuldades é uma aprendizagem e não pensam em desistir tão cedo.

Pesquisar esse jovem sobre os pilares conceituais do trabalho, da qualificação e da juventude contribuiu para reflexão da relação entre o jovem aprendiz, a realidade e a construção de suas convicções. O jovem aprendiz produz sentido para sua vida, desenvolve a consciência e as percepções da realidade a partir de suas experiências e vivências nos diversos espaços de sociabilidade nos quais ele se movimenta diariamente ou de forma esporádica.

O perfil representativo desse jovem permite refletir as relações existentes entre este aprendiz, o trabalho e as diversas dimensões espaciais, sociais, econômicas, culturais, filosóficas e políticas. Este perfil abre um leque de representações temáticas sobre sua vida, sua consciência e seu cotidiano. O que fica evidente nessas representações é o significado dessas dimensões no processo de construção da compreensão da realidade para esses jovens: não é apenas o trabalho formalizado que contribui com o desenvolvimento da consciência juvenil. A escola, a família, as atividades culturais e esportivas, o lazer, os trajetos e as experiências cotidianas formam, além do trabalho, importantes referências na construção e compreensão de significados da realidade e da vida para esses jovens. O perfil do jovem aprendiz é formado na interação simétrica entre o trabalho e fora dele.

O trabalho poderia representar um importante meio de conhecimento, socialização, solidariedade, afetividade, construção de identidades, perspectivas e, sobretudo, de sentidos para a vida, mas a realidade social, econômica e cultural brasileira não permite. Trata-se de um cenário de desigualdade, concorrência,

exclusão, injustiça e desemprego. Na sociedade capitalista não há um projeto que relaciona o trabalho e o comprometimento pelo bem comum.

As atividades tão desejadas pelos jovens aprendizes no espaço da escola e do bairro não possuem relação com o tema trabalho. Acreditam que as atividades desejadas trariam mais oportunidade de conhecimento e lazer tão necessários para o desenvolvimento e formação deles. E percebem que o Estado tem obrigação de propiciar o direito da prática do esporte, cultura e lazer e de uma educação de qualidade em espaços bem estruturados para essas demandas juvenis. Nesse contexto dos jovens aprendizes o trabalho não é a centralidade, principalmente no que se refere à felicidade e à formação da consciência de cada um deles.

Outros espaços sociais, além do trabalho regulado, produzem diferentes situações que contribuem com a formação social, cultural, física e intelectual desses sujeitos tão ávidos de atividades lúdicas, artísticas, esportivas, interativas, afetivas, tecnológicas e culturais. A escola, a praça, os parques, as viagens, a biblioteca, o cinema, o passeio, a igreja, os bicos, os cursos, o ginásio de esportes, os centros de entretenimento e outros espaços e atividades que consideram importantes para suas vidas contribuem para um retrato que define quem é o jovem aprendiz. Todos os cenários juvenis produzem conhecimento e sentido para os jovens. Percebem a existência de uma política nacional de exclusão que afeta diretamente os jovens e exigem espaços de sociabilidade em seus bairros abandonados pelo poder público por se tratar de bairros periféricos.

A qualificação profissional para jovens aprendizes garante o primeiro emprego e essa iniciativa é aplaudida e elogiada por esses jovens que convivem com recursos escassos em casa e dificuldades características de sua condição de classe. Para eles, essa oportunidade pode modificar suas vidas e proporcionar novas perspectivas para o futuro. Mas, percebem as contradições que o mundo do trabalho apresenta, mesmo na situação de aprendizes convivem com uma cega hierarquia, cobrança de metas e horários rígidos. Além disso, o jovem aprendiz sabe, a partir dessa experiência, que está sujeito ao assédio, violência, ansiedade, desrespeito no trabalho e, sobretudo, no caminho até ele.

Quanto mais tarde for a inserção no mundo do trabalho mais tempo o jovem terá para vivenciar essa multiplicidade de experiências juvenis tão importantes para

sua formação. As políticas públicas para a juventude podem contribuir com a manutenção ou desenvolvimento de espaços sociais de convivência juvenil voltada para a cultura, esporte e lazer. São fundamentais para substituir a própria prática laboral diária que esses jovens estão submetidos. O trabalho não representa, por si só, um instrumento de formação de consciência da realidade. Um rede de experiências objetivas e subjetivas podem contribuir para os jovens compreenderem sua própria realidade, nesses sentido, eles necessitam vivenciar a pluralidade, a diversidade: o mundo além do trabalho. “O seu modo de se colocar na casa (...) cidades (...) espaço reticular, seus vínculos temerosos com o trabalho, escola – e outros – compreendem o seu estatuto” (CHAVEIRO, 2015, p. 72).

O jovem aprendiz, ainda em desenvolvimento em todos os aspectos da vida busca sentido para sua existência em espaços e instituições que estão à sua volta: escola, família, Rede Pró-Aprendiz, trabalho, igreja, shopping, parque e outros tantos que representam um conjunto de valores, obrigações e sentimentos que moldam, de forma significativa, as percepções e convicções desse jovem, em particular. Na escola sente-se muito bem junto com seus pares para rir, jogar, brincar, estudar e conversar. Nesse ambiente em que diariamente desenvolvem-se práticas e estratégias para o conhecimento contribui decisivamente na formação intelectual e física desses adolescentes que querem mais: mais afetividade, mais interatividade, mais criatividade, mais respeito, mais práticas e mais compreensão na relação entre professores e alunos. De alguma forma, a Rede Pró-Aprendiz apresenta semelhanças com a escola, no que se refere às aulas teóricas: salas de aula, intervalos, interação em grupo e estudos. Isso explica o bem-estar que sentem em vivenciar esse momento nessa instituição.

A maior referência moral, religiosa, ética e afetiva na vida desses jovens é a família, entre conflitos e solidariedade vivem juntos e, geralmente, têm os mesmos valores, a mesma igreja e as mesmas necessidades. Mas é no quarto que a maioria dos jovens deseja ficar, vivendo sua individualidade, sua privacidade e suas interações tecnológicas, apresentando uma nova configuração da relação familiar e social: menos convivência física e mais convivência virtual no tempo livre.

O trabalho formalizado representa, para o jovem aprendiz, uma rotina diária, uma obrigação como a escola, mas no trabalho não é o lúdico que chama a atenção,

não há tempo para rir, brincar ou descansar. Mas, é o trabalho que proporciona a experiência para o futuro, respeito da família e, objetivamente, o salário no final do mês. São esses motivos que o impulsionam a manter a rígida rotina laboral. Trabalham não só na empresa parceira da Rede Pró-Aprendiz, mas em casa, na igreja, nas festas, nos bicos no tempo livre, por isso não desistem do difícil, de forma precoce já conhecem muito bem o que é trabalhar. É com esse salário, que tanto reclama, por ser muito pouco (meio salário mínimo), que ele pode ir ao shopping, ao pitdog, ao dentista, ao cinema e comprar objetos de uso diário.

O aprendiz reconhece nessa política de qualificação uma oportunidade para todos os jovens: de trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Apesar de todas as dificuldades em conciliar os dois, percebem que é a única opção mais digna para os jovens.

O shopping é uma das escolhas para o fim de semana e já se tornou um espaço para encontrar tudo que precisam em um mesmo lugar, mas ao apontar o que mais desejam em seu bairro não foi o shopping o primeiro da lista e, sim espaços e atividades gratuitas como quadras poliesportivas, clubes, parques, praças, bibliotecas, pistas de caminhada, skate, corrida e bicicleta, teatro, dança, música, natação e outros espaços e atividades que proporcionam sociabilidade e conhecimento.

Entre o receio da violência urbana que diariamente interrompe vidas e causa profundos traumas, esse jovem anda em ruas desertas, escuras e utiliza o precário transporte público, vivenciando ou sofrendo furtos e assaltos de seu celular, que ainda não terminou de pagar. Acredita que o uso do uniforme de aprendiz chama a atenção de ladrões que sabem que, possivelmente, carrega celular e cartão com inúmeras passagens de ônibus. Para as meninas essa realidade se torna mais cruel, vivem o perigo constante do assédio sexual, assaltos, furtos nos ônibus e o assalto e estupro nas ruas.

Passam por inúmeras necessidades e problemas de saúde como ansiedade ou depressão, mas a coragem e os sonhos do jovem aprendiz não são abalados, pelo contrário, são fortificados por meio de uma rede de solidariedade entre família, parentes e amigos. E, assim continua sua trajetória, indignando-se com as injustiças,

com o desrespeito e o assédio, com a política de exclusão social e com o preconceito (apesar de um número significativo deles se postar como homofóbicos).

O jovem aprendiz, apesar de todas as dificuldades e desafios, continua trabalhando, estudando, orando, passeando, namorando, torcendo, jogando, navegando, amando, sorrindo, brincando, sonhando e, sobretudo, vivendo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. O uso das noções da adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ALENCAR, Mônica Maria Torres. Transformações econômicas e sociais no Brasil. Dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 81-104.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

BARBOSA, Jorge Luiz; PEREIRA, Ilaina. Jovens umbandistas: sujeitos estéticos em espacialidades de visibilidade. In: Org. CAVALCANTI, L. PAULA, F. PIRES, L (Orgs.). *Os jovens e suas espacialidades*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

BENTO, Izabella. Os jovens escolares e suas espacialidades a construção de conceitos, a mediação didática e a potencialidade do lugar. In: CAVALCANTI, L (Org.). *Os jovens e suas espacialidades*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Trad. Reynaldo Barão. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Dados sobre acidentes de trabalho*. Brasília, 2013-2014.

CAMACHO, José Fernando. *Os significados da internet e das redes sociais para a juventude*. 2013. f. (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2013.

CASSAB, Clarice. Da casa para a rua: a dimensão espacial da juventude. In: CAVALCANTI, L. CHAVEIRO, E. PIRES, L (Orgs.). *A cidade e seus jovens*. Goiânia: PUC Goiás, 2015.

_____. Os jovens e suas mediações espaço temporal: a cidade e os projetos de vida. In: CAVALCANTI, L.; PAULA, F.; PIRES, L. (Orgs.). *Os jovens e suas espacialidades*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

CHAVEIRO, Eguimar. Jovens e juventudes no reino da aceleração: princípios para uma leitura geográfica. In: Org. CAVALCANTI, L. CHAVEIRO, E. PIRES, L. *A cidade e seus jovens*. Goiânia: PUC Goiás, 2015.

CHAVEIRO, Eguimar; SANTOS, Andrea. A constituição das identidades juvenis na metrópole contemporânea: A interface entre lugares e práticas socioespaciais. In: CAVALCANTI, L.; PAULA, F.; PIRES, L. (Orgs.). *Os jovens e suas espacialidades*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

CAMPOS, Ricardo Luiz Sapia. *Sindicatos rurais e qualificação profissional: estado, capital e trabalho na agricultura paulista*. São Paulo: Intermeios, 2015.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAVALCANTI, Lana. O olhar geográfico em formação: jovens estudantes de geografia e desafios urbanos. In: CAVALCANTI, L.; PAULA, F.; PIRES, L. (Orgs.). *Os jovens e suas espacialidades*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

COHN, Amélia. O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude? In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação e Participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CORREA, Lícía Maria. A (in)conciliável relação entre jovens, escola e trabalho. In: OLIVEIRA, D.; FREITAS, R.; TOSTA, T. (Orgs.). *Infância e juventude: direitos e perspectivas*. Goiânia: UFG Funape, 2016.

CORROCHANO, Maria Carla. Desemprego entre jovens de um programa público na cidade de São Paulo: diversidade de experiências e de percepções. In: OLIVEIRA, D.; FREITAS, R.; TOSTA, T. (Orgs.). *Infância e juventude: direitos e perspectivas*. Goiânia: UFG Funape, 2016.

COSTA, Jurandir Freire. Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004.

DUBAR, Claude. *A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais*. Trad. Andrea Stahel da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. Porto: Afrontamento, 2006.

FERREIRA, Verônica Clemente. Desemprego e imagens de gênero: a experiência de estar sem trabalho entre homens e mulheres da categoria metalúrgica. In: GONÇALVES, Eliane *et al* (Orgs.). *Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais*. Goiânia: PUC Goiás, 2014.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. Política, isolamento e solidão: práticas sociais na produção da violência contra jovens. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 81-104.

FRANCH, Mônica. Caminhos, miragens e vazios: a construção simbólica do futuro entre jovens de grupos populares. In: OLIVEIRA, D.; FREITAS, R.; TOSTA, T. (Orgs.). *Infância e juventude: direitos e perspectivas*. Goiânia: UFG Funape, 2016.

FREITAS, Ivone Luiz. *Complementações sociais à educação*. Goiânia: Kelps, 2003.

FREITAS, Revalino. Infância e Trabalho: algumas aproximações a partir da normatividade. In: OLIVEIRA, D.; FREITAS, R.; TOSTA, T. (Orgs.). *Infância e juventude: direitos e perspectivas*. Goiânia: UFG Funape, 2016.

FUNDAÇÃO PRÓ-CERRADO. *Dados referentes aos jovens aprendizes*. Disponível em: <www.fpc.org.br/website>. Acesso em: 2 ago. 2016.

GORZ, André. *Metamorfoses do Trabalho – Busca de sentido: Crítica da razão econômica*. Tradução: Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. *Misérias do presente, riqueza do possível*. Tradução: Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. Trad. Celso Azzan Junior. São Paulo: Annablume, 2005.

GOSDAL, Thereza Cristina. Histórico das relações de trabalho e seu reflexo na organização e gestão do trabalho: do assédio moral organizacional. In: MACEDO, Kátia Barbosa (Org.). *Organização do trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar*. Goiânia: PUC, 2016.

GROPPO, Luís Antônio. *Juventude: ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho uma categoria chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149-174.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidades e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*. São Paulo: v. 26, n. 1, 2014.

HIRATA, Helena; ZARAFIAN, Philippe. O feminino e o feminismo In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário Crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. In: Síntese de indicadores. 2014.

LEON, Oscar. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, M. (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

LIMA, Antonio. *A qualificação no sistema público de emprego: uma análise a partir das resoluções do CODEFAT*. São Paulo: A + Comunicação, 2007.

MACHADO, Maria Lúcia. Qualificação. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. *Trabalho infantil: necessidade, valor e exclusão social*. Goiânia: UFG, 2006.

MARSHALL, Alfred. *Princípios da economia*. São Paulo: Victor Civita, 1982.

MARTINS, Heloísa Helena. *O jovem no mercado de trabalho*. *Revista Brasileira de Educação*: n. 6, p. 96-109. USP, Set/Out/Nov/Dez., 1997.

MARX, Karl. *Do Capital*. Tradução Edgard Malagodi. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

_____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Volume I. Livro Primeiro. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém. *O Trabalho e a Identidade Política da Classe Trabalhadora*. Goiânia: Alternativa, 2002.

MEDEIROS, Carlota. *Jovem Aprendiz*. Curitiba: Appris, 2016.

MELLO, Marcelo; SAFADI, Sandro de Oliveira. A drogadição juvenil no espaço urbano de Aparecida de Goiânia: corpos e cidades em (des)encontros. In: CAVALCANTI, L.; PAULA, F.; PIRES, L. (Orgs.). *Os jovens e suas espacialidades*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

MENDES, Ana. Escuta analítica do sofrimento e o saber-fazer do clínico do trabalho. In: MACEDO, Kátia Barbosa (Org.). *Organização do trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar*. Goiânia: PUC, 2016.

MOURA, Leila Silva. *Juventude e Trabalho: O sentido do Trabalho para o jovem aprendiz*. 2009. 107 f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2009.

NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOVAES, Regina. *Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias*. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGÊNIO, F (Orgs). *Culturas Juvenis*, v. 19, n. 55. São Paulo: 2004.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (Org.s). *Juventude e sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 75-88.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. Trad. Wanda Caldeira. 2º edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

PAULA, Flávia. Juventudes e cidade: uma leitura espacial. In: CAVALCANTI, L.; PAULA, F.; PIRES, L. (Orgs.). *Os jovens e suas espacialidades*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

PINHEIRO, Veralúcia. Jovens e violência na sociedade de classes. *Espaço Livre*. Goiânia, v. 09, n. 17, p. 50-57, jan. 2014.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: A história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa; SZWAKO, José Eduardo (Orgs.). *Diferenças, Igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 116-148.

PIRES, Lucineide. Os jovens na cidade da cultura geográfica ao direito à cidade. In: CAVALCANTI, L.; CHAVEIRO, E.; PIRES, L. (Orgs.). *A cidade e seus jovens*. Goiânia: PUC Goiás, 2015.

_____. Os jovens em busca do direito à cidade: os espaços públicos em questão. In: CAVALCANTI, L.; PAULA, F.; PIRES, L. (Orgs.). *Os jovens e suas espacialidades*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

PRADO, Vagner; RIBEIRO, Arilda. Homofobia e educação sexual na escola: percepções de homossexuais no ensino médio. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 16, p. 137-152, jan./jun. 2015.

RAMOS, Élvis. Uma etnogeografia no estudo de grupos juvenis no contexto das tensões urbanas. In: CAVALCANTI, L.; PAULA, F.; PIRES, L. (Orgs.). *Os jovens e suas espacialidades*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

RÊSES, Erlando; RODRIGUES, Shirlei; SANTOS, Mário. *A sociologia no ensino médio: Cidadania e Representações Sociais de Professores e Estudantes*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

RIBEIRO, Fernanda. Violência contra a criança na família: Um tabu que mata? In: Org. OLIVEIRA, D. FREITAS, R. TOSTA, T. *Infância e juventude: direitos e perspectivas*. Goiânia: UFG Funape, 2016.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. Trad. Thomas Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALES, Mione. Política e direitos de criança e adolescentes: entre o litígio e a tentação do consenso. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.) *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 81-104.

SANTOS, Cleito. *Trabalho, Tecnologia, Controle e Disciplina no Capitalismo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, Demerval. A gestão escolar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.) *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 81-104.

SELIGMANN, Edith. Saúde mental relacionada ao trabalho: as visões teóricas sob a pressão da precarização. In: MACEDO, Kátia Barbosa. (Org.). *Organização do trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar*. Goiânia: PUC, 2016.

SILVA, Alexsander Batista. As espacialidades juvenis e a produção do espaço escolar na metrópole. In: CAVALCANTI, L.; PAULA, F.; PIRES, L. (Orgs.). *Os jovens e suas espacialidades*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

SILVA, Maciel Pereira. Juventude e os desafios do trabalho formal no Brasil. In: Org. CAVALCANTI, L.; CHAVEIRO, E.; PIRES, L. *A cidade e seus jovens*. Goiânia: PUC Goiás, 2015.

SOFIATI, Flávio Munhoz. *Juventude católica: o novo discurso da Teologia da Libertação*. São Carlos: Edufscar, 2012.

_____. Juventude e Políticas Públicas: os governos FHC e LULA. In: BEZERRA, H. OLIVEIRA, S. *Juventude no século XXI: dilemas e perspectivas*. Goiânia: Cânone Editorial, 2013.

THILLEN, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1982.

_____. *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1997.

THURLER, Ana Liési. Proteção e proteção dos direitos da menina e da adolescente: tratamento redistributivo de responsabilidades sociais e institucionais. In: OLIVEIRA, D.; FREITAS, R.; TOSTA, T. (Orgs.). *Infância e juventude: direitos e perspectivas*. Goiânia: UFG Funape, 2016.

TORNS, Teresa. La place des femmes dans l'emploi en Espagne: les limites des politiques de conciliation vie familiale/vie professionnelle. *Travail et emploi*, n. 115, p. 59-70, 2008.

TOSTA, Tania Ludmila Dias. Trabalho infantil, trabalho precário e a vulnerabilidade de crianças e adolescentes. In: OLIVEIRA, D.; FREITAS, R.; TOSTA, T. (Orgs.). *Infância e juventude: direitos e perspectivas*. Goiânia: UFG Funape, 2016.

TURRA NETO, Nécio. Definir juventude como um ato político: na confluência entre orientações de tempo, idade e espaço. In: CAVALCANTI, L.; CHAVEIRO, E.; PIRES, L. (Orgs.). *A cidade e seus jovens*. Goiânia: PUC Goiás, 2015.

_____. Relações entre sociabilidade juvenil e mercado da diversão noturna em cidades médias. In: CAVALCANTI, L.; PAULA, F. PIRES, L. (Orgs.). *Os jovens e suas espacialidades*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.

VIANA, Nildo. *A Pesquisa em Representações Cotidianas*. Lisboa: Chiado, 2015a.

_____. *Juventude e Sociedade: ensaios sobre a condição juvenil*. São Paulo: Giostri, 2015b.